

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ANA CLÁUDIA DO NASCIMENTO

MULHER, FAMÍLIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

JUIZ DE FORA
2010

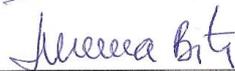
Ana Cláudia do Nascimento

MULHER, FAMÍLIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração Cultura, Poder e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 27 de agosto de 2010.

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dra. Jurema Gorski Brites (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof^ª. Dra. Claudia Turra Magni
Universidade Federal de Pelotas



Prof^ª. Dra. Helena da Motta Salles
Universidade Federal de Juiz de Fora

Ao meu pai.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora e amiga Jurema Gorski Brites pelo compromisso assumido de orientar uma “estrangeira”, pelos níveis de exigência dos desafios a que me lançou e os suportes, formais e informais que disponibilizou, abrindo espaço para a aquisição de novos conhecimentos, que foram indispensáveis durante todo o tempo na elaboração deste trabalho. Agradeço ainda, porque foi mesmo muito importante para mim, a análise rigorosa e afetuosa de cada capítulo, as sugestões, os esclarecimentos e os comentários sempre oportunos e que espero ter sabido aproveitar. A convivência sempre generosa, a forma de partilhar seus conhecimentos e, até mesmo, as conversas de pé de ouvido que teve comigo, me ensinaram para muito além deste texto. Para agradecer a aliança, a confiança e a amizade as palavras serão sempre poucas.

Aos professores Dr. Francisco Luiz Pereira da Silva Neto e à professora Dra. Helena da Motta Salles pelas importantes considerações feitas na qualificação do meu projeto de mestrado. Elas foram fundamentais para clarear o percurso das análises teóricas que sustentam esta dissertação.

À professora Dra. Juliana Alves Magaldi, meu sincero agradecimento pela leitura cuidadosa, pelas várias críticas e inúmeras sugestões que contribuíram para a finalização deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora pelo apoio institucional.

Às famílias que permitiram que eu entrasse em suas casas, e partilharam suas vivências comigo, para que eu pudesse, hoje, saber muito mais sobre as especificidades de nossas classes sociais, e, conseqüentemente, sobre mim mesma. À equipe de saúde da Unidade Básica de Saúde do bairro Linhares, principalmente à assistente social e agentes comunitários de saúde que me acolheram e me guiaram no trabalho de campo. Aos profissionais com os quais mantive contato na unidade do CRAS/LESTE que, mesmo diante das dificuldades que vivenciamos contribuíram para este estudo.

Aos meus familiares, que embora sem entender claramente os desafios desse trabalho, me apoiaram. Ao meu marido, eterno companheiro de viagem, que soube compreender a importância desse desafio, e mesmo reclamando das ausências, sempre me incentivou. Ao meu filho, orgulho de minha existência que com sua “positividade” soube me encorajar a prosseguir. Aos meus irmãos e, principalmente, aos meus sobrinhos e sobrinhas que reclamaram tanto de minhas ausências, quero dizer que todo o esforço empreendido neste

percurso servirá para que vocês avancem mais facilmente por este caminho, quando chegar a vez de vocês.

Aos meus amigos Valéria Wanda, analista e grande incentivadora desse meu desejo. A Sumaya irmã do coração, com seu sorriso acolhedor. A Dona Diva, por seu exemplo e coragem. A Fernanda Mariano, Maria Fernanda, Marcela da Paz, Alânia, Amanda, Marinéia (Meg), Rodrigo, Chico, agradeço o apoio, nos momentos de angústias, pois a acolhida de vocês tornou possível avançar.

Todos foram fundamentais para a realização deste trabalho. Aos demais, não nomeados, mas que dividiram em algum momento seu tempo e preocupação com minhas angústias e incertezas, meu muito obrigada.

RESUMO

Este estudo analisa o destaque dado à figura da mulher a partir da designação de “centralidade na família” utilizada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) brasileira. Dentro desta política, o Programa Bolsa Família – PBF foi escolhido para a análise da centralidade Família-Mulher, visto que, ao eleger a mulher como beneficiária preferencial dos recursos repassados para o núcleo familiar, reforça os padrões culturais que mantêm a figura feminina vinculada a papéis tradicionais de gênero. Tendo como referência empírica famílias beneficiárias residentes no bairro Linhares, no município de Juiz de Fora - MG, nosso objetivo principal é compreender as questões que se evidenciam na família, a partir da focalização na mulher. Além disso, procura-se analisar as tensões produzidas nas relações de mediações vivenciadas pelas mulheres e agentes do Estado. Para a realização deste estudo, foi utilizado o método etnográfico e suas técnicas para coleta de dados, como observação participante, pesquisa de campo, entrevistas semiestruturadas e análise de documentos oficiais. A importância desse tipo de estudo está na possibilidade de uma maior compreensão sobre as representações que envolvem esse tipo de escolha feita pela política pública o reforço dos tradicionais papéis de gênero e suas implicações para os sujeitos envolvidos nesses processos.

Palavras-chave: Assistência Social. Gênero. Família.

ABSTRACT

This study analyses the emphasis given to the woman figure from the designation of her centrality in the family utilized by the National Policy of Social Assistance (NPSA) (2004). Within this policy the Purse-Family Program (PFP) was chosen for the analysis of the Family-Woman centrality, since, at electing the woman as the preferential beneficiary of the reallocated resources to the familiar nucleus, the program reinforces the cultural standards that maintain the feminine figure linked to the traditional roles of gender. Having as empiric reference beneficiary families resident in the quarter Linhares, in the municipality of Juiz de Fora, the main objective was to understand the questions that show up in the family, from the woman point of view. Besides it was intended to analyse the stress produced in the measures relations lived by the women and State agents. For the realization of this study the ethnographic method and its technique of data collecting, participant observation, field research, semi-structured interview and official documents analysis were utilized. The importance of this sort of study resides in the possibility of a better comprehension of the representations that involve this sort of choice done by the public policy, especially the reinforcement of the traditional roles of gender and their implications for the subjects involved in these processes.

Key-words: Social Assistance. Gender. Family.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
AMAC	Associação Municipal de Apoio Comunitário
BNH	Banco Nacional de Habitação
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CERESP	Centro de Remanejamento da Secretaria de Segurança Pública
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CF	Constituição Federal
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
DataSus	Banco de dados do Sistema Único de Saúde
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
NIS	Número de Identificação Social
NOB	Norma Operacional Básica

ONGs	Organizações Não Governamentais
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PACS	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PBF	Programa Bolsa Família
PCS	Programa Comunidade Solidária
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PFZ	Programa Fome Zero
PGRM	Programa de Garantia de Renda Mínima
PSF	Programa de Saúde da Família
PTCR	Programa de Transferência Condiciona de Renda
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
A METODOLOGIA	20
1.NOVOS DESAFIOS, VELHOS DILEMAS:a construção da assistência social no Brasil	23
1.1 Estado e Assistência Social: o encontro é na encruzilhada	23
1.2 A construção do Sistema de Bem-Estar Social brasileiro	25
1.2.1 <u>A assistência é para o trabalhador</u>	28
1.2.2 <u>Um documento várias possibilidades</u>	32
1.3 Que rota seguir? A assistência social procura um caminho	36
1.3.1 <u>A encruzilhada – direito ou caridade</u>	38
1.3.2 <u>Agentes caridosos e motivações</u>	44
1.3.3 <u>Mulheres e caridade</u>	49
1.3.3.1 <u>As caminhadas de Lindaura</u>	49
1.3.4 <u>Partilhando doações</u>	53
1.4 Os Programas de Transferência Condicionada de Renda	56
1.4.1 <u>O Programa Bolsa Família</u>	61
1.5 Breves considerações sobre o Programa de Saúde da Família	66
2. AS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS: o olhar via CRAS/LESTE e UBS de Linhares	70
2.1 O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS/LESTE	70
2.2 O conceito de territorialização	71
2.2.1 <u>O bairro Linhares</u>	73
2.3 Procurando a porta de entrada – o espaço físico do CRAS/LESTE e os procedimentos	75
2.3.1 <u>O cadastramento</u>	81
2.3.2 <u>Assistentes sociais e mulheres</u>	83
2.4 Procurando outra porta de entrada – o espaço físico da UBS e os procedimentos	86
2.4.1 <u>A entrada é pela UBS</u>	87
2.4.2 <u>A UBS e seus procedimentos</u>	88
3. MIRANDO NA FAMÍLIA ACERTANDO NA MULHER	93
3.1 A família referenciada	93

3.1.1 <u>CRAS/LESTE e UBS de Linhares: as percepções dos agentes do Estado sobre a categoria família</u>	94
3.1.2 <u>A população flutuante</u>	101
3.2 Contribuições aos estudos sobre a família	104
3.2.1 <u>A família moderna</u>	104
3.2.2 <u>Estudos sobre a família popular brasileira</u>	106
3.2.2.1 Estudos sobre a família dos trabalhadores.....	107
3.2.2.2 Os estudos sobre as famílias dos grupos populares.....	109
3.3 A aliança Estado-mulher	114
3.4 O lugar do feminino	116
3.5 As mulheres procuram suas bolsas	119
3.6 As mulheres usam suas bolsas?	123
3.7 A invisibilidade masculina e o discurso da solidão	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	140

INTRODUÇÃO

Este estudo pretende analisar, a partir da designação de “centralidade na família” utilizada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) brasileira, o destaque dado à figura da mulher. Dentro desta política, o Programa Bolsa Família - PBF foi escolhido para análise da centralidade Família-Mulher, visto que, ao eleger a mulher como beneficiária preferencial dos recursos repassados para o núcleo familiar, reforça os padrões culturais de nossa sociedade que mantêm a figura feminina vinculada a papéis tradicionais de gênero (MELLO, 2005). A Família,¹ tomada na sua generalidade de discurso hegemônico, mesmo tendo sido atingida por diversas transformações ao longo dos tempos, a figura central desta instituição social, enquanto responsável pela educação, saúde, e consequente bem-estar dos seus membros, ainda recai sobre a figura feminina. Portanto, o que se verifica é que as funções atribuídas à família no que tange à socialização, à transmissão dos valores, à proteção afetiva e também material dos seus componentes, frequentemente se confunde com o papel social depositado sobre a mulher-mãe (MEYER, 2006; KLEIN, 2005).

O Programa Bolsa Família – PBF, lançado em 2004, pelo governo federal, unificou outros Programas de Transferência Condicionada de Renda - PTCR que já eram utilizados para repassar diretamente às famílias um valor em dinheiro - o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação e o Auxílio Gás. O programa tem como objetivos básicos promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; combater a pobreza; e promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público conforme o disposto no Decreto nº. 5.209, de 17 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004a).

O foco deste programa, conforme o próprio nome diz, são as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. É o conceito de vulnerabilidade utilizado de forma ampliada, englobando as diversas situações vivenciadas pelas famílias como - desemprego, fome, pouco acesso a bens e serviços da comunidade local, doenças, habitações precárias.

¹ A Família, em maiúsculo majestático, referir-se-á ao conceito hegemônico de Família Nuclear Moderna, construída a partir dos desdobramentos da modernidade (separação entre casa e trabalho, expansão da ingerência do Estado, revolução da afetividade) concentrada em três grandes valores – indivíduo como valor, amor conjugal e centralidade das crianças (FOUCAULT, 1992; ÁRIES, 1981; DUARTE, 1986; FONSECA, 1995).

A Lei que cria o PBF determina no Art. 23 que: “o titular do cartão de recebimento do benefício será preferencialmente a mulher ou, na sua ausência ou impedimento, outro responsável pela unidade familiar” como destacado na Lei nº. 10.836/2004, art.23º (BRASIL, 2004b). Mesmo na presença de homens na família (pai, avô, tios), o benefício será concedido à mulher. As justificativas do Estado são várias, algumas apontam para dados sociológicos que indicam uma maior situação de vulnerabilidade entre as famílias chefiadas por mulheres, e ainda para as diversas pressões exercidas sobre a família por mudanças no mundo do trabalho. (BRASIL, 2004b). Outras justificativas apontam que a mulher fará uso “mais apropriado dos fundos”, já que para o Estado a mãe gerenciaria melhor os recursos recebidos; também pretende “assegurar a participação da mulher na educação e no desenvolvimento da criança”, e ainda, acredita que “repassar os recursos para as mulheres, principalmente para a mãe – normalmente responsável pelas crianças, é uma forma de promover a equidade de gênero” (STAL, 2002:4).

Este programa exige o cumprimento de algumas condicionalidades além da renda, para que a família seja incluída e permaneça recebendo os benefícios à frequência escolar de crianças e adolescentes que deve ser mantida em 85% mensal, e também os cuidados para com a saúde, que incluem vacinação para as crianças de 0 a 6 anos e o acompanhamento pré-natal das gestantes e nutrizes. São, portanto, as responsabilidades femininas determinadas pelo programa federal. Além do recebimento preferencial dos benefícios, cabe à mulher-mãe o cumprimento das condicionalidades exigidas, quais sejam: escolaridade dos filhos e cuidados com a saúde. Diante desta constatação, a pergunta guia que embasou o trabalho de campo foi: quais os efeitos (se é que eles existem) que o recorte de gênero feito pelo PBF pode gerar na vida das mulheres beneficiárias?

O interesse por este tema surgiu quando constatei empiricamente, em minha prática profissional, que são as mulheres, na maioria das vezes, que se dirigem às instituições em busca de soluções para problemas referentes à violação de direitos e assistência material para suas famílias. Atuando profissionalmente em instituições sociais e de educação, e ainda, como membro do Conselho Tutelar no município de Juiz de Fora, desde minha graduação em Psicologia, foi possível desenvolver uma escuta crítica, tanto em relação às demandas dos sujeitos que recorrem à assistência social, quanto à elaboração e execução das políticas públicas que pretendem atender essas demandas.

Os impasses vivenciados na prática cotidiana diante da impossibilidade de incluir e promover as pessoas que para ali se dirigiam me fizeram supor que poderiam existir outras variáveis interferindo nos ideais de promoção social e de cidadania. Isso se evidenciava nos

discursos de dirigentes e agentes do Estado responsáveis pelas instituições onde trabalhei, que frequentemente colocavam os usuários como culpados por serem desestruturados, desconsiderando os efeitos de classe, gênero, etnia e escolaridade que incidem e agravam os contextos dos que vivem na pobreza. Esta forma de perceber, especificamente as mulheres-mães e, conseqüentemente suas famílias, produziam intervenções pautadas em práticas assistencialistas que supunham a existência de uma pobreza simbólica atrelada à pobreza material do grupo de mães.

Assim, sempre ocorria distribuição de roupas usadas, de cestas básicas, de remédios, e o tom das intervenções era sempre no sentido de “promover as mães” para melhor cuidarem de seus filhos. Objetivávamos ensinar a elas como ser uma boa mãe, desenvolver ações para a promoção de sua cidadania, mas isso, frequentemente fracassava. Certo incômodo tomou conta de minha escuta e comecei a me perguntar sobre o que poderia estar impedindo que tais intenções se efetivassem. Por que oferecer alimento, roupas, uma creche para que as crianças estudassem enquanto suas mães trabalhavam, fazer palestras e mais palestras, visitas domiciliares para acompanhamento das orientações dadas não garantiam a promoção social das mães e suas famílias?

Todas essas expectativas, evidentemente, estavam atreladas “as próprias circunstâncias” do grupo interdisciplinar, onde me incluía. Profissionais como pedagogas, assistentes sociais e psicólogas construía ações direcionadas para o outro, sem considerar que estruturas culturais específicas geram significados e práticas sociais próprias. E da compreensão primeira de pobreza logo se desprendia uma “expectativa/julgamento moral” da incapacidade daquela mulher atingir um ideal familiar e de papel de gênero que estavam inscritas na historicidade de nossa própria organização familiar, já aderida a processos de disciplinarização, associadas a um Estado beneficiário e condições econômicas determinadas (FONSECA, 2005).

A necessidade de ampliar as minhas possibilidades de compreensão sobre as categorias família, mulher e assistência social exigiam outras teorias que me possibilitassem compreender os fenômenos sociais como construções históricas. O texto desta dissertação representa esta busca e o encontro com novas “lentes” que me permitiram considerar as categorias família, mulher e assistência social de uma maneira mais bem refletida (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998; GEERTZ, 1997).

A aquisição de novos conhecimentos, nem sempre se processa de forma tranquila e indolor. O mal-estar sentido foi grande diante da necessidade de se deslocar o olhar do individual para o coletivo. Caso suspeitasse que existissem outras variáveis intervindo no ideal

de “promoção social”, precisaria mudar o foco e procurar formas de compreender não mais as questões dos sujeitos isolados, mas as questões dos grupos, da sociedade que determina o comportamento dos indivíduos e não o contrário.

A busca pelo Mestrado em Ciências Sociais representou a possibilidade de analisar tais impasses, já que os conhecimentos adquiridos na graduação em Psicologia e na especialização em Psicanálise não davam conta de todas as dimensões envolvidas nas questões referentes à pobreza e assistência social.

O curso de Psicologia segue uma formação generalista e, como ciência, se interessa na compreensão do indivíduo que logo ao nascer é inserido no mundo social formado basicamente por relações entre indivíduos. Esta noção de indivíduo, aprendida em minha formação primeira, teve efeitos na minha prática profissional, uma vez que me levou a crer nas possibilidades de um sujeito autônomo e livre, guiado por seus desejos.²

Não podendo desconsiderar as críticas que incidem sobre a Psicologia enquanto ciência, nascida comprometida com os objetivos do Estado, interessada em instrumentos que possibilitassem o ajustamento e adequação dos indivíduos ao contexto social, nem tão pouco que, ainda hoje, para o censo comum, a figura do psicólogo apareça vinculada a atendimentos individuais, com o psicólogo e seu cliente isolados dentro do confortável “setting analítico”, apesar delas, aventurei-me a navegar por mares desconhecidos, buscando encontrar alguma ilha que nutrisse de respostas a minha imensa lista de perguntas. As respostas que eu possuía até então me pareciam demasiadamente simplificadoras diante das práticas e sentidos que os grupos sociais, que eu encontrava em minha prática profissional, me apresentavam.

Foi preciso um tempo de leitura, reflexões, silêncios, rearranjos teóricos, incômodos e uma grande batalha para a desconstrução de um olhar naturalizado sobre família, papéis sociais e de gênero, pobreza, classe social, raça, desigualdades, submissão feminina, promoção social, cidadania, educação e mercado de trabalho. A aproximação mais profunda com a Antropologia, com certeza, contribui imensamente para todo esse processo, pois leitura de antropólogos e suas etnografias ora abriam a possibilidade de uma leitura mais particularizada de modos de vidas e discursos diferentes, e, não necessariamente excludentes, ora contribuía ainda mais para a sensação profundamente inquietante de desconforto e medo diante do novo. Se Gilberto Velho (1978) me instrua que ao pesquisador cabe procurar resolver o impasse de tornar o familiar em exótico e o exótico em familiar, provocando o

² Nessa dissertação apresentamos a noção de indivíduo como um valor social, como uma categoria existencial construída historicamente a partir do século XVI, baseando nos trabalhos de LOUIS DUMONT (1992) e MICHEL FOUCAULT, (1992).

“estranhamento” em relação ao objeto de estudo, eu não tinha dúvidas de que minha familiaridade com a área da assistência social estava se tornando exótica.

Apesar do impacto sentido, crescia a certeza de que era isto que eu queria: adquirir novas lentes para compreender melhor as questões sociais, ainda que de início meus olhos ficassem ofuscados e exigissem ajustes no foco. Esse ajuste começou a acontecer, quando me defini por seguir o viés antropológico. Já havia compreendido que este campo disciplinar e metodológico me faria sentir um pouco mais de conforto, na difícil tarefa de me aproximar das questões do outro e, também, para a construção de um distanciamento necessário para alcançar êxito em minha empreitada qual seja: compreender a decisão do Estado de “investir” na mulher, e mais especificamente, as tensões produzidas no encontro entre dois universos distintos Estado e mulher pobre.

Ao mesmo tempo, porém, em que vislumbrava a possibilidade de interlocução entre o fazer antropológico e a psicanálise, já que ambos os paradigmas defendem uma relação proximal entre “nós” e “eles”, foi necessário me distanciar do lugar de analista e do lugar de mediação que eu ocupava dentro das instituições de assistência até bem pouco tempo (BOTT SPILLIUS, 2002; FONSECA 2006; GINZBURG, 1990). Cada vez que me aproximava da definição de meu objeto minha inserção como “agente do Estado” irrompia. Eu continuava fitando aquela mulher com perguntas naturalizadas de alguém que sempre adotava a fala do Estado e acreditando que, ajustando o foco, teria a mulher-mãe comprometida com o ideal de maternidade vinculado ao Programa Bolsa Família.³

Como pode ser facilmente percebido, os desafios para minha orientadora não foram poucos. Quando apresentei meu interesse em estudar sobre a pobreza, logo fui acolhida, mas era preciso encontrar um ponto que fosse menos amplo. Fui alertada sobre os impasses de se trabalhar com tema tão próximo de minha vida profissional, mas o que eu sabia da área de assistência social era muito pouco. As advertências que eu ouvia nas orientações eram: “Vês como teu olhar parte sempre do Estado? Ou “Minha pergunta é: como poderias construir uma alteridade real?”, perguntas que me atingiam como um soco no estômago, pois eu não tinha a menor ideia de como conseguir estas respostas. O que faz uma orientadora diante dessa situação? Tome leituras!

À medida que avançava na análise bibliográfica e na etnografia realizada, nos textos oficiais que instituem a assistência social como direito na sociedade brasileira e, principalmente pelo fato do governo federal priorizar os Programas de Transferência

³ No capítulo III, aprofundaremos as questões referentes ao ideal de maternidade encontrado em campo.

Condicional de Renda - PTCR, especificamente, neste estudo, o Programa Bolsa Família – PBF, várias questões surgiram. Qual a contribuição das mulheres na efetivação dos objetivos do programa? Quais as tensões produzidas no encontro entre os agentes sociais, encarregados de executar a política pública e as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF? Como as mulheres, principais beneficiárias do programa federal, lidam com o fato de receberem as “bolsas”? Como lidam com os critérios do programa? Quais os desdobramentos deste recorte de gênero podem ser percebidos nas relações estabelecidas entre os membros de sua família, e principalmente, com os homens?

Como veremos no capítulo a seguir, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, aprovada no ano de 2004, almeja instituir uma (re) organização na gestão da política de assistência social, visando unificar o próprio conceito de assistência social e também os diversos procedimentos em todo território nacional, instituindo o Sistema Nacional de Assistência Social – SUAS. Como forma de operacionalizar as ações da política de assistência social, a PNAS (2004) instituiu o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou Casa das Famílias, que se apresentam como “*porta de entrada*” dos usuários à rede de proteção social básica do SUAS.⁴ (BRASIL, 2004).

Importante destacar que o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, regulamentado pela Norma Operacional Básica - NOB/SUAS (2005), a ser implantado em todo território nacional, segue os mesmos propósitos do Sistema Único de Saúde – SUS, sendo possível comparar os dois sistemas, considerando as especificidades de cada área. Fica evidente que os idealizadores da política social almejam que as unidades do CRAS sejam como as Unidades Básicas de Saúde, para onde os usuários devem se dirigir em caso de necessitarem de algum serviço médico. Assim, sempre que se desejar algum serviço assistencial, a unidade do CRAS deve ser acionada primeiro.

Inicialmente, pretendia-se usar como base empírica deste estudo as dependências do CRAS/Leste, instalada no bairro Linhares, no município de Juiz de Fora. Lá onde este estudo se desenvolveu. Porém, como será descrito no capítulo II, encontrei algumas dificuldades para estreitar os vínculos com a equipe que ali trabalhava, impedindo que uma relação de maior reciprocidade fosse estabelecida entre pesquisadora e os profissionais, sendo necessário, então, procurar outra “*porta de entrada*”. O que fiz com a autorização e acolhimento dado pela equipe da Unidade Básica de Saúde – UBS de Linhares.

⁴ Segundo o texto da PNAS, (BRASIL, 2004), “ser a porta de entrada” significa dizer que todos aqueles sujeitos que necessitarem de acesso a qualquer programa assistencial deverá se dirigir a uma unidade CRAS para serem cadastrados. Segundo critérios de renda e vulnerabilidade social, que envolvem o território onde moram, serão encaminhados ou não para os atendimentos.

Acompanhando os agentes comunitários de saúde, pude ter acesso à grande parte do bairro e às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF.⁵

As mulheres que procuram o CRAS/Leste são cadastradas no Cadastro Único dos Programas Sociais - CadÚnico, ferramenta eletrônica que permite o acesso a dados dos municípios, referente a famílias em situação de pobreza e em condições de serem atendidas por programas federais. Ressaltamos que o cadastramento se faz necessário para todo e qualquer acesso à rede assistencial e não somente para as famílias interessadas em receber os recursos oferecidos pelo PBF. O próprio município também mantém um cadastro denominado *JF Social*, em que é possível traçar um perfil das famílias que desejam uma inclusão nos programas oferecidos pelo município, além de avaliar as demandas por determinados serviços e, também, permite identificar a duplicidade de ações.

Assim, famílias que desejarem o atendimento em qualquer projeto social, seja ele federal ou municipal, deverão ser cadastradas. Ao fim do processo de cadastramento, as mães são informadas se sua família possui ou não o perfil para ser atendida pelo PBF, os procedimentos necessários para o acesso aos recursos ou outros projetos sociais. O cadastramento não garante a vinculação ao programa e encontrei casos em que, apesar da família ter o perfil para o atendimento, está a quase quatro anos aguardando a inclusão como beneficiária.

Isso nos possibilitou pensar que o ideal das propostas de universalização da assistência social brasileira, enquanto direito, instituídas pela nova legislação que normatiza o tema, que serão analisadas neste estudo, encontram grande dificuldades para serem alcançadas. Os poucos recursos destinados a esta área são sempre insuficientes e mantém-se a antiga necessidade de se comprovar a carência, além das exigências do cumprimento de condicionalidades por parte dos beneficiários.

A análise bibliográfica que embasa este estudo nos possibilitou avançar na compreensão de como a família, principalmente aquela classificada como dos grupos populares ou, a mulher pobre, num dado momento histórico se tornaram o eixo das políticas públicas. Permitiu-se, assim, compreender, o destaque dado à mulher ao longo dos tempos e sua importância como elo entre as duas instituições: Estado e Família. (DONZELOT, 1986; ÁRIES, 1981; COSTA, 1979; FOUCAULT, 1992) Mas, que família se pretende atender?

⁵ O município de Juiz de Fora, implantou a primeira unidade do CRAS, no bairro Linhares, região Leste da cidade, em agosto de 2006, o que justifica nossa escolha por centralizar a pesquisa nesse bairro. Atualmente o município de Juiz de Fora conta com nove unidades do CRAS implantadas, distribuídas em diferentes áreas de vulnerabilidade.

Sendo as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF, pertencentes à camada social de baixa renda, fez-se imprescindível percorrer os debates em torno da denominação “grupos populares” realizada por autores da antropologia brasileira na intenção de compreender as especificidades vividas pelos sujeitos pertencentes a este segmento. (SARTI, 1996; DUARTE, 1986; ZALUAR, 1985, SCOTT, 2002; FONSECA, 1987)

Assim, este estudo considera a presença dos diversos atores e, por isso mesmo, as diferentes possibilidades discursivas existentes sobre assistência social, família e mulher gerando uma polifonia e constantes resignificações. Longe de pretender esgotar as possibilidades de análise, o interesse maior é contribuir para ampliar a compreensão das diferentes dinâmicas encontradas em campo.

O primeiro capítulo tem por objetivo central mencionar, ainda que em linhas gerais, as particularidades das mudanças governamentais, no Brasil, que incidem diretamente sobre diretrizes discursivas que o Estado irá utilizar como base para elaborar suas ações na área da assistência social.⁶ A análise dos documentos oficiais que instituem a Política Nacional de Assistência Social – (BRASIL, 2004) e, as bibliografias utilizadas informam sobre a inquietante procura de um caminho menos tortuoso para que a assistência social se efetive enquanto direito social. Sendo o desafio principal da política social acolher grande parcela da população que vivencia situações de pobreza, procurei apresentar os contextos sociais que levam o Estado a optar por instituir os Programas de Transferência Condicionada de Renda - PTCR.

O capítulo II tem como interesse principal apresentar as instituições CRAS/Leste e UBS de Linhares, bases empíricas deste estudo. Apresentando um dos conceitos basilares da PNAS (BRASIL, 2004) “*territorialização*”, além de apresentar os principais atores, seus procedimentos, as negociações, conflitos e reciprocidade vivenciados desde os primeiros contados em campo.

No capítulo III, apresento o conceito de “*família referenciada*” e as contribuições antropológicas que permitiram ampliar a compreensão sobre os contextos sócio-históricos que operam desde a Antiguidade e afetam a construção do pensamento moderno, quanto ao modelo de proteção da infância e à percepção da família como elemento estruturante da sociedade. Isso contribui para a proliferação de um discurso, emanado dos idealizadores da política de assistência social que, pretendendo combater a pobreza, contribuem para reforçar

⁶ Seguindo a perspectiva antropológica a categoria Estado será utilizada como um fenômeno disseminado em toda a sociedade. Não se resumindo, portanto, às formas instituídas de poder, ou atrelada à figura dos governantes (Evans-Pritchard, 1978; Leach, 1954; Turner, 1975).

as representações que circulam no campo social e que mantêm a figura feminina vinculada a papéis tradicionais de gênero. Também, apresento a diversidade de dinâmicas familiares encontradas em campo, suas interações com os critérios do programas e agentes do Estado.

Para a realização deste estudo foi utilizado o método etnográfico e suas técnicas para coleta de dados: observação participante, entrevistas semiestruturadas, análise de documentos, além da revisão bibliográfica oficial e de autores que tratam das questões referentes a grupos populares, mulheres chefes de família, gênero, políticas públicas e assistência social. (DUARTE, 1986; ZALUAR, 1985, SCOTT, 2002; FONSECA, 2003; DRAIBE, 2002; SPOSATI, 1991; entre outros).

A METODOLOGIA

A pesquisa de campo que sustenta esta dissertação foi desenvolvida em dois tempos distintos e complementares, nos meses de abril e junho de 2008, e ainda no período que compreende os meses de fevereiro a junho de 2009. Quanto à técnica para o registro dos dados coletados, utilizei o diário de campo. Nele procuramos registrar os discursos e os fatos que representam as regularidades do grupo estudado, mas também o “imponderável”, sempre atento para o contexto em que são produzidos; as expressões, suas práticas e visões de mundo, tanto dos agentes sociais quanto das mulheres beneficiárias.

Diante de todos os desafios que me propus a enfrentar, foi feita uma franca opção pela antropologia interpretativa, já que intencionava romper com o modelo objetivista que coloca o pesquisador em posição superior ao entrevistado, pois, sendo este um tema que envolve diferentes atores, leis, discursos, e uma grande diversidade de práticas e dinâmicas, este método possibilitou uma melhor compreensão desse quadro. O viés hermenêutico possibilita a compreensão da ação quando privilegia o significado atribuído pelos sujeitos sobre sua própria condição. Nesse estilo de se fazer antropologia, a intersubjetividade é considerada fundamental, sendo a autoridade do pesquisador colocada em questão, o saber é negociado entre o investigador e o nativo, num processo de confrontação de horizontes. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, CALDEIRA, 1988).

A escolha dessa abordagem ocorreu em função da necessidade de se buscar uma atitude de “estranhamento”, objetivando contribuir para pensar outros sistemas de referência, ou seja, outras formas de representar, definir, classificar e organizar a realidade e o cotidiano que não meus próprios termos. Representa a possibilidade de evitar atitudes etnocêntricas que nos impedem de olhar o “outro” na sua dignidade e positividade e, muitas vezes, alimenta as

ideologias sobre a carência cultural como explicações sobre os modos de vida alheios. (GEERTZ, 1989).

Assim, guiada pela compreensão de que na pesquisa a escolha do objeto de modo algum é neutra, e a dimensão da implicação do pesquisador é com o objeto constitutivo da mesma, cremos que este trabalho reflete a impossibilidade de desembaraçar um procedimento de sua condição subjetiva, isto é, da implicação do sujeito que o produz. Considerando os apontamentos feitos por Cardoso de Oliveira (1998) sobre a necessidade da “domesticação teórica de seu olhar”, esclarecemos que utilizaremos neste estudo abordagens sociológicas, econômicas e jurídicas, mas o paradigma que nos fornecerá o corpus teórico será a antropologia e seus métodos de pesquisa, pois, conforme o autor esclarece: “... a obtenção de explicações fornecidas pelos próprios membros da comunidade investigada permitiria obter aquilo que os antropólogos chamam de “modelo nativo” matéria-prima para o entendimento antropológico”. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988:22)

Portanto, se intencionava ampliar as possibilidades de compreensão sobre minhas primeiras percepções, que me indicavam a existência de uma sobrecarga de discursos e expectativas depositadas sobre as mulheres dos grupos populares, e ainda, compreender os impasses vivenciados diante das intenções de promovê-las, depositando sobre elas, muitas vezes, a responsabilidade diante do fracasso, considerando-as como “indisciplinadas”, deveria aproximar-me delas, para assim, friccionando nossas percepções, eu pudesse compreender melhor as especificidades de sua classe social, permitindo refletir sobre a minha. (FONSECA, 1999)

Diante disso, não desconsiderando as diversas pesquisas que analisam o viés econômico e procuram avaliar as políticas públicas e os impactos que a distribuição de renda possui na economia local e na efetiva redução da pobreza, ou ainda, que enfocam a descentralização desta política e o papel do Estado no novo reordenamento institucional brasileiro, nosso desafio neste estudo será contribuir com algumas considerações sobre as tensões produzidas por essa política pública na vida das mulheres, especificamente na vida das beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF.⁷

Esta pesquisa utiliza, pois, dados obtidos na pesquisa de campo com as famílias contatadas através destas duas instituições CRAS/Leste e UBS de Linhares, e ainda apresenta

⁷ Sobre reordenamentos institucionais pós Constituição de 88, consultar Silva (2001); Sposati (2006) e Draibe (2005; 2006).

a percepção que agentes do Estado possuem sobre as categorias, família, mulher e assistência social.⁸

Utilizo nesta dissertação nomes fictícios para todos os entrevistados e entrevistadas. Não omiti o lugar, nem o tempo de nossas interações, pois considero que o registro etnográfico ficaria sem sentido. Relatei fatos, eventos, situações, espaços e interações, mas nunca individualizei meus registros. Tenho ciência de quem se ler aqui, poderá se reconhecer.

⁸ Utilizarei os termos: Agentes do Estado, quando for me referir de uma forma geral aos agentes sociais encarregados de executar as políticas públicas. O termo equipe multiprofissional designa as equipe técnica ao CRAS/Leste e, Agentes Comunitários de Saúde – ACS para referência os agentes que trabalham na UBS de Linhares.

1.NOVOS DESAFIOS E VELHOS DILEMAS: a construção da assistência social no Brasil

1.1. Estado e Assistência Social: o encontro é na encruzilhada

Uma das principais contribuições encontradas nos primeiros estudos etnográficos de antropologia política, que objetivavam analisar grupos sociais sem a presença institucionalizada de um Estado formalizado, foi apresentar a noção de política como um fenômeno disseminado em toda a sociedade. Esta nova perspectiva de compreensão das relações sociais amplia a noção de política e com ela a própria noção de poder, que passa a ser compreendido como um fenômeno disseminado por todo social. Não se resume, portanto, às formas institucionalizadas de governo, como o Estado, por exemplo, Evans-Pritchard (1978) e Foucault (1992).

Assim, é fundamental ressaltar que este estudo se apropria desta contribuição antropológica e pretende avançar compreendendo a categoria Estado em toda sua fluidez. Esta forma de compreender o Estado possibilita analisar os contextos sociais como diferenciados e as relações de poder considerando os conflitos, rituais, mitos, identidades, status, representações e práticas.⁹ (BEVILAQUA & LEIRNER, 2000)

Embora possa parecer ser aparentemente simples a tarefa de estudar o Estado, trata-se, contudo, de uma proposta complexa a ser executada e que implica pelo menos dois pressupostos. O primeiro, o de que a sociedade é heterogênea, formada por redes sociais que sustentam e possibilitam múltiplas percepções da realidade. O segundo, o de que o "mundo da política" não é um dado *a priori*, mas precisa ser investigado e definido a partir das formulações e dos comportamentos de atores sociais e de contextos particulares. (BEVILAQUA & LEIRNER, 2000)

Diante destas considerações, procurei analisar as práticas dos agentes sociais, encarregados cotidianamente de executar, através do governo federal, e nesse caso também, na esfera municipal, os interesses do Estado, uma vez que é neste nível de poder que se idealizam e se executam as políticas sociais, especificamente nesse estudo, o Programa de Transferência de Renda Condicionada – ou Programa Bolsa Família.

⁹ *The Nuer* (1978) é a obra de Evans-Pritchard que tem como interesse central estudar as sociedades “sem Estado”, sobre o mesmo tema ver trabalhos dos antropólogos: Edmund Leach (1995), Victor Turner (1974), Pierre Clastres (1988) dentre outros.

Este capítulo tem por objetivo central mencionar, ainda que em linhas gerais, as particularidades das mudanças governamentais, no Brasil, que incidem diretamente sobre diretrizes discursivas que o Estado irá utilizar como base para elaborar suas ações na área da assistência social. Indicando os contextos sócio-políticos, em diferentes períodos, a intenção é tratar esses contextos como mutáveis, fluidos e como um campo repleto de tensões e negociações, por isso mesmo sujeito a mudanças.

Com o objetivo de captar as estratégias discursivas utilizadas, pelo Estado, na concepção e execução de sua política social, realizei a análise dos documentos oficiais que indicam os parâmetros que devem ser seguidos para que a assistência social seja elevada à categoria de direito social. Sendo o discurso “um lugar de investimentos sociais, históricos, ideológicos, psíquicos, por meio de sujeitos interagindo em situações concretas”, procurou-se compreender no texto legal a opção do Estado brasileiro em investir na família e, mais especificamente, na mulher-mãe. (CARDOSO, 2003, p.32)

Também realizei análise bibliográfica de autores sociólogos e antropólogos que possibilitaram analisar e compreender as modificações ocorridas no mundo do trabalho, que afetam as políticas públicas do Estado brasileiro e determinam a nova ideologia que institui um novo patamar para a assistência social, bem como me apropriar das teorias que descrevem as especificidades das dinâmicas vivenciadas pelos sujeitos que formam as camadas inferiores de nossa sociedade, denominada pela antropologia como grupos populares. Procurando compreender as tensões que se processam no momento de se aplicar as intenções do Estado, via política pública, ou seja, no momento do ideal ser traduzido em ação prática; apresento alguns dados da pesquisa de campo onde procurei analisar os significados que os agentes do Estado envolvidos com a execução da política assistencial e os beneficiários do Programa Bolsa Família atribuem às categorias trabalho, assistência social e caridade.

Sem pretender esgotar o tema, optei por um recorte temporal que indica as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e no mundo das ideias como fenômenos importantes que afetam diretamente as concepções socialmente construídas, e, a partir de então, sobre a melhor forma de se acolher a significativa parcela da população denominada “*os pobres*”. (CASTEL, 1998) Assim, apresento a seguir algumas reflexões sobre como o Estado brasileiro vem, ao longo de sua história, enfrentando as questões relacionadas à pobreza que atinge uma significativa parcela de sua população, quais as ações efetivamente propostas como possíveis para este enfrentamento e os desafios que se colocam entre os discursos que circulam sobre este tema e a diversidade de sujeitos, necessidades e práticas.

É inegável que nas últimas duas décadas, a assistência social conquistou na sociedade brasileira um espaço discursivo e ideológico importante, pois, se antes as ações nesta área eram oferecidas de maneira descontinuada ou emergencial, sendo subsidiados pela filantropia, atualmente está inscrita em documentos jurídicos produzidos pelo Estado como sendo seu dever oferecê-la a todos que dela necessitarem.

O que significa dizer que o Estado deve assumir não apenas a responsabilidade por sua normatização e regulação nos três níveis governamentais, mas também será o principal responsável pelo financiamento, monitoramento e avaliação das diferentes organizações que atuam neste setor. (BRASIL, 2004). Mas, o caminho traçado pela assistência social brasileira é longo e pouco pavimentado, o que faz com que os avanços sejam lentos.

Conforme indica a perspectiva analítica de Alejandra Pastorini, desenvolvidas no seu texto - **Quem Mexe nos fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão – conquista”** (1997), o campo das políticas sociais envolve negociações, avanços e retrocessos, pois no momento de debates quanto a melhor forma de implementá-las sempre estarão em jogo o interesse de três sujeitos protagônicos: *“classe hegemônica, o Estado intermediador e as classes trabalhadoras”* (PASTORINI, 1997, p.86).

O encontro marcado por esses três atores sempre sofre algum atraso. Quando ocorre, como veremos, implica articulações que causam morosidade levando as práticas para uma encruzilhada onde uma seta indica – filantropia, e a outra – direito social. Esta indefinição sobre o melhor caminho a ser seguido faz com que o derradeiro encontro, cada vez mais indispensável, seja adiado. Sendo necessário considerar as constantes tensões, conflitos, arranjos e rearranjos produzidos entre lucratividade e atendimento de necessidades dos sujeitos. (PASTORINI, 1997)

1.2 A construção do sistema de bem-estar brasileiro

O texto de Aldaíza Sposati, (1991), **Carta-Tema: A Assistência Social no Brasil 1983-1990**, contribuiu para a compreensão do processo histórico que a assistência social assume na difícil tarefa de atender aos desvalidos. Esta autora considera que as ações assistenciais tradicionalmente tinham como base um viés paternalista e clientelista tendo permanecido por muito tempo sob a responsabilidade da Igreja, pautada pela ótica do favor e da benesse. Ajudar os mais necessitados tornava-se uma forma de se dizer cristão, e o objetivo básico da assistência era atender o caráter emergencial das necessidades. Podendo-se afirmar que “a assistência social fundada na concepção funcionalista da sociedade, adotava a noção de

carência, marginalização social, baseando no conceito ideal da família, do trabalhador” (SPOSATI, 1991, p.14).

Inicialmente, é sobre o viés da caridade e do trabalho que a assistência social brasileira procura se instituir. Procurando articular estratégias para a reprodução social em que os interesses são constantemente negociados entre sujeitos desiguais.

No intuito de compreender os caminhos percorridos pelo Estado para desenvolver ações na área da assistência social, a literatura estudada apresenta o conceito de “*Estado de Bem-Estar Social*” que de certa forma equivale a *Welfare State* e que são os termos mais usados na literatura internacional, e ainda, o termo “*Sistema de Proteção Social*”, utilizado por Sônia Draibe (2002) e que se adequou melhor à proposta desta pesquisa. No seu texto, **Brasil, 1980-2000: proteção e insegurança sociais em tempos difíceis**, (2002), a autora esclarece sua opção ao utilizar o conceito de “*sistema de proteção social*” no sentido abrangente, em suas palavras: “*quase com a mesma extensão que tem o conceito de bem-estar social*”.

Draibe pretende, assim, dar destaque ao uso do termo “proteção” expandindo seu uso para além do emprego tradicional dentro da seguridade social, qual seja, “*perda previsível da renda do trabalho*” para estendê-lo a seu uso contemporâneo que envolve a noção de “*ter um emprego decente, educar os filhos, viver em megalópoles, habitar e alimentar-se condignamente, etc.*” (DRAIBE, 2002, p. 6). Afirmando que o modelo de *Welfare State* implantado no país, até a década de setenta, era do “*tipo conservador*”, uma vez que o Estado aparece neste modelo como mero sancionador da “distribuição primária da renda e da riqueza”, a autora destaca as dificuldades apresentadas pelo modelo de bem-estar brasileiro ela afirma ¹⁰:

Sistematicamente pressionado, na sua base, pelos baixos salários e pela elevadíssima concentração da renda – características duras do padrão brasileiro de crescimento econômico – o embrionário *Welfare State* brasileiro enfrentou também outros fatores que tenderam a agravar suas distorções: as enormes dimensões de suas clientelas e a rapidez do seu poder de expansão, praticamente concentrado nos curtos anos da década dos setenta (DRAIBE, 2002, p. 7).

Temos assim apresentadas as especificidades do “*sistema de proteção social*” desenvolvido na sociedade brasileira, já que o próprio salário por vezes é insuficiente para

¹⁰ A autora se baseia nos estudos de Esping-Andersen (1991) que apresenta três modelos de *Welfare State*, agrupados de acordo com os tipos de regime: “liberal”, “conservador” e “social-democrata”. O modelo brasileiro é considerado *Welfare State* conservador definido como um modelo onde há a predominância da subordinação dos direitos à classe e ao status. O Estado é subsidiário de outras instituições, em especial a Igreja, e existe um comprometimento com a preservação da família tradicional.

garantir as necessidades dos trabalhadores, diferentemente do modelo construído nos países desenvolvidos, onde as políticas sociais nascem vinculadas ao pleno-emprego e, por isso podem durante algum tempo possibilitar a melhoria de vida da população.¹¹ No Brasil, os baixos salários da população geram uma base contributiva baixa fazendo com que os benefícios dispensados à classe trabalhadora sejam precários e insuficientes, ou seja, mesmo aqueles indivíduos que estão inseridos no mercado de trabalho necessitam de amparo social.

Em outro estudo: **O Welfare State no Brasil: características e perspectiva** (1998), Draibe esclarece que não se pode recorrer a um “*conceito unívoco*” sobre o conceito de Welfare State, pois várias correntes teóricas estudam esse assunto, sendo divergente as concepções sobre de que forma o Estado deve atuar. Procurando superar dicotomias entre as posturas inglesas e francesas sobre esse assunto, a autora enumera três elementos comuns que podem esclarecer sobre as novas funções do Estado: 1) cabe ao Estado oferecer políticas sociais; 2) o Estado na sua relação com o Mercado deve cuidar dos resultados adversos produzidos e; 3) oferecer uma renda para garantia dos indivíduos ou famílias que estejam à margem ou fora do mercado. (DRAIBE, 1998, P.19)

A mesma autora esclarece sua concepção de Welfare State desta forma:

Por Welfare State estamos entendendo, no âmbito do Estado Capitalista, uma forma particular de regulação social que se expressa pela transformação das relações entre o Estado e a Economia, entre o Estado e a Sociedade, a um dado momento de desenvolvimento econômico. Tais transformações manifestam-se na emergência de sistemas nacionais, públicos ou estatalmente regulados de educação, saúde, integração e substituição de renda, assistência social e habitação que, a par das políticas de salário e emprego, regulam direta ou indiretamente o volume, as taxas e os comportamentos do emprego e do salário na economia, afetando, portanto, o nível de vida da população trabalhadora. Concretamente, trata-se de processos que, uma vez transformada a própria estrutura do estado, expressam-se na organização, e produção de bens e serviços coletivos, na montagem de esquemas de transferências sociais, na interferência pública sobre a estrutura de oportunidades de acesso a bens e serviços públicos e privados e finalmente, na regulação da produção e distribuição de bens e serviços sociais privados (DRAIBE, 1998, p.29).

Dessa forma, visando assegurar o processo interno de acumulação e produção capitalista, políticas públicas deverão ser implementadas como mediadoras entre as necessidades de valorização e acumulação do capital e as necessidades de manutenção da força de trabalho disponível para o mesmo.

¹¹ Sobre as alterações vividas nos modelos de Welfare State construídos nos países desenvolvidos ver trabalhos de O'Connor (1997) e Offe (1989).

Draibe (1998) considera o modelo de Welfare State construído no Brasil como sendo do tipo “*meritocrático-particularista*”, que significa dizer que a seguridade não é oferecida, indiscriminadamente, a todos os indivíduos da sociedade, os tipos meritocráticos são também particularistas. E, ela ainda ressalta que na década de 70 e no início dos anos 80, do século XX, o “*princípio do mérito*” começa a gerar uma sobreposição de ações assistencialistas, uma vez que outras instituições sociais atuam neste setor procurando compensar os efeitos das sucessivas crises vividas pelo mundo do trabalho, instalando um conflito entre - mérito e necessidade - isto é, em que medida os direitos sociais devem corresponder às necessidades de cada indivíduo ou ao seu mérito. Isso se deve ao fato de que os indivíduos com maior dificuldade para satisfazer suas necessidades são os que menos condição possui para contribuir com o sistema de seguridade. A autora afirma:

[...] o sistema brasileiro desenvolveu um esquema assistencial denso, sobreposto e/ou paralelo ao núcleo securitário (por exemplo, os programas da LBA ou os de distribuição gratuita de alimentos do INAM), esquema que, simultaneamente, refere-se a grupos específicos e, portanto, teoricamente residuais, mas que termina por dirigir-se à maior parte da população, assalariada ou não (DRAIBE, 1998, p. 34).

Por esta particularidade opta por utilizar o termo “*sistema de proteção social*”, como uma forma de indicar uma outra base conceitual, diferente da utilizada para descrever os modelos de Welfare State desenvolvido em países desenvolvidos. No contexto brasileiro, com a elevação da miséria, os programas sociais seguem uma ótica assistencialista, aliando-se a este quadro, também, os baixos recursos disponíveis para investimentos na política de assistência. Ela considera, portanto, que no Brasil, somente a partir da década de 30, do século XX, é que começa a existir um tipo “*sistema de proteção social*”, com a transformação do Estado e regulamentação de políticas voltadas para a classe trabalhadora. (DRAIBE, 1998)

1.2.1 A assistência social é para o trabalhador

As ações desenvolvidas pelo governo de Getúlio Vargas (1930/1943), através de sua política trabalhista, com a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), destinados a apoiar os trabalhadores ligados à infraestrutura, como ferroviários e marítimos, ampliando posteriormente para os trabalhadores dos serviços públicos, esboça o que viria a ser a previdência pública no Brasil.¹²

¹² Pretendendo ampliar a política de assistência social, foi criada em 1940, A Legião Brasileira de Assistência - LBA, baseada nos princípios cristãos de caridade, e tendo como responsáveis administrativas as esposas dos

Segundo Vicente de Paula Faleiros em **A política social do Estado Capitalista: as funções da Previdência e Assistência social**. (1985), as ações assistenciais pretendem, neste período, ampliar a produtividade e controlar movimentos operários e suas greves, assim, o governo implanta a Consolidação das Leis Trabalhistas e Sindicais (CLT), possibilitando afirmar que as primeiras ações de amparo social têm por base o controle social e são rigidamente centralizadas pelo Estado. A vinculação do trabalhador ao mercado formal de trabalho garante acesso a direitos sociais via previdência. O grave, porém, é que a significativa parcela da população foi excluída desse contexto.

Desse modo de se oferecer assistência social foi denominado por Wanderley Guilherme dos Santos, no seu texto *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*, (1987) como “*cidadania regulada*”, exatamente por discriminar e controlar trabalhadores e não trabalhadores. Aqueles sujeitos que não possuem uma profissão definida e regulamentada pelo Estado passam a ser considerados marginalizados, e, para estes restam a benesse e a filantropia.

O grande problema é o crescente número de sujeitos que cada vez mais vive de empregos instáveis, ou subempregos que garantem acesso a alguma renda. Sujeitos que se ocupam em funções consideradas como não integrada ao sistema produtivo - vendedores ambulantes, biscateiros, faxineiras, babás, empregadas domésticas ficando distantes dos direitos de cidadania por não terem como comprovar a relação trabalhista:

Os direitos dos cidadãos são decorrência dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulação estatal. O instrumento jurídico comprovante do contrato entre o Estado e a cidadania regulada é a carteira profissional que se torna, em realidade, mais do que uma evidencia trabalhista, uma certidão de nascimento cívico (SANTOS, 1987, p. 69).

Temos aqui evidenciada a importância atribuída à vida laboral dos sujeitos, sendo possível sua comprovação, via carteira profissional de trabalho. Este documento tem, ainda hoje, grande importância social, e tem como principal objetivo, garantir os direitos do trabalhador junto aos empregadores - salário regular, férias, 13º salário, fundo de garantia, aposentadoria, e outras anotações. Serve também como instrumento para acompanhamento da vida profissional dos sujeitos, pois nela deverão ser anotados todos os dados referentes a

chefes executivos, gerando um período de “primeirodamismo” dentro da área assistencial. Esta prática se manteve até o ano de 1995, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso extinguiu o órgão que vinha sendo alvo de diversas denúncias sobre desvios dos recursos e pelas relações clientelistas com mantinha que as instituições, agravadas durante o governo de Fernando Collor. Sendo criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que teria uma Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) que assume o papel da LBA e do também extinto Ministério do Bem-Estar Social.

empregos - data de contratação, gozo de férias, contribuição sindical, recebimento de FGTS, PIS, data de demissão.¹³

À medida que se altera o quadro político brasileiro, passando, inclusive, pelo período da ditadura militar (1964 a 1985), as ações da assistência social aparecem vinculadas ao binômio assistência/repressão. Iamamoto oferece um panorama sobre a situação vivenciada pela sociedade brasileira durante aqueles anos:

Com a desarticulação dos organismos político-reinvidicatórios da classe trabalhadora, com sua momentânea exclusão da arena política e com a manutenção de uma política salarial comprimida – requisitos da solidificação da dominação burguesa e da expansão capitalista – a questão social passa a ser tratada através da já conhecida articulação entre repressão e assistência, como condição de preservação da “paz armada” imposta pelo poder (IAMAMOTO, 2004, p. 82-83).

Assim sendo, observa-se nesse período o crescimento no número de programas assistenciais destinados aos trabalhadores, que se caracterizam como um conjunto de leis e regras de normatização do trabalho, exigência típica do projeto fordista, diante dos descaminhos da relação capital-trabalho. Santos (1987) constata que “o fato de que os períodos em que se podem observar efetivos progressos na legislação social coincidem com a existência de governos autoritários” (SANTOS, 1987, p.89).

O país viveu durante o governo militar um momento de expressivo crescimento econômico, gerado principalmente pelo aumento das exportações de produtos nacionais e consolidação das indústrias, mas a renda gerada se manteve concentrada nas mãos de poucos. Objetivando amenizar os efeitos desse descompasso sobre a classe trabalhadora e manter o regime de repressão, o governo militar cria políticas públicas compensatórias baseadas no “*Estado de bem-estar social*”.

Em 1966 ocorre a unificação do sistema de proteção social, ou seja, a institucionalização de instâncias voltadas para a garantia de direitos sociais, como por exemplo: a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Banco Nacional de Habitação (BNH), e do Ministério da Previdência e Assistência Social. É preciso ressaltar, porém, que apesar das políticas sociais do período militar serem ampliadas para outras categorias profissionais, mantiveram-se os critérios que ligam o direito à assistência social via mundo do trabalho formal, caracterizando a

¹³ A carteira de trabalho foi regulamentada pelo decreto nº. 22.035, de 29 de outubro de 1932 e vem sendo, desde então, documento indispensável aos trabalhadores, quando se trata de comprovar sua vinculação ao mundo do trabalho formal e no momento de requerer direitos trabalhistas.

denominada “modernização conservadora”, uma vez que se não altera sua execução e as ações permanecem sendo corporativistas, clientelistas e disciplinadoras.¹⁴

A necessidade da “*proteção social*”, apontada por Draibe, (2005) se intensifica nos anos 80 diante do quadro socioeconômico vivido pelo Brasil, em que, depois de um forte período de crescimento econômico, sustentado por financiamentos externos que geraram uma grande dívida financeira e, principalmente social, “o país rico, com sua sociedade pobre, entra na década de 80 submerso em uma crise econômica e social sem precedentes”. O sonho do “milagre econômico” se transforma num pesadelo da “década perdida” (SANTAGADA, 1990, p.123).

Este período foi marcado por arrochos salariais e recessão da economia, ocasionados pela constante alta dos preços dos bens de consumo. O que gerou uma fase de grande movimentação popular em torno do atendimento das suas necessidades básicas. Procura-se ampliar a assistência social como direito social básico, não se restringindo apenas aos trabalhadores, como vinha ocorrendo desde a Era Vargas.

Em meio a esta turbulência socioeconômica, uma nova Constituição é promulgada, em 1988, conhecida como Constituição Cidadã que insere a Assistência Social no tripé da Seguridade, juntamente com a Saúde e Previdência.¹⁵ Como veremos, o reconhecimento por parte do Estado, sobre a necessidade de elevar a assistência social à condição de direito social, apesar de representar um significativo avanço, não garante que sua efetivação se dará de forma plena.

O percurso para a regulamentação dos preceitos constitucionais ocorre de forma lenta e repleto de tensões. Somente no ano de 1993 foi aprovada a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, regulamento que define a assistência social como política pública e dever do Estado, além de prever a descentralização político-administrativa para sua execução, e a criação de Conselhos de Assistência Social, nas três esferas de governo. E será a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), finalmente aprovada no ano de 2004, que definirá os novos paradigmas para a assistência social brasileira.

Assim, como veremos mais adiante, as diversas crises econômicas vivenciadas pela sociedade brasileira, a assistência social ganhou um lugar de destaque no cenário político, e atualmente transita de um período marcado por ações assistencialistas para a

¹⁴ O termo modernização conservadora foi elaborado por Barrington Moore Júnior para retratar as especificidades do desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão, onde as revoluções burguesas são vindas de cima para baixo. (PIRES, 2006)

¹⁵ De acordo com o texto constitucional “a assistência social será prestada a quem dela necessitar independentemente da contribuição à seguridade social”. (BRASIL, 1989, CF 88; Art. 203, grifo meu).

condição de direito social inscrito no âmbito da seguridade social. Porém, para que a assistência social possa ser efetivada enquanto direito, um longo e tortuoso caminho precisa ser percorrido.

1.2.2 Um documento várias possibilidades

Em campo, pude verificar o quanto “o registro na carteira” é valorizado. Pelos agentes do Estado, é documento importante, quando se trata de cadastrar a família no programa federal, pois comprova o vínculo empregatício e a remuneração recebida, que poderá influenciar na inclusão da família no programa, já que o critério para a inclusão é a renda *per capita*. Entre os familiares analisados por este estudo, as relações com o documento variam indicando outras possibilidades.

Rosa, 42 anos, trabalha como doméstica desde os 15 anos, mas somente no último emprego teve a carteira de trabalho assinada durante dois anos. Pelo fato de ter tido sua carteira de trabalho assinada pela primeira vez, mostra o documento com orgulho. Também reserva a ele cuidados especiais para não amassar e nem sujar. O documento é cuidadosamente guardado dentro de uma caixa vermelha de sapato, junto ficam os recibos dos pagamentos recebidos, e recebe lugar de destaque numa prateleira central do seu guarda-roupa. Desempregada há seis meses, não deixou que a última patroa assinasse a carteira porque “*não estava gostando do serviço*”.¹⁶ E me diz que “*está difícil arrumar um emprego bom, que mereça assinatura na carteira*”. Quando pergunto a ela sobre o que a fez querer o registro de trabalho, uma vez que antes não o possuía, me explicou que quando começou a trabalhar, por ser muito nova “*a mãe ficava com o dinheiro*” e “*ela não tinha idade para saber das coisas*”, depois quando se casou pela primeira vez seu marido não a deixava “*trabalhar fixo*” e ela ficou “*um tempo só com faxinas*”. Solange, sua última patroa, que pediu para ela “*tirar a carteira para ser assinada*”, e ela quase não acreditou. Como cuidava de duas crianças neste trabalho e gostava muito dos patrões, aceitou (sic). Além disso, foi incentivada por **Eduardo**, o atual marido que, possuindo relações trabalhistas mais estáveis, considera bom “*trabalhar de carteira assinada*”. Isso é motivo de orgulho para a família, pois “*ele pode andar de cabeça erguida*”.

¹⁶ Na sua etnografia sobre o serviço doméstico, Brites (2000) informa que os índices de registros de trabalho para esta categoria são mínimos, evidenciando a desigualdade social. A autora descreve a forma diferenciada de inserção das mulheres ao mercado de trabalho, relacionando-as com a diferença de classes.

Assim, a carteira profissional desde o período Vargas representa um reconhecimento moral, e os processos históricos geraram avanços na expansão dos direitos sociais, mas, por outro lado, a cultura dos direitos ainda é frágil na sociedade brasileira e representa elementos contraditórios. Alba Zaluar no seu trabalho, **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**, (1985) descreve a oposição existente entre aqueles que são trabalhadores e os bandidos, sendo a carteira assinada uma das marcas desse diferencial. Apesar do desejo por um “*trabalho registrado na carteira*” ser perseguido por muitos, principalmente das conversas entre vizinhos, já que representa garantia segurança e “*dá moral*”, e, também nas queixas em que as dificuldades para consegui-los são destacadas, existem outras situações onde apresentar a carteira assinada significa expor uma história de sucessivas trocas de trabalho, caracterizando-se como “*mal empregado*”. Foi assim, que **Robson** me explicou as “*vantagens de estar sem o documento*”.

Robson, 20 anos, é filho de **Cibele**, 53 anos, ex-beneficiária do PBF, ele já esteve “*várias vezes empregado*” desde que tirou a carteira aos dezoito anos. Nos dois anos de trabalho, segundo ele, trocou de emprego 15 vezes, chegando a esse número depois de fazer e refazer as contas, lembrando as situações vividas em cada um deles e que culminaram com a sua “*saída*”.¹⁷ Usando este mesmo termo para se referir a todas as vezes em que foi demitido, ou por decisão própria, quando resolveu abandonar o trabalho. Mas, na carteira profissional foram registrados “*só oito*” desses empregos, sendo o último em julho de 2008. O detalhe que me chamou a atenção foi o número de carteiras de trabalho que ele já teve - cinco. **Robson** justifica a necessidade de se recorrer à segunda via do documento, diante da necessidade de “*ocultar o passado*”. Rindo me informa que “*você tem que saber pensar direito. Se a carteira estiver ficando suja é só tirar uma segunda via*”.

Segundo **Robson**, a carteira profissional assinada várias vezes atrapalha, pois, quando “*o patrão olha e vê que o cara teve seis empregos e nos seis ele foi mandado embora, tipo, com menos de um ano de casa, logo pensa que tem alguma coisa errada com o cara. Ele não quer saber o motivo que levou o cara a sair, não dá o emprego e pronto. Melhor tirar outra e ocultar o passado*”.¹⁸

¹⁷ Cibele deixou de ser beneficiária do PBF, pois a renda *per capita* da família aumentou, tendo em vista que seu filho outro filho, Jefferson, 22 anos, começou a trabalhar com carteira assinada, o que fez com que a família ficasse fora dos critérios do programa.

¹⁸ O Ministério do Trabalho, Emprego e Renda, lançou uma versão em 2008 da Carteira de Trabalho Digitalizada, que espera estar totalmente implantada no país em até 2002. A versão digital do documento pretende, além de armanezar os dados pessoais do trabalhador, facilitar a comprovação do tempo de serviço para pedir aposentadoria. Em caso de perda, as informações poderão ser acessadas pela ficha informatizada do trabalhador.

Vemos no estudo de Pedro Francisco Guedes do Nascimento, **“Ser Homem ou Nada”**: **Diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibe/PE**, (1999), que este documento representa um diferencial para os homens que ele analisou. Seu trabalho apresenta as dinâmicas vividas por um grupo de homens residentes no nordeste brasileiro e destaca a valorização que a categoria trabalho recebe diante da sociabilidade dos homens, fazendo com que o *“trabalhador-de-carteira-assinada”* se porte de maneira diferenciada diante de outros homens sem emprego fixo. Segundo o autor, as relações estabelecidas entre os homens deixam transparecer um sentimento de orgulho quando se trabalha com a carteira assinada, seja do próprio sujeito, quando este pode se comportar de maneira diferenciada: pode, por exemplo, pagar uma bebida aos outros companheiros, seja pelo tratamento diferenciado que recebe dos outros homens, seja pelo reconhecimento social que recebe por ser um trabalhador.

Por outro lado, as considerações feitas por Jurema Brites no seu estudo **Afeto, Desigualdade e Rebeldia: bastidores do serviço doméstico** (2000), apresentam as ambivalências e contradições existentes nos processos de formalização das relações de trabalho. A autora evidencia que existe resistência por parte tanto dos patrões quanto das empregadas, pois ambos os lados encontram mais vantagens nas relações clientelistas que nas relações formais de trabalho. Os patrões consideram como sendo muito oneroso assinar a carteira de suas empregadas e lhes pagar um salário mínimo. As empregadas, por sua vez, consideram como mais vantajosa a relação trabalhista informal, exatamente por permitir um tratamento diferenciado que inclui maior flexibilidade para negociar faltas, receber doações de roupas e restos de alimentos, ou ainda poder comprar com o cartão de crédito dos patrões.

A autora ressalta, assim, que as vantagens de relações trabalhistas formalizadas, muitas vezes, são mais restritivas do que as relações de trocas e negociações próprias do clientelismo, uma vez que a lógica da contratualidade cidadã elimina para muitos patrões o reconhecimento de que aqueles sujeitos não desfrutam das mesmas condições sociais, econômicas e culturais que eles. O que ocorre é que as relações formais de trabalho, consideradas como única forma aceitável de relação trabalhista por muitos estudiosos, não se apresenta, ao menos na concepção das suas informantes, como a melhor opção de vínculo empregatício. Exatamente porque as relações formais de contrato excluem o que “vale a pena” no serviço doméstico, ou seja, eliminam as possibilidades de vantagens como “negociar adiantamentos, faltas, horários e as ajudas materiais advinda da casa dos patrões” (BRITES, 2000, p. 12).

Outra situação foi vivida por **Mariza**, 45 anos, beneficiária do PBF, que recorreu à justiça e foi indenizada pelo fato de sua carteira profissional ter sido extraviada pela empresa onde trabalhava. Segundo ela, isto ocorreu por *“bagunça no escritório da empresa”*. Ela trabalhava há um ano e oito meses em uma firma de limpeza, que terceirizava funcionários. Quando resolveram demiti-la, pediram o documento e depois disseram que o perderam. Ela ficou *“muito brava”* e *“inconformada”*, reclamava com quem podia porque *“nem era demitida, nem tinha a carteira de volta”*. Quando participava de uma reunião na escola da filha e *“injurizada”* contou sobre *“o que estava vivendo”*, a professora sugeriu que ela procurasse um advogado. Desconfiada sobre as chances de resolver o impasse, se dirigiu até um escritório de advocacia oferecido por uma faculdade de direito e entrou com um processo. Depois de nove meses ela e *“um moço da firma”* foram chamados para uma *“reunião com um juiz”*, o documento ela não conseguiu de volta, mas se surpreendeu ao descobrir que receberia pelos danos que a empresa causou o valor de dois mil reais como indenização. *“Eu não entendi direito, só pensava: cadê minha carteira? Depois o doutor juiz falou que eu ia receber pelos danos dois mil reais. Eu nem acreditei, porque eu só pensava em ter minha carteira de volta”*.

Mariza entendeu que estava sendo ressarcida por danos morais e pelo inconveniente de *“ter que andar feito louca”*, para ter os dados registrados na antiga carteira quando seu advogado *“explicou melhor”*. Segundo ela, *“apenas”* uma outra experiência profissional foi registrada. *“Ele falou que era pelo trabalho que eu ia ter para ficar andando feito louca atrás de arrumar outro documento e dos registros que tinha nela. (Pausa e risos) Mas só tinha um emprego assinado nela era só tirar outra.”* Com a indenização recebida, de forma inesperada, **Mariza** comprou telhas novas para dois cômodos da casa, fez um quarto para as filhas e comprou uns móveis para a *“casa nova”*.

Vêm-se, então, as multiplicidades de significações que o direito do trabalhador pode assumir em uma sociedade onde a cultura de direitos ainda é pouco difundida.

1.3 Que Rota Seguir? A Assistência Social procura um caminho

Historicamente, a assistência social surge diante da necessidade de o Estado disciplinar os sujeitos para o mercado de trabalho, estabelecendo alianças com outras instituições sociais, família, religião e medicina. Será na segunda metade do século XIX que “o social” passa a ser compreendido como um problema específico. Na impossibilidade de se equacionar o paradoxo entre os ideais de justiça e liberdade, o Estado recua na sua obrigação de garantir trabalho para todos, pois para assegurar o princípio básico do liberalismo econômico, deve intervir minimamente no mercado (DONZELOT, 1986).

Com a crescente fragmentação do trabalho – eixo central da estrutura capitalista – emerge “*a questão social*”, uma vez que o crescente distanciamento entre crescimento econômico e o aumento dos níveis de pobreza da população desencadeou “uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. A ameaça de ruptura é apresentada por grupos cuja existência abala a coesão do conjunto” (CASTEL, 1998, p.41).

Assim, as novas configurações da organização capitalista que se estrutura deixando “às margens” um grande número de “desfiliados” e “supranumerários”, torna premente a necessidade de se repensar a assistência social, pois, se o seguro social não se instala mais sobre as relações trabalhistas, a forma de assistir estes sujeitos precisa se alterar também ¹⁹ (CASTEL, 1998).

Na perspectiva deste autor para que a sociedade possa se manter coesa, é necessário que uma parcela da população se contente com recursos mínimos para suprir suas necessidades; assim, a pobreza não seria um problema em si, mas até aceitável e mesmo exigida, pois é necessária ao funcionamento do social. ²⁰ Se a pobreza estiver integrada ao social, a coesão é mantida. Por não serem “os pobres” socialmente úteis, tornam-se também um segmento sem poder de pressionar, não existindo socialmente, uma vez que não contribuem para o crescimento da sociedade. O autor, no entanto esclarece: “No sentido, é claro, de que existir socialmente equivaleria a ter, efetivamente, um lugar na sociedade, ao mesmo tempo, eles estão bem presentes – e isso é o problema, pois são numerosos demais” (CASTEL, 1998, p. 33).

¹⁹ O enorme contingente de pessoas que não consegue prover suas necessidades com o próprio trabalho, vivenciando uma condição de desfiliação social, exige providências do Estado via políticas públicas para minimizar os efeitos da pobreza. Castel (1998) considera que os desempregados são na realidade “desfiliados”, “supranumerários” e inúteis para o mundo capitalista.

²⁰ Para Marx o pauperismo faz parte da produção capitalista, quanto maior a riqueza social, tanto maior o exército de reserva. (O CAPITAL, 1983).

Estas transformações no mundo do trabalho se disseminam mundialmente e, como veremos, as medidas para combater as sucessivas crises econômicas se baseiam na retomada do crescimento, via políticas neoliberais, que se tornam hegemônicas enquanto ideologia nas sociedades capitalistas ocidentais.

No Brasil, o grave quadro socioeconômico, vivenciado na década de 80, do século XX, onde altas taxas de inflação diminuem os investimentos, gerando crescente flexibilização nas relações de trabalho exige providências para amparo do crescente número de trabalhadores que não conseguem mais acesso aos postos de trabalho. As escolhas políticas feitas pelo Estado brasileiro para o setor da economia alteraram significativamente as relações trabalhistas, pois a opção feita pela retomada do crescimento econômico abre o país ao capital externo que, sem investimentos nas reformas estruturais, agravam os processos de desigualdades. (LESBAUPIN, 1999)

É inegável que nas últimas duas décadas, a assistência social conquistou na sociedade brasileira um espaço discursivo e ideológico importante. As ações nesta área eram oferecidas de maneira descontinuada ou emergencial, sendo subsidiadas pela filantropia. Atualmente a assistência social está inscrita em vários documentos oficiais como dever do Estado. O que significa dizer que o Estado deve assumir não somente a responsabilidade por sua normatização e regulação nos três níveis governamentais, mas também será o principal responsável pelo financiamento, monitoramento e avaliação das diferentes organizações que atuam neste setor (BRASIL, 2004).

Evidente que as intenções de se incluir a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, independente de contribuições previdenciárias prévias, no principal documento governamental, não se processou de maneira tranquila. O processo de transição pelo qual o Brasil estava passando em busca de avançar no regime democrático possibilitou que alguns setores da sociedade conseguissem certa expressão e culminou com a aprovação do texto constitucional de 1998, que incorpora a noção de direitos sociais à norma jurídica.

Os embates políticos, ocorridos em torno desta questão, durante o período de discussões para a aprovação da nova Carta Magna, são descritos por Márcia Lopes, no seu estudo: **O tempo do SUAS**, (2006), como repletos de tensões e disputas por interesses das elites conservadoras brasileiras no Congresso e movimentos sociais. Estes conflitos de interesses sistematicamente procuravam impedir ou atrasar a votação das Leis Orgânicas, principalmente a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), publicada apenas em 1993, na forma da Lei nº. 8.742. Essa demora, segundo a autora, pode ser entendida com uma tentativa de *manter* “a opção neoliberal [que] seguiu um padrão clássico e conservador para o

cumprimento dos dispositivos conquistados, priorizando, em todos esses anos, a exoneração das responsabilidades sociais do Estado para com a coletividade”²¹ (LOPES, 2006, p. 78).

Como se verifica, a inclusão da assistência social, apesar das resistências governamentais, nos documentos oficiais não alterou, e nem poderia, a cultura instaurada na sociedade brasileira, em especial, na elite política. Verificando que entre a data da promulgação do texto Constitucional (1988) até a aprovação da PNAS em 2004, documento que efetivamente pretende estruturar a assistência social como direito, passaram-se dezesseis anos, cabe discorrer um pouco sobre o contexto político-econômico do Brasil naquela época.

1.3.1 – A encruzilhada - Direito ou Caridade

Segundo Ivo Lesbaupin, no seu texto, **O desmonte da Nação – Balanço do governo FCH**, (2000), o contexto político vivido por nosso país durante a década de 90, do século XX, permite afirmar que o Estado brasileiro neste período possuía credibilidade internacional e potencial para o desenvolvimento, uma vez que suas indústrias e empresas estatais apresentavam-se eficientes e “*o trabalho era ainda o principal bem que as pessoas possuíam*”. Mas, ao se curvar aos ditames do mercado e ao pretender combater as altas taxas de inflação, o governo opta por aumentar os juros, gerando queda nos investimentos e, conseqüentemente, flexibilização nas relações de trabalho, aumentando os níveis de desemprego que agravaram os efeitos da crise econômica. Consta que ao optar pelo crescimento econômico e pela abertura do país ao capital externo, porém, sem garantir reformas estruturais, o país mergulha em graves desigualdades. (LESBAUPIN, 2000:7)

Segundo este autor, é neste período que o governo brasileiro opta por adotar o ideal neoliberal, rompendo assim as possibilidades de se efetivarem os ideais impregnados na nova Constituição Federal de 88. Esta decisão gera o “*desmonte*” do Estado freando a implantação de mecanismos efetivos para a garantia dos direitos sociais em nossa sociedade. Instala-se, assim, um paradoxo diante do quadro internacional, comandado pelo capital, que

²¹ Para combater a crise, os neoliberais propõem medidas drásticas para a retomada do crescimento, além de defenderem uma diminuição significativa da intervenção do Estado na Economia (estado mínimo). Diversos países, incluindo os latino-americanos, asiáticos e africanos implementaram políticas neoliberais possibilitando ao Neoliberalismo se tornar hegemônico enquanto ideologia no mundo capitalista ocidental. Na América Latina o neoliberalismo somente se instalará no fim da década de 1980, com os governos de Salinas no México, de Menem na Argentina, de Perez na Venezuela, de Fujimori no Peru e de Collor no Brasil. (PEREIRA, 2004:18)

acenava para a desregulamentação, para a flexibilização e para privatizações.²² (LESBAUPIN, 2000)

Assim como Ivo Lesbaupin (2000), José Paulo Netto, (1999), analisando as ações do Estado, pós Constituição de 88, defende no seu texto **FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras** que, ao promover a abertura do mercado brasileiro para o capital internacional, lançando mão principalmente das privatizações e dos cortes de recursos para os projetos sociais, “a política social aparece inteiramente subordinada à orientação macroeconômica que, por sua vez, é estabelecida segundo os ditames do grande capital” (NETTO, 1999:87). Assim, as possibilidades de se instituir um Estado de bem-estar social, na sociedade brasileira, ficam gravemente comprometidas, pois, de um lado, se situam os setores organizados da classe trabalhadora, reivindicando a possibilidade de direitos sociais e, do outro, a resistência da classe dominante que pretendia implementar um novo “modelo de desenvolvimento”. Na avaliação de Netto:

[...] o primeiro governo de FHC operou eficientemente contra a alternativa social proposta na Constituição em dois planos: no plano jurídico, dando forma a uma reforma/revisão constitucional que acabou por retirar da carta elementos fundamentais (nesse sentido, a “reforma da previdência” é emblemática) e substancialmente, no plano prático-concreto, dando curso a um “modelo de desenvolvimento” que subtraía as bases de sustentação econômico-financeiras para uma eventual implementação daquela alternativa (1999, p. 79).

Este autor considera que, por não considera que, por não realizar as reformas estruturais, o governo do então FHC - se descompromete do seu papel de oferecer à sociedade os mecanismos necessários para manter-se na lógica dos direitos.²³ Paralelamente, considera que ocorre uma “refilantropização”, pois é feita uma opção declarada pela transferência da responsabilidade com a área social para a “sociedade civil”, via “parceria” Estado-ONGs, o que contribuiu para afastar ainda mais a assistência social da lógica dos direitos.²⁴ Portanto, a perspectiva dos autores citados indica que o Estado recua na sua proposta de elevar a assistência social à condição de direito, e retoma a antiga face da caridade e do favor,

²² Para Norberto Bobbio (1998) o Estado liberal tem dois tipos de limites. Um primeiro limite se refere aos seus poderes e é por ele denominado como Estado de direito, o outro se refere aos limites quanto às suas funções definido como Estado mínimo. Onde deve se ocupar de apenas três funções: a defesa contra os inimigos externos; a proteção de todo o indivíduo de ofensas dirigidas por outros indivíduos; e o provimento de obras públicas, que não possam ser executadas pela iniciativa privada. (BRESSER– PEREIRA, 2009)

²³ Os autores Netto (1999) e Lesbaupin, (1999) defendem como emblemática a Reforma da Previdência que, se efetivada com profundidade, poderia garantir um significativo equilíbrio fiscal para o governo. Sobre a Reforma do Estado Brasileiro ver também: Barreto, 2000; Nakahodo e Savoia (2008).

²⁴ Termo “refilantropização” que o autor utiliza foi criado por Maria Carmelita Yasbek (1995) para definir ações de cunho filantrópico baseadas na noção moral do dever, com ações de cunho benevolente desconsiderando que as políticas públicas como direito do cidadão e dever do Estado.

“inspirado na experiência de países subdesenvolvidos que adotaram programas compensatórios para minimizar os efeitos negativos dos programas neoliberais de ajustamento econômico e de reforma do Estado” (FAGNANI, 1999:172)

Isso se evidencia logo no lançamento do primeiro projeto social proposto por este governo: o Programa Comunidade Solidária, lançado em 1995. A principal função desse programa é a articulação e a busca de parceria em diferentes setores da sociedade civil.²⁵ O próprio presidente FHC, em entrevista no Palácio do Planalto, em 17 de janeiro de 1996, fala sobre algumas “funções” do Programa Comunidade Solidária:²⁶

O Programa de Comunidade Solidária está atuando nesta, como em outras áreas, de uma maneira inovadora, ou seja, não é mais um órgão para fazer, paralelamente aos ministérios, a ação social. É uma Secretaria Executiva, que cuida de agilizar os recursos, fiscalizar, verificar se estão acontecendo, de uma maneira a dar um impulso a eles, e pedir a complementação disso, através da sociedade civil. Daí o Conselho da Comunidade Solidária, que não atua dentro do Estado, mas chama a atenção, de fora do Estado, através da sociedade, para certos programas, como ainda agora, que começa brevemente, na próxima semana, o programa de universidade solidária. Mil estudantes vão estar nas pequenas comunidades das áreas mais pobres do Brasil, organizados, treinados para dar assistência inclusive nessa questão de saúde [...] (Entrevista Coletiva FHC - Palácio do Planalto, 1996).²⁷

É possível verificar que a palavra solidariedade aparece em outros programas do governo, como, por exemplo, o Programa Universidade Solidária, Alfabetização Solidária, Capacitação de Jovens e Artesanato Solidário, além de estimular a participação da sociedade civil em ações de voluntariado. Isso comprometeria, na visão de diversos autores das ciências sociais, a garantia dos direitos à assistência social, introduzida pela Constituição de 88, se efetive e apareça sempre vinculada à reforma do Estado, à estabilização econômica e também ao crescimento do país, mantendo o governo como coadjuvante nas suas ações, quando dele se espera a atuação principal (DRAIBE, 2005).

Silva Neto (2006) considera que o Programa Comunidade Solidária teve a importante função de “*fomentar no país os debates em torno de uma política de assistência social*”, além de “*reconhecer as iniciativas de solidariedade locais*”, mas, principalmente

²⁵ No ano de 1995 foi criado o Conselho da Comunidade Solidária, este Conselho, presidido por Ruth Cardoso e formado por 10 ministros de Estado e 21 representantes da sociedade civil, iniciou um processo entre a sociedade e órgãos governamentais, procurando incentivar parcerias para o enfrentamento das questões sociais. Sobre os principais objetivos do Programa Comunidade Solidária, ver trabalho de Peliano (1995).

²⁶ A criação em abril de 1993, no Governo Itamar Franco, do Conselho de Segurança Alimentar - CONSEA possibilita afirmar que o direito universal à alimentação passa a ser o foco nos governos desse período e, o norte da assistência social.

²⁷ O discurso em sua íntegra está disponível em:

http://www.planalto.gov.br/publ_04/COLECAO/PRO967.HTM

pela intenção de se romper com o “*vicio*” das relações clientelistas, ao “prevê o fortalecimento da sociedade civil como garantia de democratização das relações na sociedade” (SILVA NETO, 2006:118).

É importante considerar mais detidamente este processo de transição pensado para uma assistência social pautada no direito, em que a racionalização da lei é levada ao pé da letra e, aponta para a necessidade de se romper com modelos nos quais a caridade predomina, pois na perspectiva dos autores analisados, esta parceria com a sociedade civil contribui para manter o Estado descomprometido com a criação de políticas públicas que possam enfrentar as questões sociais. Isto, evidentemente, não pode ser desconsiderado, mas leva à produção de novos questionamentos.

Sendo o problema a ser enfrentado pela sociedade brasileira, na área da assistência social, enorme e complexo, ele exige, no meu entender, a articulação de diferentes atores sociais, porque o Estado não pode sozinho solucioná-lo. Por que considerar que as ações desenvolvidas por outros setores da sociedade são clientelistas quando as próprias políticas públicas não podem efetivar a ideologia que o Estado defende?

Diante do exposto, não se pode desconsiderar os desafios para encontrarem-se “novos rumos” para a assistência social brasileira, uma vez que o próprio governo reconhece a importância de outros atores sociais. E pretendendo ampliar suas relações com outros setores, considera indispensável que ocorram mudanças nas esferas político-institucionais, estimulando as relações de parceria entre o Estado, setor privado e setor não-lucrativo.

Esta intenção governamental está registrada na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (1993), documento que regulamenta e define as ações na área da assistência, e possui como eixo central a descentralização político-administrativa para sua execução, além de prever a criação de Conselhos de Assistência Social, nas três esferas de governo. No texto da LOAS encontramos:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

A sociabilidade básica das políticas sociais, portanto, acontecerá na parceria entre o Estado e a sociedade civil. Sônia Draibe (1998), em seu estudo, **A nova institucionalidade do sistema brasileiro de políticas sociais: os conselhos nacionais de políticas setoriais** destaca que a intenção é incorporar as instituições que desenvolvem ações assistenciais, via

participação nos conselhos, uma vez que, por iniciativa dos movimentos sociais, elas contribuem para “dinamizar” as relações sociais neste campo, além de gerar uma maior participação popular nas decisões, na elaboração e na implementação das políticas públicas. O estado deixando evidente que considera as ONGs como importantes no processo de oferecer os serviços, pois elas influenciam os “modos de produzir e distribuir os bens e serviços sociais”, tendo importância sobre a relação Estado-Mercado e sociedade, e geram novos reordenamentos ²⁸ (DRAIBE, 1998:44).

O Estado indica, então, os conselhos como os espaços privilegiados de negociações entre os diferentes interesses e práticas dos atores que compõem o quadro da assistência social brasileira, objetivando ampliar os meios de participação da sociedade civil na estrutura do Estado. Porém é importante considerar que, ao incorporar outros atores sociais envolvidos com este setor, o governo pretende também desenvolver “uma ação pedagógica da administração pública que visa ensinar a verdadeira cidadania”, ou seja, a intenção é “sedimentar processos próprios de uma racionalidade legal e democrática na condução dos negócios públicos” ²⁹ (SILVA NETO, 2006:121).

Assim, os críticos que se opõem às práticas assistenciais desenvolvidas por ONGs, e se posicionam tão rigidamente pretendendo levar ao pé da letra os ideais de cidadania plena que o texto constitucional apresenta, “jogam fora a criança com a água do banho”, pois parecem desconsiderar as especificidades que marcam a sociedade brasileira tão impregnada deste seu descobrimento por valores cristãos como caridade, solidariedade e amor ao próximo. Além disso, a heterogeneidade de agentes que atuam neste setor acaba gerando uma grande diversidade de perfis socioculturais, o que muitas vezes impede que se efetivem na prática, as pretensões de se relacionar com eles através de uma lógica estritamente burocrática.

É preciso, portanto, certa ponderação diante das intenções do Estado que parece intencional que as relações na área da assistência social, uma vez idealizada como direito, possam ser vivenciadas de forma racionalizada e fria, pois, conforme Francisco Luiz Pereira da Silva Neto assinala no seu texto: **Assistência Social e Religião: Participação política e**

²⁸ Contudo, a instituição de Conselhos, apesar de ser compreendida como importante para que se efetive a descentralização decisória, ainda gera reflexões sobre a melhor maneira de se garantir o seu bom desempenho e gestão. Existe certo temor de que tais experiências possam se constituir em um efetivo fortalecimento da capacidade institucional do próprio governo, sendo reduzidas às possibilidades de outros atores intervirem nas decisões. Para aprofundar sobre o tema ver: Lubambo (2005).

²⁹ Silva Neto (2006) aponta as dificuldades encontradas pelas instituições para atender a este modelo “racional-administrativo”, pois a grande diversidade de perfil sócio-cultural entre os agentes que atuam neste setor impede muitas vezes que possam se relacionar através de uma lógica estritamente burocrática. Muitos dos dirigentes das instituições são, inclusive, analfabetos, o que dificulta a concepção de um projeto assistencial.

inserção religiosa em Perspectiva, (2005), este campo se apresenta como muito profícuo para a análise dos “*sentidos de solidariedade*” presentes na sociedade brasileira. Seus argumentos apontam para a necessidade de se refletir sobre este fenômeno, considerando não apenas as abordagens políticas, mas, primordialmente, colocando-as em relação aos elementos religiosos que impulsionam a ação dos sujeitos que se dispõem a trabalhar no campo da assistência social sejam empresários, voluntários ou dirigentes.

Além disso, é preciso considerar as especificidades não somente dos agentes sociais envolvidos neste setor, mas os próprios impasses para que se efetivem os ideais de cidadania entre os sujeitos que demandam ações assistenciais. O texto do antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte, **Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras** (1993), alerta sobre certos limites que existem para que o processo de “*cidadanização*”, tão almejado pelos estratos mais altos de nossa sociedade, possa fazer eco para os sujeitos que pertencem às classes populares.

Segundo este autor, a diferença cultural de classes gera certas especificidades para a população que compõe os grupos populares, pois as relações entre estes sujeitos, longe de seguirem a lógica individualista dos estratos médios e altos de nossa sociedade, se assentam sobre os pilares da hierarquia e complementaridade de papéis.³⁰ Esta forma de se colocar no mundo comprometeria a possibilidade de os sujeitos pertencentes aos grupos populares viverem valores intrínsecos da modernidade – igualdade e liberdade. Por não serem capazes de se desfazerem facilmente das extensas redes de sociabilidade em que vivem estas pessoas não romperiam, facilmente, com o sistema de crenças e valores a que estão habituados, sendo difícil ascenderem à condição de indivíduos.³¹ O trabalho de Duarte (1993) aponta para três grandes processos que dificultam o acesso dos grupos populares à cidadania. São eles: a “*individualização*”, a “*racionalização*” e a “*responsabilização*”. O autor menciona que “a cidadanização depende em primeiro lugar desse processo, que implica preeminência do indivíduo sobre a totalidade social, quer ela se chame sociedade ou comunidade” (DUARTE, 1993, p. 9).

Desse modo, neste campo a abordagem antropológica permite um alargamento das interpretações, porque alerta para a necessidade de se considerar os efeitos que esses discursos

³⁰ Na perspectiva de Louis Dumont (1992), o indivíduo é um ser autônomo, integrante de uma comunidade que forma o Estado, tornando-o o poder supremo. Este autor coloca em oposição “holismo” e “individualismo”, sendo que este último seria o “valor fundamental da sociedade moderna” e, o holismo seria o valor dominante nas sociedades tradicionais.

³¹ A perspectiva de independência que se constrói na Modernidade tem entre seus fundamentos o entendimento do indivíduo como um ser moral, independente, autônomo e, assim, essencialmente, não social (DUMONT, 1992).

produzem. O autor analisa como a “cosmologia moderna” (DUARTE, 1983) se articula com as características tradicionais desses segmentos. Faz-se necessário considerar que os discursos dos agentes sociais, que almejam promover a cidadania entre os sujeitos pertencentes aos grupos populares, por muitas vezes desconsideram as diversidades culturais.

Os desafios que a assistência social brasileira enfrenta, pois, não são poucos, sendo imprescindíveis esforços para uma maior aproximação das políticas sociais em relação às demandas dos usuários e suas práticas, podendo gerar inclusive novas formas de participação para a população nas decisões dessa área. É necessário reconhecer que a sociedade brasileira não pretende abrir mão tão rapidamente de seus costumes e, como se verificou ao longo da pesquisa de campo, a caridade continua sendo imprescindível mesmo para aqueles que recebem algum benefício de Programas de Transferência Condicionada de Renda - PTCR, já que os valores recebidos são insuficientes para suprir as necessidades que vivenciam.

Considero que as ações de caridade podem ser entendidas, no contexto brasileiro, não como algo pejorativo e que por isso precisa ser abolido das práticas que se instituem na área da assistência social. Mas o que na verdade o precisa acontecer é uma maior incorporação sobre os sentidos dessas práticas. Nada melhor que o campo para ampliar as possibilidades de compreensão dos fenômenos. Assim, esperando alargar as possibilidades de compreensão sobre estes apontamentos feitos até aqui, apresento algumas situações colhidas na pesquisa de campo, em que fica evidente a importância das redes de apoio, onde a caridade continua sendo imprescindível para o atendimento das necessidades destes sujeitos.

1.3.2 - Agentes caridosos e motivações

Durante a pesquisa de campo não pude deixar de observar as ações de solidariedade em diferentes contextos da pesquisa de campo. Entre os agentes comunitários de saúde, por exemplo, pude registrar dados que permitem afirmar que suas práticas profissionais junto às famílias não se restringem apenas às funções atribuídas a eles pelo Estado. Além de cumprirem com as formalidades burocráticas do programa, eles são importantes mediadores para a resolução de outras carências da população, que estão para além dos problemas de saúde que enfrentam.

Silmara, 46 anos, que cursa pedagogia, e é agente comunitária há oito anos, mora com sua família composta por marido e duas filhas, todos eles seguem a religião Metodista. Ela representa bem o que afirmei acima. Além de cumprir seus compromissos para com os usuários que residem na microárea que está sob sua responsabilidade, participa de diversas

ações assistenciais no bairro. Em parceria com a prefeitura municipal, ela e um grupo de mulheres da Igreja Metodista do bairro desenvolvem vários projetos na sede da igreja. O curso de artesanato é oferecido para outras mulheres da comunidade, em que onde se ensina confeccionar bonecas de pano, almofadas, peças de biscuit, pinturas em tecidos, que podem ser vendidos e gerar alguma renda. Além desse curso, ela mantém funcionando um ambulatório, onde profissionais liberais (psicólogos e advogados) oferecem seus serviços a preços simbólicos para os moradores do bairro. Tudo sob sua coordenação. Junto com **Cínara**, 47 anos, uma outra agente comunitária de saúde organiza no centro da cidade uma feira de artesanatos para que os produtos possam se transformar em renda.

Sempre que eu a acompanhava caminhando pelas ruas do bairro, ela cumprindo suas tarefas e eu atenta à coleta de dados para minha pesquisa, éramos interrompidas por moradores, tanto mulheres, quanto homens, jovens, crianças e idosos, que precisam informar as dificuldades que estavam vivenciando. Para cada uma delas, **Silmara** sempre dizia “*vou ver o que dá pra fazer*”. E fazia. Entregava algumas roupas usadas, remédios conseguidos com vizinhos ou parentes e passava informações sobre serviços oferecidos por instituições do bairro e da cidade que pudessem de alguma forma resolver a necessidade apresentada. Quando perguntei a ela sobre como fazia para dar conta de tantos pedidos e tarefas, ela me respondeu que o fato de fazer isso há muitos anos “*deixa a pessoa esperta*”. Quando procurei saber como sua família via esse seu envolvimento com “*os outros*”, soube que seu marido, que trabalha numa importante empresa do município, também se envolve com várias ações de assistência, tanto no trabalho quanto no próprio bairro via Igreja, e que a filha mais nova já começou a se interessar em ajudar crianças a serem alfabetizadas.

As razões que a motivam são de cunho religioso. Na ocasião em que visitei a sede da igreja, atendendo a um convite seu para conhecer os cursos que são oferecidos ali, ela me relatou todos os desdobramentos do rompimento de Calvino com a Igreja Católica, de que para os evangélicos o importante é “*passar o testemunho*”, acreditando que “*as pessoas nasceram para serem vitoriosas*”, que se “*eu amparar os outros eles conseguiram avançar mais fácil*”.

Enfatizando as considerações de Silva Neto (2006) sobre as motivações que normalmente impulsionam agentes religiosos a se envolverem com ações na área da assistência social, segundo ele é importante:

[...] lembrar que normalmente a mobilização de um agente religioso para atuar no trabalho assistencial passa geralmente por um processo de

conversão em que seu envolvimento pessoal é fundamental para estruturar os nexos que irão conduzir sua ação. Ou seja, a salvação para os necessitados normalmente está diretamente vinculada à salvação do próprio agente religioso que procede ao trabalho de amparo. Existe um sentido religioso para a ação que supera as motivações que a crença numa racionalidade puramente política e sociológica, que também está presente, poderia mobilizar (SILVA NETO, 2005, p. 35).

Por um lado, os profissionais do campo da assistência são incitados a promover o modelo assistencial inscrito na lei – amplo, formal, organizado – ou seja, racional. Mas, por outro, seu cotidiano é eivado de demandas reais que escapam à lógica planificada. São instituições e indivíduos com outras perspectivas, assentados em um ethos mais amplo: na tríade dar-receber-retribuir. A sensação para muitos deles é que se demanda muito mais do que eles efetivamente podem atender.

Portanto, o interesse do Estado em tomar as relações entre os sujeitos como essencialmente racionais, emperra o processo, uma vez que, previamente, as classifica como assistencialistas. Pelo que pude observar, é preciso considerar as negociações que se processam num nível mais micro da vida cotidiana e os significados dos sujeitos nas relações de reciprocidade que estabelecem via caridade.

A reciprocidade foi definida por Marcel Mauss pela tríade "*dar, receber e retribuir*". As questões formuladas em seu clássico estudo **Ensaio sobre o Dom: Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas** (1974) apontavam na direção de meus interesses de compreender como estas "trocas" articulavam os interesses dos sujeitos envolvidos fazendo surgir relações solidárias.³² Como se cumpre entre os meus informantes a obrigatoriedade do dom (dar, receber e retribuir), ou seja, qual regra estas pessoas usam para retribuir o presente? Como se processa a relação entre o objeto dado e que faz com que os sujeitos que recebem se sintam obrigados a restituir?

No caso relatado acima, **Silmara** não esperava receber "*nada em troca*", mas é claro que recebe. Ela tem o reconhecimento das pessoas que ajuda e estas oferecem a ela "*pequenos presentes*". Pude perceber que cuidam para que seu trabalho seja menos difícil, frequentemente pude ver a oferta destes presentes sendo realizada no oferecimento de um copo d'água nos dias muito quentes, sem ela pedir alguém gritava de dentro dos quintal "*Silmara, você quer um copo d'água*"? Ou ainda, no cuidado para com sua segurança avisando sobre "*o movimento da noite anterior na área*". Em certas ruas, na parte da noite é comum ocorrerem brigas entre pequenos traficantes com troca de tiros. E quando "o

³² Um outro estudo sobre o sistema de trocas também pode ser encontrado em *Argonautas do Pacífico Ocidental*, que Malinowski publicou em 1922.

movimento da noite” anterior indica perigo, ela é logo avisada, podendo assim, adiar por um ou dois dias as visitas àqueles lugares, quando *“tudo volta a ficar mais calmo”*.

Este também é o caso de **Cínara**. Esta agente de saúde indicou como sua motivação o fato do conceito de saúde ser amplo, envolvendo também noções subjetivas *“de bem-estar”*. Segundo ela *“se uma pessoa se sente bem, acolhida nas suas necessidades, adoece menos”*. Ela participa do Conselho da Municipal dos Direitos da Mulher, acompanha em viagens o grupo que faz artesanatos no bairro, inclusive para a Capital e outros estados do Brasil. **Cínara** também participa de várias reuniões com representantes da saúde nas quais intermedeia as relações dos agentes comunitários com os gestores da saúde. Quando procurei saber mais sobre suas motivações e expectativas de retribuição, perguntando sobre possíveis interesses políticos, pois já havia percebido algumas insinuações sobre esta possibilidade entre seus colegas de trabalho, ela me respondeu: *“eu não quero, mas se acontecer, por que não”*?

É preciso, porém, destacar que esta forma de atender a demanda dos usuários, apesar de ser expressiva, não é unanimidade entre os agentes de saúde. **Fabíola**, 37 anos, socióloga, agente de saúde no bairro desde a implantação do PSF, não acha correto ficar *“dando roupas usadas para os usuários”*. Segundo ela, isso alimenta as relações clientelistas entre os usuários e a política pública. Apresento suas considerações, pois além de indicarem a *“diversidade de atores”* envolvidos nas atividades assistenciais, indicam a regra fundamental considerada por Silva Neto (2005) como importante na compreensão desses discursos defendidos pelos agentes do Estado. Na sua perspectiva, estes discursos indicam um desejo de que a assistência social possa ser oferecida à população seguindo somente os *“princípios reguladores da racionalidade legal”*. Neste sentido, a percepção de **Fabíola**, se alia aos princípios desta racionalidade.

Entre os agentes do Estado, que atuam no CRAS/Leste, esta intenção é perseguida, mas sua efetivação parece distante. As entrevistas realizadas neste espaço institucional indicam os impasses vividos, principalmente pelas assistentes sociais, diante do desafio de se romper com as práticas assistencialistas. Elas frequentemente lidam com instituições e sujeitos que concebem as ações da assistência social, não necessariamente pela via da racionalidade como apontou Silva Neto (2005). Estes sujeitos são movidos por diversos interesses e ethos de vida, demandando das assistentes sociais, algumas vezes, muito mais do que efetivamente podem atender. Além disso, paira na sociedade a imagem da assistente social (frequentemente mulher), como um profissional capacitado para ajudar as pessoas a

enfrentarem dificuldades, estando sua imagem fortemente ligada à assistência social e ao cuidado maternal.

Esta imagem é atualizada constantemente na fala das mulheres acompanhadas neste estudo. Era comum ouvir, nos diálogos de campo, nas conversas entre as mulheres diante de qualquer problema enfrentado a frase: “*procura a assistente social que ela te ajuda*”.

“Ajudar” aqui assume significados diferentes e serve para as mais diferentes situações. A figura da assistente social é entendida como alguém que acolhe suas queixas, podendo interceder junto aos órgãos para resolver alguma pendência ou oferecendo orientações sobre como proceder em determinadas situações. Isso inclui encaminhamentos para vagas de creche e escola, ou ao Conselho Tutelar, encaminhamentos para retirada de segunda via de documentos, pedidos de cesta básica, orientações sobre processos de aposentadoria, ou de algum parente preso nas instituições do bairro. Resumindo, as assistentes sociais são acionadas como importantes mediadoras entre estas mulheres e as instituições para onde se dirigem.

Retomando o estudo de Mauss (1974), nesse caso parece haver uma aliança entre assistentes sociais e mulheres que extrapolam o que é efetivamente doado, indicando haver uma identificação entre a coisa dada e o espírito do doador, fundando relações de reciprocidade que se mantêm na existência de uma razão simbólica. É importante considerar que os sujeitos sociais estão envolvidos no fenômeno que funda a reciprocidade, o que significa dizer que os sujeitos sociais estão envolvidos por relações simbólicas e destas não podem escapar.³³

³³ O texto elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social, em 2005, procura esclarecer as competências desta profissão, informando sua trajetória histórica e ampliando as possibilidades de atuação dos profissionais para além das que envolvem a assistência social.
Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/ssprofissao_aspolpublica2005.pdf

1.3.3 Mulheres e Caridade

1.3.3.1 As caminhadas de Lindaura

Para algumas mulheres Para algumas mulheres acompanhadas neste estudo, a rede de solidariedade representa o acesso a recursos significativos quando se trata de atender as necessidades básicas de seus familiares. É assim para **Lindaura**, 46 anos, que já trabalhou como doméstica, mas ultimamente não tem conseguido emprego. Suspeita que já “*passou da idade*”. **Lindaura** reside com o marido **Hélio**, 54 anos, e um filho de 14 anos, em uma área de invasão do bairro Linhares. A dinâmica vivenciada por esta família evidenciou a importância da rede de apoio acionada pelas mulheres quando o assunto é atender as necessidades materiais de seus familiares. Sendo os recursos monetários insuficientes, a “*ajuda*” que conseguem junto aos pequenos comerciantes do bairro, vizinhos, e também, junto às ONGs, “*é sempre bem vinda*”, pois significa muitas vezes ter “*uma mistura diferente na hora da comida*”.

Apesar de receber o benefício do Programa Bolsa Família para seu filho adolescente, **Lindaura** precisa recorrer à caridade para suprir as necessidades de sua família. O casal é pai também de uma jovem, **Beatriz** de 18 anos, que começou recentemente a participar do Programa de Atendimento ao Adolescente – Promad - da prefeitura e, por meio de capacitação profissional em um curso de auxiliar de escritório, foi encaminhada para trabalhar em uma empresa e recebe um salário mínimo.

Longe desta conquista representar uma melhora na economia e na convivência familiar iniciou-se um período de longas brigas entre a mãe e sua filha, já que a **Lindaura** esperava que a filha empregasse todo o dinheiro em casa. Após diversas agressões, inclusive físicas, **Beatriz** saiu de casa e foi morar na casa de sua avó. Restando a família o valor de R\$92,00, recebido do PBF e os “*extras*” ou “*ajuda*” que **Lindaura** consegue levar para casa nas suas “*caminhadas*” pelo bairro.

É assim que ela denomina sua prática “*quando a situação aperta dou uma caminhada pelo bairro e sempre consigo alguma coisa*”. Como o valor recebido pelo programa é insuficiente para manter todas as necessidades da família, ele frequentemente é reservado para pagar a conta de energia elétrica ou o gás de cozinha. “*O bruto*” da alimentação, (arroz, feijão, fubá, macarrão, óleo, etc.) é garantido pelo recebimento de uma cesta básica da igreja católica e por “*extras*” que **Lindaura** recolhe nas “*caminhadas*” que faz pelo bairro e “*pedindo de porta em porta*”. Ela afirma: “*Eu saio cedinho para minha*

caminhada. Espero as vendas abrirem. Eu peço uma ajuda aqui, outra ali e sempre consigo alguma coisa. Antes pedir do que roubar”.

A pesquisa etnográfica de Marta Denise da Rosa Jardim (1998), no seu estudo **Negociando Fronteiras: uma etnografia sobre trabalho, mendicância e criminalidade na grande Porto Alegre**, descreve as práticas utilizadas pelos moradores para a aquisição de recursos quando o sustento precisa ser garantido e não pode ser obtido pelo trabalho. Segundo a autora, esses sujeitos precisam articular uma imagem que garantam pela via da sensibilização o acesso às doações, podendo ser conseguidas via exposição das impossibilidades de se conseguir por outros meios aquilo que espera receber. Isso envolve saber articular diante dos outros “*os signos de miséria*” que se instala, muitas vezes no corpo permitindo que “as mensagens transmitidas pelo corpo desdobram-se em um estilo lido e compreendido socialmente, resultando, por outro lado, dos limites sociais impostos para sua expressão” (p.76).

Estes signos são articulados por **Lindauro** quando se trata de “*caminhar*” pelo bairro. O cabelo frequentemente é deixado solto, passando um ar de total desalinho, as roupas seguem esse percurso e não há muita combinação entre os tons ou estampas, nos pés, um par de chinelos de borracha, já bem velho, complementam o vestuário. Sua magreza aliada a um andar meio curvado e a voz baixa ao falar com as pessoas que formam sua rede, deixa claro sua humildade e necessidade. Além disso, ela possui elementos que como indicado por Jardim (1998, p.83) concorrem “muito bem no mercado da filantropia: ser mulher, mãe de família, idosa e doente”.

Como pretende manter sua rede de apoio sempre acessível, **Lindauro** desenvolveu um método para garantir que a ajuda extra não falte. Ela procura alternar as casas e as vendas onde pede, assim mantêm um fluxo bom nas doações que recebe. Segundo ela “*não se pode abusar dos outros*”, é preciso “*dar uma folga*” para que não se cansem e parem de ajudar. No açougue só pede às quintas-feiras, pois é o dia que o senhor Expedito “*mata boi*”, e dá a ela os miúdos – rins, coração, e às vezes o bucho. Isso garante um pouco de carne na sexta-feira e nos finais de semana. Da quitanda de Terezinha ela leva sempre alguma verdura e legume que “*estão murchos, mas que dá para aproveitar*”. Às vezes ganha algumas frutas e retirando as partes estragadas aproveita o restante fazendo uma salada de frutas.

Jardim (1998) também identificou esta prática utilizada pelos pedintes nas relações com seus doadores nos seu trabalho de campo:

São perceptíveis seu cuidado para não ir muitas vezes na mesma casa, sua

cordialidade com as pessoas que lhe doam, sua posição de espera, até que algum sinal lhe dê passagem, tudo para fazer com que o ato de doação não seja incômodo para o doador e, ao mesmo tempo, que este se sinta constrangido a realizá-lo (JARDIM, 1998, p. 79).

Tais cuidados são importantes para garantir que não haja uma sobrecarga de algum membro da rede de solidariedade, permitindo que a ajuda não falte e que a própria rede possa ser constantemente ampliada. Eu mesma fui envolvida na sua rede de apoio.

Logo que comecei a visitar sua família era recebida no portão e ali conversávamos. Eu esperava ansiosa pelo dia em que ela, se sentindo mais a vontade, me convidaria para entrar. Depois de compreender melhor minhas intenções, me reconhecendo como pesquisadora e não como uma “espiã do governo”, soube ler em mim traços que indicavam nossa diferença social, e certo dia convidou-me para ver mais de perto os canteiros com cebolinha verde, hortelã e alguns pés de couve que ela plantou no quintal. Na saída, enquanto ia me informando sobre as dificuldades que vivencia com a filha, em relação a dinheiro, encontrou espaço para pedir que na próxima visita lhe levasse uma galinha. A relação de troca estava estabelecida. Se eu pretendia receber, obrigatoriamente deveria retribuir.

Mas essa sua estratégia para conseguir “*ajuda extra*” não é bem vista aos olhos dos agentes do Estado. Por diversas vezes, ouvi críticas, por parte dos agentes comunitários de saúde ao fato de o casal consumir bebida alcoólica em excesso. Isso algumas vezes dificultava o recebimento de ajuda, pois o julgamento moral dos vizinhos e agentes do Estado imputava à família, muitas vezes, a culpa pelos problemas que vivenciavam. Durante o período em que estive participando da vida desta família foi impossível não perceber que o consumo de álcool era frequente, sendo possível sentir o hálito de álcool, principalmente pela manhã.

Observei também a forma como os vizinhos se ocupam de comunicar, com ares de desaprovação, à agente comunitária de saúde, **Cínara**, responsável pelas famílias daquela microárea, as “*confusões*” ocorridas por conta da bebida. Tais brigas, segundo **Cínara**, estavam acontecendo “*por causa do dinheiro da menina*”. Como mencionado anteriormente, a filha não queria “*ajudar*” em casa e diante das brigas mudou-se para casa da avó.

Quando **Cínara** ficou sabendo da “*última confusão na casa de Lindaura*” estávamos caminhando em direção a sua casa e fomos abordadas por uma de suas vizinhas, que foi logo avisando “**Cínara**, *você se prepare porque ontem a confusão foi grande aí*”. A agente de saúde com ares de desânimo e, parecendo um pouco constrangida com minha presença, apressou-se em dizer que “*é difícil trabalhar com uma família assim*”. Referia-se ao fato de suas orientações não serem seguidas pela família dificultando possíveis mudanças.

Esta intenção de regulação da vida dos sujeitos, não é novidade e foi estudada por Jacques Donzelot, (1986) em **A Polícia das Famílias**, seguindo uma perspectiva foucaultiana, em que o dispositivo disciplinar aparece como métodos, técnicas e saberes que objetivam o controle e a constituição dos homens em sujeitos. O autor destaca as estratégias utilizadas pelo Estado e pela medicina no intuito de intervir nas classes sociais. O projeto destinado às famílias pertencentes às camadas populares visava conter as liberdades, impedir o abandono das crianças e a sua vagabundagem. Para esta parcela da população, a infância caracteriza-se por uma liberdade vigiada. A investida do Estado sobre a infância diz respeito ao pensamento da época que, começando pela base, pretendia disciplinar as mentes para o mercado, combater as desordens, a imoralidade e a insurreição, devendo a família cumprir funções de cuidados e socialização.

No prefácio do livro escrito Donzelot (1986), Deleuze, ele afirma: “Donzelot, portanto, não fez um livro a mais sobre a crise da família. (...) a ascensão do social e a crise da família são o duplo efeito político das mesmas causas elementares.” Em seguida, Deleuze descreve a forma como os sujeitos destas camadas sociais eram vistos: “Com relação aos pobres, denuncia-se uma economia pública defeituosa que os leva a abandonar os próprios filhos, a abandonar o campo e sobrecarregar o Estado com encargos indevidos” (DELEUZE, 1986, p. 2 e 3).

Neste estudo, temos explicitada a noção de que as famílias devem cuidar de produzir “*subjetividades*” saudáveis, sendo que aos pais cabe cumprir seus “*deveres naturais*” como provedores de bons exemplos, afeto, alimento, educação e saúde da prole. Para garantir o desenvolvimento das crianças, a vida das famílias precisa ser tutelada. Nasceram assim os trabalhadores sociais, sujeitos que progressivamente passaram a assumir a tarefa civilizadora do corpo social antes sob a responsabilidade do professor. Assim o Donzelot informa sobre esse processo:

As leis de proteção à infância, surgidas na França a partir da década de 40 do século passado até o final do século XIX, organizaram progressivamente uma transferência de soberania da família "moralmente insuficiente" para um corpo de filantropos, magistrados e médicos especializados (DONZELOT, 1986, p. 80).

Assim, verifica-se que o Estado espera disciplinarização através de seus projetos planejados e lineares, não contaminados pelos imponderáveis, relacionais e afetivos. No entanto, as práticas dos agentes sociais e dos usuários mostram outro tipo de articulação e caminhada, em que estes elementos se articulam o tempo todo.

Aqui, faz-se necessário retomar o mencionado na introdução desta pesquisa sobre algumas circunstâncias de minha formação pessoal e profissional que moldaram minha concepção sobre o social nos parâmetros dos ideais iluministas. Repensar ideais tão românticos não foi fácil.

À medida que eu avançava nas disciplinas do mestrado e tomava contato com estas novas teorias, desmoronava um pedacinho desse ideal. Minha orientadora me dizia que meus olhos faiscavam diante das novas ideias, porém ainda seria preciso tempo para rearranjar as novas lentes. O verbo *desnaturalizar* foi por diversas vezes ouvido em suas orientações. Necessitava de tempo para desconstruir concepções naturalizadas sobre as categorias infância, mulher, família e, também sobre a assistência social, já que pretendia ampliar minha visão sobre os diferentes fenômenos que o social apresenta.

1.3.4 - Partilhando doações

Conheci **Marilene** na antessala do CRAS/Leste, enquanto aguardava o momento de ser chamada para o cadastramento no programa. Iniciei uma conversa com ela desejando saber sobre suas expectativas quanto ao cadastramento e interessava-me a possibilidade de incluí-la na pesquisa. Nos primeiros momentos ela respondia com frases curtas, sem me olhar diretamente no rosto e, claro, quis saber quem eu era. Só se sentiu mais à vontade quando perguntei a ela quem era a ACS responsável pela rua onde ela mora. Indicar **Cínara** como uma pessoa conhecida comum facilitou o contato, deixando-a mais desinibida, principalmente quando concordei com seus comentários sobre como a agente comunitária de saúde é *“atenciosa e prestativa”*. A relação entre nós foi mediada pela agente, sem que fosse preciso sua presença física. Ao terminar o atendimento, um pouco mais confiante, dirigiu-se até mim e disse: *“vai lá em casa com a Cínara”*.

A área do bairro onde **Marilene** mora fica numa área de invasão, bem no topo da rua de terra, *“aonde o ônibus não chega”*. Sua casa é bem simples, feita de placas de cimento e coberta por telhas de amianto. Mora ali há três anos, com seus dois filhos do segundo *“casamento”*, **Marcos** com 08 anos e **Wallace** com 04 anos, e o marido **Geraldo**, 45 anos, que trabalha como servente de pedreiro, mas não tem vínculo empregatício.³⁴

Marilene tem 44 anos, mas aparenta bem mais, já trabalhou como faxineira e por problemas de saúde (dor na coluna) se afastou do trabalho. Ela não havia se interessado em se

³⁴ Apesar da maioria das mulheres estudadas viverem o regime de união consensual, os termos casamento e marido serão utilizados aqui como termos êmicos.

cadastrar para receber os benefícios do programa. Informou que *“só criou coragem”* para ir até o CRAS/Leste naquele dia porque a ACS toda vez que vai a casa dela diz que ela *“precisa muito”*.

Como mencionei, **Marilene** é uma mulher bem retraída e durante a observação pude refletir sobre a utilidade que esse traço possui nas relações que ela estabelece. Suas intenções, caso venha a conseguir o benefício, é poder *“comprar leite, carne e pão todos os dias”*.

Marilene também recorre à ajuda da caridade para manter a necessidade de sua família. O salário que seu marido recebe não é fixo, pois trabalha como servente de pedreiro recebendo pelo serviço semanal R\$50,00. A família recebe uma cesta básica oferecida pela Igreja Católica e, às vezes, um pastor evangélico também ajuda com alguns produtos alimentícios. O filho de 04 anos está matriculado na creche onde faz toda alimentação e **Marcos**, que estuda à tarde, também merenda na escola. Assim, é preciso garantir que a comida feita no jantar alimente a família e sobre para a marmita do senhor **Geraldo**.

O jeito introvertido de **Marilene** é importante nas articulações que estabelece para receber ajuda. Serve para mobilizar os vizinhos e sua família que intercedem por ela junto a outros conhecidos. Como é o caso de dona **Célia**, 56 anos que conhece **Marilene** desde pequena e a considera como filha, sempre que pode divide com ela um pouco dos alimentos que prepara e pede à sua patroa roupas e sobras de comida que leva para **Marilene**.

Dona **Célia** me informou que se sensibiliza pela situação de **Marilene** e *“ajuda no que pode”*, porque *“ela precisa muito”*, por ser *“uma mulher calada”*. No seu entendimento, não se pode ter vergonha de pedir quando não se tem, ela mesma pediria para si, caso necessitasse. O que me surpreendeu foi o fato das condições de vida de ambas serem bem parecidas. **Célia** teve oito filhos, mas atualmente só dois moram na sua casa, dois filhos morreram assassinados, dois moram com uma tia e dois já se casaram. O marido não mora com ela, e ajuda pouco em casa.

Os rendimentos de **Célia**, no valor de R\$100,00, são recebidos de uma vizinha, mensalmente, pelos serviços que presta a esta nos cuidados de uma criança de três anos e que *“não conseguiu vaga na creche”*. Os filhos casados também ajudam no que podem, às vezes trazem um pouco de carne ou alguma verdura. Por ser uma *“mulher falante e esperta”*, segundo sua própria descrição, ela consegue ter acesso às instituições do bairro, o que garante acesso aos recursos, como as cestas básicas que recebe: uma da Igreja Católica e outra de um Centro Espírita. Ela descreveu o processo para receber as cestas como *“bem simples”*. *“É bem simples conseguir ajuda. Na igreja é só falar com a moça da pastoral da família.*

Explicar que passa necessidade. E isso é verdade. Porque aqui ninguém vive sobrando. No centro é só assistir a uma palestra por semana e se você não faltar no fim do mês recebe a cesta.”

Quando me interessei em saber de **Célia** o porquê de, mesmo sendo “*tão simples*”, **Marilene** não procurar receber a própria cesta ela esclareceu - “*Ela não é esperta. Com aquele jeito, ela não consegue nada, minha filha. Eu já tentei animar ela, já tentei ver se ela fica mais falante, mas ela não consegue nem olhar direito para gente como é que vai saber falar das dificuldades dela*”? E prossegue explicando sua estratégia - “*Eu chego, fico esperando um pouco, depois que me chamam eu falo mesmo! Conto tudo! Explico direitinho como é que a gente vive aqui, passando necessidade das coisas. Aí sempre consigo alguma coisa e divido o que posso com ela, por que ela precisa mais que eu*”.

Esta forma de buscar ajuda não se limita apenas às instituições mencionadas, ela consegue articular com diversas pessoas. Sempre que caminha pelo bairro, aproveita para “*falar*” com as pessoas, que já sabem da sua necessidade e elas próprias se encarregam de avisá-la sobre alguma possibilidade de doação. Como a dona da quitanda que lhe avisou que vai “*mexer no guarda roupas do filho no final de semana e eu já sei que segunda-feira, recebo alguma coisa*”.

O fato de ser falante, segundo **Célia**, lhe dá muitas vantagens em relação à **Marilene**, por isso, a considera pouco “*esperta*”. No seu entendimento **Marilene** “*precisa mais que ela*”, fazendo com que ela ofereça uma parte dos recursos recebidos à vizinha. Essas dinâmicas, encontradas em campo, fizeram-me refletir sobre a importância dessas redes de apoio que se sustentam na solidariedade e na caridade, para a vida dessas pessoas. Contudo, a política de assistência social também prevê um cadastro para tais instituições, pretendendo criar uma rede socioassistencial, hierarquizada pelo critério de complexidade das ações desenvolvidas na área de assistência. E, procura disciplinar as ações destas instituições na medida em que exigem a construção de projetos planejados e racionalizados. Mas tenho dúvidas se seria possível incluir essas ricas dinâmicas de troca e apoio.³⁵

Esta proposta pode ser interessante para se conhecer os atores envolvidos com as práticas assistenciais, e ainda para garantir o melhor investimento dos recursos, que quase sempre são insuficientes para este setor. Mas, as intenções de se evitar superposições de ações, nesta área, podem representar, na prática, uma forma de controle sobre o acesso das

³⁵ Redes socioassistenciais: é assim denominado o “conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas essas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e, ainda, por níveis de complexidade” (BRASIL, 2004 e BRASIL, 1993).

peças aos recursos. Como indica a percepção de uma assistente social do CRAS/Leste, e que ilustra a percepção do Estado sobre os pobres: *“Se deixar eles querem tudo. É um tal de receber ajuda aqui, na Igreja, no Centro Espírita. Isso é errado, porque tiram a oportunidade de outras pessoas. O que tem já é pouco, se só um receber como é que ficam os outros?”*

Não é nossa intenção problematizar nesse estudo a relação da assistência social com as Organizações Não-governamentais – ONGs. Apenas procurei destacar a importância de se considerar toda a construção histórica da assistência social no Brasil, inclusive no seu caráter religioso, e os sentidos dados às ações dos sujeitos que a ela recorrem, analisando criticamente as reais possibilidades do Estado executar efetivamente a assistência social, oferecendo-a enquanto política pública universal.

1.4. Os Programas de Transferência Condicionada de Renda

Retomando o percurso proposto coube-me refletir, sobre a escolha governamental que elege os Programas de Transferência Condicionada de Renda - PTCR como prioritários no combate à pobreza. A intenção de se transferir recursos monetários diretamente à parcela pobre da população não é inovadora. Surge na Inglaterra, em 1601, com a Poor Law, porém não é aplicada de forma regular, mas somente em situações de grandes crises. Thomas Paine, em 1795, defendia que todas as pessoas devem ter o direito inalienável de participar da riqueza de uma nação. Mas, será no século XX que esta forma de conceber a assistência social se consolidará nos países desenvolvidos com a efetivação do Estado de bem-estar social ³⁶ (LAVINAS; apud ZIMERMAM, 2008).

Aqui no Brasil, esta proposta ganha espaço a partir de 1991, quando o Senador Eduardo Suplicy defende a ideia de se instituir uma renda mínima para todos os cidadãos maiores de 25 anos. ³⁷ Seu projeto inicial previa que todos os brasileiros, com 25 anos ou mais, cuja renda mensal fosse inferior a R\$450,00, uma Renda Básica Incondicional complementar em 30% da diferença entre a sua renda pessoal e este valor. Seriam contempladas nos primeiros anos as pessoas com mais de 60 anos; sendo ampliada a faixa de idade anualmente até atingir-se, após oito anos, toda a população (SUPLICY; BUARQUE, 1997).

³⁶Para maiores aprofundamentos sobre os Programas de Transferência Condicionada de Renda no Brasil consultar: Silva e Silva (2007); Lavinias (1997); Bava, (1998).

³⁷ O texto do Senador Suplicy (2003) esclarece sua intenção de instituir uma Renda Básica e faz uma descrição dos Programas de Transferência Condicionada de Renda - PTCR que surgem após a aprovação de seu projeto de Lei.

Algumas modificações foram feitas no seu projeto inicial considerando as desigualdades de acesso à educação entre as classes sociais. A falta de recursos nas camadas inferiores de nossa sociedade gera a necessidade de trabalho precoce para um grande número de crianças e adolescentes. Isso contribui para que se crie um círculo vicioso, em que a diminuição dos recursos familiares obtidos com o trabalho das crianças e adolescentes os afasta da escola e, no futuro, esta desvantagem na escolarização diminui suas chances de empregabilidade no mercado de trabalho formal.

Além disso, as modificações feitas no projeto inicialmente apresentado pelo senador petista alteraram o referencial de atendimento. Enquanto o projeto inicial previa como foco o indivíduo, o projeto final altera-o para a unidade familiar. Assim, o programa passa ser uma política social para atendimento da família, além de reduzir os custos de sua implementação permitindo sua rápida execução, apesar dos baixos recursos inicialmente disponíveis para seu desenvolvimento³⁸ (CAMARGO, 1991).

Ao avaliar as modificações sugeridas em seu projeto inicial o próprio Senador Eduardo Suplicy, conformedo afirma:

No entanto, a discussão em torno da introdução do Programa de Garantia de Renda Mínima, com o objetivo de erradicar a pobreza, estimulou a idéia da transferência de renda para famílias pobres com crianças em idade escolar, desde que estas estivessem efetivamente freqüentando a escola (SUPLICY, 2003, p. 48).

Realmente, a partir de 1995, o debate sobre a renda mínima nas instâncias governamentais ganha novo impulso e alguns estados iniciam as primeiras experiências, que divergem do projeto inicial, já que o enfoque passa a ser na família e faz exigências de vinculação escolar.³⁹ Mesmo sendo aprovado com várias ressalvas e até mesmo sendo

³⁸ Embora concorde com a essência do projeto inicial, o economista José Márcio Camargo, em 1991, enquanto participava de um encontro de economistas do Partido dos Trabalhadores, preocupado com os altos índices de evasão escolar, apresentou sugestão de se incorporar os jovens menores de 25 anos, e contribui propondo a adoção de um programa de complementação de renda familiar vinculado à escolarização dos filhos e dependentes em idade escolar. De acordo com a sua proposta original, seria concedido um benefício no valor equivalente a um salário-mínimo a toda família (independente da renda familiar) com filhos ou dependentes entre 05 e 16 anos, desde que estes estivessem matriculados e frequentando regularmente uma escola pública. Mas, os valores repassados às famílias pelo PBF, como veremos mais adiante, não ultrapassam o valor de R\$182,00.

³⁹ Os programas pioneiros surgiram em Campinas, implantado pelo então prefeito Magalhães Teixeira (PSDB) e no Distrito Federal, onde o governador Cristovam Buarque (PT) introduziu o Programa Bolsa-Escola. Nos dois casos, as famílias com renda mensal inferior a 1/2 salário mínimo *per capita* tinham direito a receber um complemento de renda enquanto suas crianças em idade escolar estivessem frequentando as aulas. Posteriormente outros municípios, tais como Ribeirão Preto, São José dos Campos, Belém, Mundo Novo, Belo Horizonte, Piracicaba, Jundiá, Blumenau e Caxias do Sul, dentre outras, instituíram programas semelhantes, que diferem entre si apenas na forma de calcular o benefício, mas são fundamentados no mesmo princípio. (SUPLICY, 2003)

desvirtuado em suas intenções iniciais, este projeto contribuiu para que uma nova forma de se conceber a assistência social aos mais necessitados fosse implantada no governo federal.

O lançamento, em 1993, da campanha **“Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”**, liderada pelo sociólogo Herbert José de Souza, popularmente conhecido como Betinho, propagou um discurso que propunha à população o estabelecimento de um pacto social para o enfrentamento da fome e da miséria. Espalhando por todo território nacional uma crescente indignação para os altos índices de desigualdades existentes na sociedade brasileira, principalmente sobre o direito de acesso à alimentação, a campanha mobilizou diferentes setores para o enfrentamento desta importante questão social.

Diante do quadro vivenciado pela sociedade brasileira que, como mencionado, enfrentava um período de graves crises agravadas pela opção governamental de adotar o modelo neoliberal de governo, as ações inicialmente implementadas visavam atender áreas consideradas mais dramáticas, e incluíram mudanças no sistema de ensino fundamental e apoio a grupos sociais fragilizados – priorizando ações para redução da mortalidade infantil, erradicação do trabalho precoce, renda mínima para idosos e deficientes de baixa renda (DRAIBE, 2005).

É neste contexto social que o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC opta pela criação de PTCR, diretamente para as famílias mais pobres. Criando inicialmente, os programas Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação, pretendendo eliminar burocracias e promovendo a chegada de recursos financeiros direto aos beneficiários. Tais programas são criados para atender duas finalidades básicas: enfrentar o maior desafio da sociedade brasileira, que é o de combater a miséria e a exclusão social, e também promover a emancipação das famílias mais pobres, investindo na escolarização como forma de se romper com a pobreza intergeracional.

Posteriormente, com a aprovação do Fundo de Combate à Pobreza em 2002, formado com parte dos recursos obtidos com a CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira –, houve recursos para a criação de outros programas de transferência de renda diretamente às famílias, quando são criados:

O programa Bolsa-Alimentação (na área da saúde), Agente Jovem (na Secretaria de Assistência Social) e, pouco mais tarde Auxílio Gás (2002). E foram acoplados aos anteriores, o Bolsa-escola, de 1998, O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), de 1985, e outros programas de transferência preexistentes (DRAIBE, 2003, p. 80).

Assim, ficou estabelecida a Rede Social Brasileira de Proteção Social, em que os programas se concentram nas transferências monetárias diretamente aos indivíduos ou às famílias com baixa renda, tendo como objetivo oferecer apoio contra vulnerabilidades e riscos sociais.

Conforme assinala Aldaíza Sposati, no seu texto, **Sobre os programas brasileiros de garantia de renda** (1996), os PTCR, procurando romper com a “antiga” lógica assistencialista, partem do princípio de que certo patamar de renda garante a promoção, ou ao menos ajuda os indivíduos a ter acesso ao consumo e estimula sua inserção produtiva no mundo do trabalho:

Transferem uma dada quantia de remuneração para que seja transformada pelo cidadão, através do mercado, em resolução de uma necessidade. Não se trata de transferência de um bem como uma cesta básica, ou pagamento de um aluguel ou qualquer benefício, mas de ampliar a capacidade de consumo e acesso do cidadão a cobertura de uma necessidade através de aquisição ou compra. Este caráter faz com que propostas de renda mínima sejam combinadas quer com políticas liberais, quer com políticas de caráter social-democrático, já que no limite não rompem com os interesses do mercado (SPOSATI, 1996, p. 44).

Ocorre, como veremos no desenvolvimento deste estudo, que na prática esses valores são insuficientes para gerarem sozinhos uma promoção social, exigindo esforços para a ampliação das políticas universais, principalmente dos postos de trabalho. Além disso, é necessário destacar que, na perspectiva desta autora, as modificações ocorridas no projeto inicial para a criação dos Programas de Garantia de Renda Mínima - PGRM, romperam com a proposta de universalidade, uma vez que o critério de renda é condição para o recebimento dos recursos do Programa Bolsa Família - PBF.

Dessa forma, fez-se importante diferenciar as propostas dos programas de transferência de renda que estamos considerando. O texto de Maria Ozanira da Silva e Silva, **Renda Mínima: uma política pró-família e pró-criança no Brasil** (2001) nos ajudou a compreender a perspectiva de cada um dos modelos. Nas palavras da autora:

a) Renda Mínima enquanto uma política compensatória e residual cujos fundamentos são pressupostos liberais/neoliberais, mantenedores dos interesses do mercado, orientados pelo entendimento de que o desemprego e a exclusão social são inevitáveis. Tem como objetivos garantir a autonomia do indivíduo enquanto consumidor; atenuar os efeitos mais perversos da pobreza e da desigualdade social, sem considerar o crescimento do desemprego e a distribuição de renda, tendo como orientação a focalização na extrema pobreza, sem desestimular o trabalho. O impacto é, necessariamente, a reprodução de uma classe de pobres, com garantia de sobrevivência no limiar de uma determinada Linha de Pobreza;

b) Renda Mínima enquanto uma política redistributiva, orientada pelo critério da Cidadania Universal, tendo como fundamentos pressupostos redistributivos. Nesse caso, o objetivo é alcançar a autonomia do cidadão e a orientação é a focalização positiva capaz de incluir todos que necessitam do benefício para garantia de uma vida digna. O impacto, desejado é a Inclusão social. (SILVA, 2001, p. 3, grifos meu).

Aqui se evidenciam as características do Programa Bolsa Família - PBF, que transferem um valor diretamente às famílias, mantendo a focalização nos sujeitos mais vulnerabilizados socialmente, mantendo o corte de renda como critério para o recebimento e garantindo que os valores repassados não irão desestimular a busca por um trabalho. Já a proposta de Renda Mínima enquanto política residual segue uma perspectiva universal, possuindo um viés redistributivos da riqueza produzida pelo país. Fica evidente, portanto, que cada proposta tem um objetivo específico, e que as alterações no projeto inicial idealizado desvirtuaram sobremaneira as possibilidades de universalização e inclusão social.

Assim, neste sentido, os PTCR desenvolvidos no país reduziram as possibilidades de se efetivarem a noção de assistência social enquanto direito introduzidas pela Constituição de 1988, que preconizava a necessidade de universalização das políticas sociais. Com a opção pela implantação de políticas sociais focalizadas em segmentos mais fragilizados da sociedade, toda a discussão em torno das políticas sociais enveredou para o âmbito da “*escolha pública eficiente*”, no qual os recursos disponíveis para a assistência social deveriam ser bem direcionados, optando-se, portanto, por políticas sociais cujo foco são os mais necessitados entre os necessitados. (Faleiros, 2004)

Assim, os desafios não são pequenos para uma sociedade tão desigual e com níveis tão altos de pobreza quanto a brasileira. Como fugir do critério de focalização? Como transformar um programa de governo em um programa de Estado? Como elevar um Programa de Transferência Condicionada de Renda à condição de direito universal? Como garantir que esse programa seja instrumento capaz de superar a pobreza, sem que se efetivem mudanças na forma de distribuição de riquezas? Essas são questões, ainda sem resposta, que demandarão muitos estudos.

1.4.1 O Programa Bolsa Família

Conforme apontado, a extrema desigualdade social brasileira foi resumida sob o símbolo da “*fome*”. O “forte impacto simbólico” dos discursos que colocavam como necessidade principal dos pobres brasileiros o acesso à alimentação foi considerado por Maria Hermínia Tavares de Almeida, no seu texto **A política social no governo Lula**, (2004) como sendo um discurso útil tanto em nível nacional quanto internacional, transformando-se, em grande medida, no emblema da plataforma de governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores) em seu primeiro mandato (2003-2010).

Ao assumir a Presidência da República, o novo presidente afirmou que em sua gestão queria ver todo brasileiro fazer “três refeições por dia”. Essa diretriz do governo implantou, em fevereiro de 2003, o Programa Fome Zero - PFZ que serve como plano orientador de políticas direcionadas aos segmentos sociais que estariam vivendo em condições abaixo de um padrão socialmente aceitável. Esta política pública tem como meta a erradicação da fome e da exclusão social (BRASIL, 2004b).

Implantado em janeiro de 2004, o Programa de Transferência de Renda Condicionada – ou Programa Bolsa Família – PBF unificou outros programas de transferência de renda que já vinham sendo implementados: o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação e o Auxílio Gás.⁴⁰ Seus objetivos básicos são promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; combater a pobreza; e promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público, conforme regulamentado pelo Decreto nº. 5.209, de 17 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004c).

O foco deste programa, conforme o próprio nome diz, são as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, aqui entendida como riscos diversos - desemprego, fome, pouco acesso a bens e serviços da comunidade local, doenças, habitações precárias.

⁴⁰ Os programas implantados no governo anterior foram classificados como *remanescentes*, pelo atual governo. Atualmente os diversos programas do Governo Federal apoiam-se na transferência de renda diretamente aos usuários. Podemos destacar: os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas portadoras de deficiência; o Programa de Prevenção e de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); o Programa Projovem que oferece uma bolsa como auxílio para o retorno aos estudos; a Bolsa de Estudos para Afrodescendentes do Ministério das Relações Exteriores (MRE); o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (Pronasci) que distribui valores para jovens e mulheres envolvidos no combate à violência nas comunidades, e outros.

Os valores dos benefícios destinados às famílias não são fixos, variando conforme a renda per capita e configuração das famílias. Isso frequentemente gera muitas dúvidas entre as mulheres beneficiárias, como será descrito no capítulo III, abrindo espaço para a desconfiança quanto a seriedade do programa. As famílias são classificadas pelo critério de renda *per capita*. Possuindo renda de até R\$60,00 (setenta reais), por pessoa, será considerada “*extremamente pobre*”, se a renda per capita ficar entre R\$60,01 com no valor máximo de R\$ 120,00 será definida como “*pobre*” conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).⁴¹

Os benefícios que o programa oferece às famílias são de três tipos: o *Básico*, no valor de R\$ 62,00 o *Variável* no valor de R\$20,00, podendo receber até três benefícios variáveis por família para cada criança na faixa etária de 0 a 12 anos e o *Variável Vinculado ao Adolescente* no valor de R\$30,00 podendo receber até dois benefícios por família para jovens de até 17 anos. Isso significa que mesmo que o número de crianças seja superior a três e o número de adolescentes seja superior a dois, apenas três poderão ser incluídas como beneficiárias.

Os quadros a seguir, disponíveis no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS auxiliam na compreensão sobre a forma como os benefícios são concedidos.

⁴¹ Durante a realização dessa pesquisa, os valores da renda *per capita*, bem como os valores dos benefícios repassados às famílias foram por diversas vezes reajustados pelo Governo Federal. Este estudo considera os valores repassados às famílias no mês de junho/2009, quando encerramos a pesquisa de campo.

Famílias com renda mensal de até R\$ 60,00 por pessoa, são consideradas pelos critérios do programa como “*extremamente pobres*”:

Número de crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Básico	R\$ 62,00
1	0	Básico + 1 variável	R\$82,00
2	0	Básico + 2 variáveis	R\$ 102,00
3	0	Básico + 3 variáveis	R\$ 122,00
0	1	Básico + 1 BVJ	R\$ 92,00
1	1	Básico + 1 variável + 1 BVJ	R\$ 112,00
2	1	Básico + 2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 132,00
3	1	Básico + 3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 152,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 122,00
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	R\$ 142,00
2	2	Básico + 2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 162,00
3	2	Básico + 3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 182,00

Fonte: www.mds.gov.br

Assim, uma família considerada “*extremamente pobre*” poderá receber do programa o valor mínimo de R\$62,00, mesmo que não possua filhos, e, no máximo R\$182,00, pois mesmo sendo uma família numerosa, apenas três crianças e dois adolescentes serão beneficiados pelos recursos. Esta forma de distribuir os benefícios, excluindo alguns indivíduos do núcleo familiar, confunde as mulheres beneficiárias, uma vez que se sentem confusas em utilizar os benefícios destinados a alguns filhos para toda família.⁴²

O próximo quadro indica que as famílias com renda familiar mensal de R\$60,01 a R\$120,00 por pessoa são consideradas “*pobres*” pelo programa federal.

⁴² Os critérios entre os programas assistenciais desenvolvidos na esfera federal e, também na municipal, muitas vezes não seguem a mesma lógica, alguns têm como foco o indivíduo, como por exemplo, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outros o grupo familiar. O BPC oferece um salário mínimo, repassado mensalmente aos idosos e pessoas com deficiências físicas que – independentemente de contribuição previdenciária – têm direito constitucional ao benefício, desde que comprovem não ter condições de prover sua própria subsistência ou de tê-la provida por familiares.

Número de crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Não recebe benefício básico	-
1	0	1 variável	R\$ 20,00
2	0	2 variáveis	R\$ 40,00
3	0	3 variáveis	R\$ 60,00
0	1	1 BVJ	R\$ 30,00
1	1	1 variável + 1 BVJ	R\$ 50,00
2	1	2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 70,00
3	1	3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 90,00
0	2	2 BVJ	R\$ 60,00
1	2	1 variável + 2 BVJ	R\$ 80,00
2	2	2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 100,00
3	2	3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 120,00

Fonte: www.mds.gov.br

Assim, como o quadro indica que a família considerada “*pobre*” não terá direito ao piso Básico, mesmo que a diferença entre ser extremamente pobre e pobre signifique poucos centavos. E nesse caso, um casal sem filhos considerados “pobres” ficará fora do programa.⁴³ Isto levou a considerar que, apesar de o programa ser destinado às famílias, o foco ainda são as crianças e adolescentes. Isso permite considerar que ainda persiste a intenção de “*disciplinarização*” apontada nos estudos dos autores analisados, neste estudo, em que família, escola e saúde ainda são as ferramentas utilizadas neste processo (ÁRIES, 1981; DONZELOT, 1986; FOCAULT, 1992; COSTA, 1979).

O documento normatizador do Programa Bolsa Família - PBF determina no seu Art. 23 que: “o titular do cartão de recebimento do benefício será preferencialmente a mulher ou, na sua ausência ou impedimento, outro responsável pela unidade familiar” (BRASIL, 2004b). Portanto, mesmo que exista a presença de figuras masculinas na família (pai, avô, tios), é a mulher/mãe a eleita pelo Estado para receber e gerenciar os recursos destinados à sua família.

Conforme mencionado, a justificativa governamental para tal escolha se refere à crença de que a mulher utilizaria melhor os recursos, já que se preocupa mais com as necessidades dos membros dos grupos. Além disso, o governo pretende assegurar a participação da mulher na educação das crianças, objetivando romper a longo prazo com os círculos de pobreza, e ainda considera que repassar os recursos diretamente para as mulheres, principalmente para a mãe – normalmente responsável pelas crianças, seria uma forma de

⁴³ Sobre a perversidade do uso do critério “corte de renda” ver Rocha, (2003).

“promover a equidade de gênero” (STAL, 2000).⁴⁴

Este programa exige o cumprimento de algumas condicionalidades além da renda, para que a família seja incluída e permaneça recebendo os benefícios: a frequência escolar de crianças e adolescentes devem ser mantidas em 85% mensal, e também os cuidados para com a saúde, que incluem vacinação para as crianças de 0 a 6 anos e o acompanhamento pré-natal das gestantes e nutrizes. Estas condicionalidades resultaram das modificações feitas no projeto inicialmente proposto pelo senador petista, e na visão de alguns autores rompem com a proposta de universalidade, visto que o critério para o recebimento do benefício é a renda (YASBEK, 2004; ROCHA, 2003).

O programa prevê ainda outros programas denominados de *programas complementares* pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, que serão oferecidos às famílias nas três esferas de governo e em parceria com a sociedade civil. Visam ao desenvolvimento das capacidades, principalmente buscando a geração de renda.

Os Programas Complementares são: o desenvolvimento de ações que explorem as potencialidades econômicas, culturais e naturais, com a promoção de uma política de desenvolvimento social que tenha como objetivo a inclusão das famílias de baixa renda no setor produtivo. (Guia do Gestor, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2006).

Em campo, pude perceber que as vagas oferecidas às famílias beneficiárias em cursos profissionalizantes – cabeleireiro, manicuro e pedicuro, salgadeira, porteiro, vigia noturno, entre outros - e que poderiam significar o acesso à renda, são sempre insuficientes para atender a demanda. Era comum encontrar, principalmente entre as mulheres beneficiárias, a queixa sobre a falta de vagas. Outro impedimento para que o acesso à qualificação possa melhor atender a demanda, na minha avaliação, é a indefinição quando a rede socioassistencial que ainda não está configurada no município. Isso mantém a desarticulação entre as instituições sociais e impede o melhor atendimento da demanda.

Diante do exposto, conclui-se que os PTCR procurando romper com a “antiga” lógica assistencialista, partem do princípio de que a transferência de valores diretamente às famílias garante a promoção ou, ao menos, ajuda os indivíduos a ter acesso ao consumo e estimula sua inserção produtiva no mundo do trabalho (SPOSATI, 1996).

⁴⁴ Este critério será problematizado no capítulo III, nossa intenção será apresentar as especificidades da família popular, articulando as dinâmicas relacionais encontradas em campo, onde o fato da mulher ser beneficiária preferencial não garante a ela, como quer o Estado, a decisão sobre aplicação dos recursos.

Adotando uma perspectiva neoliberal, portanto, os PTCR funcionam como políticas compensatórias para enfrentamento do binômio pobreza-desemprego. Mecanismos simplificadores do Sistema de Bem-Estar Social, e complementar a outros serviços básicos, que garantiriam a inserção social dos sujeitos. Ocorre que, na prática, esses valores são insuficientes para gerarem sozinhos a promoção social, exigindo esforços para a ampliação das políticas universais, e, principalmente na qualificação do trabalhador para o mundo do trabalho.

Neste capítulo procurei apresentar as normas que regulamentam a assistência social no Brasil e os debates que a cercam, destacando como o percurso levou o governo federal a optar pela transferência de renda diretamente às famílias. Dessa forma, procurei, através de tais debates, compreender como alguns pressupostos são construídos. Entre eles, procurei destacar a forte tensão existente entre a noção de necessidade de superação de práticas arcaicas de assistencialismo e caridade, que uma vez institucionalizadas elevariam a assistência social à condição de direito social, tendo como guia práticas mais racionalizadas.

Outro debate importante é aquele que aponta a opção feita pelo Estado pelas políticas sociais focalizadas em ruptura com os preceitos constitucionais que indicam a noção de universalização dos direitos.

1.5 Breves considerações sobre o Programa de Saúde da Família

Como esta pesquisa utilizou também a Unidade Básica de Saúde do bairro Linhares, além do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/LESTE, faz-se necessário apresentar, ainda que brevemente, algumas considerações sobre o Sistema Único de Saúde, o Programa de Saúde da Família e o Programa de Agentes Comunitários.

No Brasil, a reorganização do setor da saúde, que já vinha sendo feita de forma fragmentada, tem como marco legal a Constituição Brasileira de 1988, com a criação do Sistema Único de Saúde – SUS.⁴⁵ Este sistema prevê a universalização do direito à saúde que passa a ser responsabilidade do Estado.

As concepções do SUS que o texto constitucional apresenta deixam transparecer o momento político vivido pela sociedade brasileira, “recém saída de uma ditadura militar onde o direito à cidadania nunca foi um princípio de governo”. Procura ressaltar o compromisso do

⁴⁵ O SUS é concebido como o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público. A iniciativa privada poderá participar do SUS em caráter complementar (POLIGNANO, 2010, p.23).

Estado para com o bem-estar social e indica um longo caminho para que o conceito e o direito à saúde sejam ampliados. (POLIGNANO, mimeo)

Segundo Ana Luiza D'Ávila Viana e Mario Roberto Dal Poz, no seu texto, **A reforma em saúde no Brasil: Programa de Saúde da Família no Brasil** (1998) essas são as características do modelo de saúde que se pretende substituir:

Baseado na doença, atuando exclusivamente sobre a demanda espontânea, com ênfase na medicina curativa, tratando o indivíduo como objeto de ação, com baixa capacidade de resolver os problemas de saúde, com saber e poder centrado no médico, geralmente limitado à ação setorial, com desvinculação do pessoal de serviço com as comunidades, e de relação custo-benefício desvantajosa (VIANA; DAL POZ, 1998, p.9).

Assim, o Programa de Saúde da Família implantado em 1994 é concebido como uma das estratégias que possibilitaria fortalecer e concretizar os princípios do SUS - universalidade, integralidade e equidade, além das diretrizes descentralização e participação da comunidade. Mas, é importante destacar que o surgimento do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, antecede a implantação do Programa de Saúde da Família - PSF, e do próprio Sistema Único de Saúde – SUS.

Criado no início da década de 90, do século passado, pelo Ministério da Saúde, como o objetivo de reduzir a mortalidade infantil e materna, principalmente no nordeste brasileiro, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS, segue a lógica da medicina preventiva e destaca como função dos agentes comunitários de saúde - ACS o atendimento direto à população, sendo que *“o objetivo era desenvolver a capacidade da população para cuidar de sua própria saúde, transmitindo informações sobre práticas preventivas, por meio de agentes comunitários”* (VIANA; DAL POZ, 1998, p. 10).

Esta é ainda hoje a principal função dos ACS. Estes agentes do Estado visitam as famílias informando sobre os cuidados básicos que devem ter com a saúde, higiene, vacinação, aleitamento materno, cuidados com a gestação, além de serem o elo entre a comunidade e os outros profissionais da área de saúde ⁴⁶ (LARA, 2008).

Para tanto, os ACS devem ser capazes de desenvolver as seguintes atividades:

- I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade;
- II - a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;
- III - o registro para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

⁴⁶ Os ACS buscam o reconhecimento legal da profissão, entretanto, a Lei Federal nº. 11.350, de 5 de outubro de 2006, descreve suas atividades sem os reconhecer como profissionais. (LARA, 2008)

- IV - o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;
- V - a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família;
- VI - a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida (LARA, *apud*, BRASIL, 2006, p. 361).

Temos, pois, que o trabalho dos ACS tem como princípio básico o acesso direto aos usuários. Sendo o foco do programa a família, esta é percebida a partir de seu ambiente físico e social, pretendendo que a equipe de saúde possa ter a compreensão ampliada sobre o processo saúde/doença e da sobre a melhor intervenção a ser realizada, indo além das práticas curativas.

Outro aspecto que precisa ser considerado é o fato do ACS ser um ator social que reside na mesma comunidade onde trabalha. Esta proximidade gera a busca constante por uma conciliação entre as crenças populares e as recomendações científicas calcadas no modelo biomédico. Além disso, neste estudo, ficou evidenciado que a proximidade dos ACS com a população contribui sobremaneira para que as situações vivenciadas pelos usuários possam ser acolhidas com maior alteridade, ainda que nem sempre, como veremos mais adiante, possa gerar efetivamente mudanças significativas nas mesmas.

Como informado, a inclusão dos ACS neste estudo fez-se necessária, pois houve certa demora na concessão da autorização para que pudesse utilizar o CRAS/Leste. Pretendendo acesso às famílias beneficiárias e temendo que a demora atrasasse o começo da pesquisa de campo, procurei a Unidade Básica de Saúde e o *acolhimento* ali foi imediato.

Durante a realização da pesquisa, fui percebendo que essa palavra possui significância para a equipe de saúde, e principalmente para os ACS. Foi **Cínara** que me despertou para a importância dela, e me disse, “*agente trabalha com amor, com acolhimento*”. Esclarece tratar-se de uma forma de conceber o modo como o atendimento na saúde deve ser realizado, defendido pelo Ministério da Saúde, e que envolve uma maior aproximação entre usuários e equipe de saúde.

O trabalho de Márcia Constância Pinto Aderne Gomes e Roseni Pinheiro, **Acolhimento e vínculo: práticas de integralidade na gestão do cuidado em saúde em grandes centros urbanos**, (2005), informa sobre o significado da palavra para a saúde, que se aproxima com o significado atribuído a ela no dicionário:

É interessante notar que os sentidos atribuídos às palavras não se correlacionam diretamente às questões de saúde, mas podemos identificar alguns de seus significados, como: “*atenção, consideração, abrigo, receber, atender, dar crédito a, dar ouvidos a, admitir, aceitar, tomar em*

consideração, oferecer refúgio, proteção ou conforto físico, ter ou receber alguém junto a si”, atributos de atenção integral à saúde, enfim, da integralidade ⁴⁷ (GOMES; PINHEIRO, 2005, p. 07).

O texto das autoras informa que o Programa de Saúde da Família - PSF é entendido como base de sustentação para a estruturação do Sistema de Atenção à Saúde – SUS, e pretende que os serviços da saúde sejam organizados em uma rede regionalizada e hierarquizados por cada esfera de governo, onde inclui a participação popular. ⁴⁸ Assim, o objetivo do Programa de Saúde da Família - PSF é:

Colaborar decisivamente na organização do Sistema Único de Saúde e na municipalização, implementando os princípios fundamentais de universalização, descentralização, integralidade e participação comunitária [...] o PSF prioriza as ações de proteção, promoção à saúde dos indivíduos e da família, tanto adultos quanto crianças, sadios ou doentes, de forma integral e contínua. (BRASIL, 1994, p. 10-1).

A equipe multiprofissional de saúde é composta por, no mínimo, um médico clínico, ou com especialização em saúde da família, um enfermeiro, uma auxiliar de enfermagem e de cinco agentes de saúde, dependendo da estruturação do programa em cada município. Na UBS de Linhares, as equipes seguem a composição descrita acima e uma assistente social também se integra às cinco equipes desta unidade. Como o foco é o território, o bairro é dividido em áreas e microáreas, sendo que estas se compõem de algumas ruas. Cada agente fica responsável por uma microárea e pelas famílias que ali residem.

Portanto, este programa federal centra-se na família, entendida e percebida a partir do território em que vive ampliando as perspectivas de compreensão sobre os processos de saúde e doença. Pretende organizar novas práticas assistenciais em substituição ao modelo tradicional de assistência, até então orientado para a cura de doenças e hospitalizações. Assim, por considerarmos que a proposta do Estado é seguir na área de assistência social, com a criação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, os mesmos parâmetros que utilizou na área da saúde com a criação do SUS – Sistema Único de Saúde. Em que no primeiro, temos o CRAS como referência, e no segundo a UBS, ambos destinados no acolhimento da família, esta opção nos atendeu satisfatoriamente.

⁴⁷ As autoras se apoiam nos estudos de Mattos (2001) e definem integralidade como: três conjuntos de sentidos sobre a integralidade: a integralidade como traço da boa medicina, a integralidade como modo de organizar as práticas e a integralidade como respostas governamentais a problemas específicos de saúde.

⁴⁸ Sobre o processo de implementação do SUS consultar Faleiros (2006).

2. AS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS: o olhar via CRAS/Leste e UBS de Linhares

2.1. O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/Leste

Como abordado no capítulo I, ocorreram mudanças significativas na área da assistência social brasileira na década de 80, do século XX. A intenção do governo federal, ao lançar sua Política Nacional de Assistência Social – PNAS, no ano de 2004, é instituir no país um Sistema Único de Assistência Social - SUAS, nas bases do Sistema Único de Saúde – SUS. Pretende-se que o SUAS seja constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social prestados diretamente – ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos – por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público (BRASIL, 2004).

Dentro desta perspectiva, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é considerado como uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, localizada nas áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social dos municípios e se caracteriza como a principal porta de entrada das famílias para a rede de proteção social de assistência social. A implantação do CRAS é uma estratégia de descentralização e hierarquização de serviços de assistência social, significando que a assistência social será promovida por todas as instâncias de governo federal, estadual e municipal – e para sua efetivação uma rede socioassistencial deve ser construída de acordo com a complexidade dos serviços oferecidos à população (BRASIL, 2004).

Comparativamente, o CRAS seria para o SUAS o que a UBS é para o SUS, uma unidade prestadora de serviços básicos, com capacidade de encaminhar os sujeitos de acordo com os níveis de sua vulnerabilidade social para outras instituições assistenciais. Para tanto, o texto da PNAS (BRASIL, 2004) indica como atribuições da equipe multiprofissional do CRAS o mapeamento dos serviços existentes em um determinado território para que se ofereçam de maneira mais eficiente as políticas sociais deste setor.

Assim, tendo como base o território, os agentes do Estado devem conhecer as regiões onde ocorre a presença de sujeitos vulneráveis socialmente. Para isso devem considerar os dados obtidos pelos cadastros sociais (Cadastro Único da Assistência Social, o cadastro do Benefício de Prestação Continuada, e no caso de Juiz de Fora, JF Social), e ainda devem considerar o Índice de Desenvolvimento da Família – IDF proposto pelo Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.⁴⁹ Devem também mapear a rede socioassistencial, que se compõe basicamente por outras instituições que desenvolvem atividades neste setor, tanto nos outros níveis de governo, quanto nas instituições privadas e ONGs (BRASIL, 2004).

2.2. O Conceito de Territorialização

Nesta dissertação, o interesse é compreender a efetivação de uma política pública através das formas como ele é concebido, mas principalmente através da forma como ele é executado pelos agentes do Estado que mantêm contato direto com a população assistida, bem como, compreender como esta população se relaciona com o Estado. Assim, neste capítulo apresentarei as noções basilares formuladas pela PNAS (BRASIL, 2004) e a forma como são aplicados por sujeitos concretos.

Na análise realizada nos textos oficiais, que regulamentam a assistência social brasileira, encontrei os termos “*territorialização*” e “*família referenciada*” e observei uma imbricação entre ambos, pois, ao se referir à “*família referenciada*” o texto inter-relaciona a noção de “*território vulnerável*” que incide sobre as possibilidades da família em manter suas necessidades.⁵⁰

Pretendendo romper com o antigo modelo de assistência social que se pautava na oferta de serviços de forma fragmentada na existência de uma superposição de ações, que geravam um desperdício de recursos públicos e, permitia a existência de práticas assistencialistas pautadas na caridade e no clientelismo, o Estado passa a considerar a necessidade de conhecer as especificidades de cada território, que possibilitarão conceber os diferentes níveis de necessidades e um melhor planejamento dos serviços a serem oferecidos. Para tanto, o texto da Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004) trabalha com o conceito de “*territorialização*” que significa reconhecer a interferência de múltiplos fatores sociais e econômicos que geram impacto na vida dos usuários. (BRASIL, 2004)

O texto de Aldaíza Sposati, **Territorialização e desafios à gestão pública inclusiva: o caso da assistência social no Brasil** (2008) informa sobre as desigualdades encontradas nas sociedades latino-americanas quando da ocupação do seu território, gerando o fenômeno de “*periferização*” ou “*relação centro-periferia*”, em que a distinção entre um e outro é feita pela ausência de acessos de regulações e de serviços públicos. Em um outro sentido, é possível se afirmar que o conceito de territorialização serve também para se

⁴⁹ Sobre índices de Desenvolvimento Humano e Índice de Desenvolvimento da Família ver Barros, et al, 2003.

⁵⁰ O conceito de “*família referenciada*” será apresentado no capítulo III.

contrapor à noção de políticas centralizadas, pois objetivam “a descentralização, o diálogo com multiplicidade de sujeitos e a delegação de poder”, nas decisões sobre as quais as políticas públicas devem ser desenvolvidas. A autora ressalta:

Em toda esta reflexão fica subjacente que território não significa mero perímetro de uma área física. Território não é um terreno no sentido de uma dimensão de terra. Território é dinâmica, pois para além da topografia natural, constitui uma “topografia social” decorrente das relações entre os que nele vivem e suas relações com os que vivem em outros territórios. Território não é gueto, apartação, ele é mobilidade. Por isso, discutir medidas de um território é assunto bem mais complexo do que definir sua área com densidade. Implica considerar o conjunto de forças e dinâmicas que nele operam (SPOSATI, 2008, p. 9).

É importante, por isso, que se conheçam o território e as vulnerabilidades vividas pelos sujeitos que ali se relacionam. Assim, o texto basilar da assistência social brasileira elege o território como base para organizar a rede de serviços e pretende, a partir do reconhecimento de áreas de vulnerabilidade e risco social, eleger a família que necessita ser amparada pela política pública. Ao informar sobre os usuários da política de assistência social, a PNAS (BRASIL, 2004) afirma:

Constitui o público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2004, p.27).

Como se vê, a noção de “vulnerabilidade e riscos” é bastante extensa. O que me leva a pensar como cada situação dessas é compreendida pelos diversos agentes sociais e me pergunto até que ponto uma lista tão grande de situações não corre o risco de considerar vulnerável qualquer sujeito fora da “norma” (COSTA, 1979).

Se considerarmos o fato de que as mediações ocorridas entre agentes do Estado e famílias beneficiárias se dão entre sujeitos pertencentes a classes sociais diferentes, portanto universos simbólicos diferentes, pode-se conceber mais facilmente o quanto é custoso a alteridade entre “nós e ele”, principalmente pela dificuldade que os agentes do Estado possuem para relativizar as suas próprias vivências. Esta dificuldade se deve ao fato de que

relativizar as práticas de pessoas que não partilham de nosso universo é questionar nossos próprios valores, e principalmente significa ter que admitir as contradições criadas por nosso sistema político e econômico, que cria subgrupos com interesses quase opostos (FONSECA, 2006).

Para atingir o objetivo de se trabalhar com a noção de territorialização, o texto da PNAS (BRASIL, 2004) indica que as ações a serem desenvolvidas devem se basear em levantamentos que apontem as necessidades de um dado território, dos recursos que ele oferece em relação às vulnerabilidades dos sujeitos para que a implementação de políticas sociais possam ser efetivadas. E mais, coloca como sendo responsabilidade da equipe técnica responsável pela coordenação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, o mapeamento das instituições que oferecem serviços neste setor, criando uma rede socioassistencial.⁵¹

Assim, partindo da premissa antropológica de cultura com um código que dá sentido à vida dos sujeitos, sendo constantemente fabricado e resignificado por eles, meu olhar se voltou para a experiência particular de meus entrevistados, pretendendo captar o universo social e simbólico em que vivem. Considerando os deslocamentos, os acessos e as relações como constitutivas das ações dos sujeitos sobre o território, procurei captar as percepções que agentes do Estado e mulheres beneficiárias possuem sobre o bairro.

Importante destacar que, na perspectiva gertziana, o texto elaborado pelo antropólogo representa uma interpretação dos discursos captados em campo, ou seja, uma interpretação dos signos expressos, que num determinado contexto informam sobre a cultura dos sujeitos (GEERTZ, 1989; 1998).

2.2.1 O Bairro Linhares

O bairro Linhares fica na região Leste da cidade de Juiz de Fora, e foi escolhido pelo governo municipal para implantação do primeiro Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do município de Juiz de Fora. A Região Leste se forma seguindo a margem esquerda do Rio Paraibuna, cortada pelos córregos Tapera e Yung, fazendo fronteira com áreas do centro da cidade e segue rompendo toda a extensão da Rua Diva Garcia,

⁵¹ Para atendimento das diversas vulnerabilidades que uma família pode apresentar vivendo em um dado território a PNAS (2004) prevê que o CRAS deve mapear a rede de serviços assistenciais, reconhecendo os recursos disponíveis e na falta de algum serviço caberia ao Estado a implantação do mesmo. Ocorre que em todo o tempo em que estive em campo não observei a criação de nenhum serviço, e o próprio mapeamento da rede socioassistencial encontra dificuldades para sua efetivação.

incorporando áreas de ocupação e áreas consideradas rurais do município, principalmente as que ficam na região da Fazenda do Yung, onde são cultivadas hortaliças. Grande parte da produção abastece o comércio da cidade e muitas famílias, moradoras dessa região, são feirantes.

Na avenida principal do bairro, o movimento de pessoas é intenso, principalmente das crianças, que se dirigem para a Escola Estadual e para o Centro de Assistência Integral à Criança – Caic, nos três turnos do dia e trazem um colorido especial de alegria com a algazarra que fazem. Os mais velhos cuidam para que os menores atravessem a rua em segurança, já que nem sempre estão acompanhados por um adulto, ou especificamente, por suas mães. Esse foi o primeiro fato que me revelou a existência de uma outra possibilidade sobre o lugar que a mulher-mãe poderia estar ocupando nas relações de cuidado dentro da população estudada, já que, segundo Fonseca (1995), na prática os cuidados dispensados às crianças são realizados por uma rede que se estende para além figura da mãe, englobando avós, tios, primos e vizinhos.⁵²

Durante a época em que atuei como Conselheira Tutelar, era comum encaminhar crianças para o abrigo da cidade (Casa do Aconchego) que tinha sua sede naquele bairro. No primeiro dia da pesquisa de campo, registrei no meu diário as melhorias que observei na estrada que leva até o bairro: uma via ampla com asfalto novo e bem sinalizado, bem diferente da antiga estrada de mão dupla e estreita que eu costumava seguir e, também registrei, minha surpresa quando constatei que a unidade do CRAS/Leste está instalada na mesma casa onde funcionava o antigo abrigo para crianças em situação de violência familiar. Não pude deixar de pensar sobre o porquê de se instalar tal unidade ali. Talvez movida pelo discurso que sempre ouvi circular na imprensa local sobre o bairro Linhares, que informa sobre a insatisfação que os moradores manifestam pelo fato de se ter concentrado neste bairro tantas instituições voltadas para o atendimento dos “desviantes sociais”.

A população e a imprensa se referem ao fato de existir neste bairro, uma grande concentração de instituições sociais de cunho repressivo. No bairro se encontra instalada a Penitenciária (Penitenciária José Edson Cavalieri), a Penitenciária Ariosvaldo Campos Pires, o Centro de Remanejamento da Secretaria de Segurança Pública (CERESP) e, ainda, um Hospital Psiquiátrico destinado ao atendimento de toxicômanos (Hospital de Toxicômanos Padre Wilsom Vale da Costa). No mesmo terreno, onde hoje está instalado o CRAS/Leste funcionou a sede da - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM, que abrigava

⁵² As discussões sobre as especificidades das dinâmicas familiares nos grupos populares, serão descritas no capítulo III.

adolescentes envolvidos em ato infracional, deficiências físicas ou vivendo situações de conflitos familiares. Posteriormente, um dos prédios do imóvel passou a ser utilizado como abrigo para crianças vítima de violência familiar, e hoje, conforme mencionado neste mesmo imóvel está instalado o CRAS/Leste.^{53 54}

À medida que eu avançava na pesquisa de campo, e permanecia mais tempo no bairro, comecei a compreender um pouco melhor a presença destas instituições fechadas no bairro. Percebi que historicamente o Estado foi constituindo ali, através desta concentração institucional um espaço de expurgo, que concretamente existe na região e simbolicamente chama atenção negativamente para os residentes daquele bairro. Assim, procurei observar os efeitos da presença delas na vida dos meus informantes, pois apesar de não ser este o foco do meu estudo, é inegável o quanto estas instituições estão presentes na vida daqueles moradores. Seja por que possuem algum conhecido ou parente preso nelas, seja porque as mesmas geram um permanente fluxo de pessoas para aquele território, o que contribui para que em algumas regiões do bairro sejam compostas por moradores sem trabalho fixo, denominadas pelos agentes do Estado que entrevistei como uma “população flutuante”.⁵⁵

2.3. Procurando a porta de entrada - O espaço físico do CRAS/Leste e os procedimentos

Ao iniciar o trabalho de campo, pretendia utilizar as dependências do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/Leste -, como universo empírico desta pesquisa, objetivando acesso às famílias beneficiárias, bem como aos universos dos agentes sociais envolvidos com a política de assistência social, e especificamente com a gestão do Programa Bolsa Família. Mas, alguns entraves da organização institucional com toda sua dinâmica burocrática e política se evidenciaram logo no primeiro contato.

Diante da solicitação, foi-me exigida a entrega de uma cópia do projeto de pesquisa para que fosse encaminhado ao Superintendente da AMAC - Associação de Apoio Comunitário, cuja principal função é articular toda a política assistencial no município, para

⁵³ Até 2008 os moradores contavam com uma isenção do IPTU, porém com a mudança da administração em 2009 essa isenção foi suspensa.

⁵⁴ Em junho de 2005, a Penitenciária Ariosvaldo Campos Pires registrou uma rebelião, que assustou a população, pois os presos mantiveram reféns agentes penitenciários e parentes de presidiários por vários dias. Durante a pesquisa de campo ouvi várias vezes menção a este episódio, podendo perceber que os moradores se preocupam com a possibilidade de que isso ocorra novamente. Informações sobre esta rebelião podem ser obtidas na matéria - “Termina rebelião em penitenciária de Juiz de Fora (MG)”.

Publicada em: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/cotidiano/ult95u110096.shtml>, acesso em 14/06/09.

⁵⁵ Mais adiante retornarei a descrição do bairro que foi aprofundada pela inclusão dos agentes comunitários de saúde. Também descreverei as relações entre “a população flutuante” e outros moradores da mesma região, e ainda com os agentes comunitários de saúde.

que fosse autorizado o uso daquele espaço institucional para pesquisa. Houve morosidade para que a autorização fosse dada, o que só foi possível 62 dias após a entrega do projeto de pesquisa.

Nesse primeiro contato, além de pedir permissão para utilizar o espaço do CRAS/Leste, aproveitei para procurar compreender o porquê da escolha do bairro Linhares para a instalação do primeiro CRAS do município. A resposta que obtive foi “*a vulnerabilidade da região*”.

Mas, no decorrer da pesquisa estudando o Atlas Social (2006)⁵⁶, documento elaborado pela prefeitura municipal para mapear as áreas do seu território que apresentam vulnerabilidades e, para definir sobre onde deveriam ser instalado os Centros de Referência de Assistência Social, em Juiz de Fora, percebi que a escolha do bairro Linhares se deu não só com base no nível de vulnerabilidade da população ali existente, pois a região Norte deveria ter recebido o primeiro CRAS do município por apresentar nível de vulnerabilidade maior, mas principalmente pelo fato de que neste bairro a prefeitura dispunha de um imóvel que atendia as normas estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome – MDS - para que este tipo de serviço fosse implantado.⁵⁷

O terreno onde fica a casa destinada à implantação do CRAS/Leste é repleto de árvores, e o imóvel está bem conservado, possui uma grande varanda em toda extensão da frente, uma escada larga dá acesso a ela, ao lado desta escada, foi construída uma rampa para acesso das pessoas portadoras de deficiências. Esta rampa não existia antes, e imaginei ser uma adaptação para atender as exigências do governo federal. A “Casa das Famílias”, outra denominação dada para a unidade CRAS é bem confortável.

A casa possui uma sala de espera, onde diversas cadeiras estofadas com almofadas azuis estão dispostas formando um semicírculo. No centro do semicírculo fica uma mesa baixa, à semelhança das mesas de centro usadas nas salas das casas de classe média, com lápis de cor e papel para as crianças que, por ventura, acompanhem as mães, (já que nem sempre elas estão com seus filhos) e possam se entreter escrevendo. Num dos cantos da sala, existe uma outra mesinha que apoia um pote de biscoitos e uma garrafa com café. Um funcionário cuida para que sempre tenha biscoitos no pote e café na garrafa. Nesta sala, em frente ao semicírculo, tendo a porta de entrada como separação entre os dois lados da sala, fica uma

⁵⁶ O Atlas Social é um estudo elaborado pela Prefeitura Municipal, que visa subsidiar a implantação de políticas sociais na cidade. Disponível em: <http://www.atlassocialjf.pjf.mg.gov.br/>. Acesso em: 25 de julho/2009.

⁵⁷ Documento disponível para download no site do MDS - <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protacao-social-especial/centros-de-referencia-especializados-de-assistencia-social-servicos-de-protacao-social-especial-a-familia-pessoa-idosa-crianca-adolescente-e-pessoa-com-deficiencia/centros-de-referencia-especializado-da-assistencia-social-2013-creas-familias-e-individuos>

espécie de balcão, onde as três atendentes, diante de computadores, cadastram as famílias que pretendem ter acesso a qualquer serviço na área da assistência social. Nas paredes estão pendurados *posters* de divulgação sobre o PBF e o CRAS.

Um dos cômodos da casa é usado pela equipe multiprofissional para reuniões ou, segundo me informou a uma assistente social, quando é preciso “*uma maior privacidade*”. Nesta sala duas mesas de escritório possuem cada uma delas duas cadeiras, dispostas uma em cada lado da mesa. Sobre a mesa ficam alguns papéis para anotações e um telefone. Um armário pequeno está posicionado em um dos cantos da sala e sobre ele ou nas paredes não se vê qualquer objeto. A sala da equipe multiprofissional, que fica em um cômodo bem próximo ao balcão das atendentes, é bem pequena e, além de suas mesas de escritório, com cadeiras, há outra mesa que ampara um computador, uma impressora e um aparelho telefônico. Além desses móveis, um armário de aço cinza com três portas contribui para que o espaço fique ainda menor. Na parede, que fica atrás da mesa da coordenadora, foi pendurado um painel de cortiça usado para fixar a lista dos bairros que estão sobre sua abrangência, outra lista com alguns números de telefones e pequenos pedaços de papéis com anotações (lembretes).

A unidade do CRAS/Leste fica afastada da avenida principal. Um enorme silêncio invade todo o espaço na maior parte do dia, sendo interrompido somente na entrada e saída de alunos que estudam em uma creche instalada em outro prédio, neste mesmo terreno. Quando me dirigi ao bairro pela primeira vez, pretendendo encontrar a unidade CRAS, não obtive sucesso nas tentativas que fiz de conseguir que algum morador me indicasse sua localização. No decorrer da pesquisa, fui percebendo que o distanciamento em relação à comunidade local não é somente do prédio, mas também as relações entre agentes do Estado, que ali trabalham e as mulheres beneficiárias.

Contribui para a ocorrência deste distanciamento o fato de a equipe multiprofissional não residir naquela comunidade, tendo dificuldades para compreender as dinâmicas deste território; a própria abrangência da unidade é enorme, incluindo 17 bairros da região, o que dificulta sobremaneira o estreitamento dos laços com a população atendida. Além disso, na falta de um “agente” que pudesse funcionar como “elo” entre o CRAS e a população local, como no caso do PSF, que prevê a existência dos ACS, a equipe multiprofissional tem reduzida suas possibilidades de acompanhar a fluidez da vida cotidiana.

Também parece que as variáveis idade e geração, dos agentes do Estado, de alguma forma, interferem na maneira como estes vínculos serão constituídos.⁵⁸

No CRAS/Leste, onde a equipe multiprofissional tem em média 30 anos de idade, percebe-se que as ações se aproximam mais da racionalidade prevista na lei dificultando uma relação mais pessoalizada com a comunidade local, e o pouco tempo de atuação na área parece dificultar a flexibilização das práticas, contribuindo para o surgimento de um sentimento de insegurança e de práticas mais formalizadas. Ao contrário, na UBS de Linhares, onde a assistente social tem 64 anos, 30 anos de formada, e trabalha nesta unidade há 09 anos, as necessidades dos usuários são mais rapidamente atendidas e a relação com a comunidade mostra-se bem mais próxima e afetiva.

Conforme mencionado, esta equipe multiprofissional possui como função o desenvolvimento de ações que possam promover a inclusão social e fortalecer os vínculos familiares, sociais e comunitários das famílias que são cadastradas ou referenciadas. Também promovem atividades coletivas como palestras, oficinas, campanhas, reuniões e grupos de reflexão, podendo realizar, ainda, atendimento individual, visitas domiciliares e institucionais procurando conhecer e estabelecer contato com instituições de assistência social, dentro de um dado território, como forma de estabelecer uma rede socioassistencial.⁵⁹

Durante o período em que estive realizando as visitas ao CRAS/Leste, pude perceber que os acontecimentos na política local interferiram sobremaneira na rotina dos profissionais que trabalham nesta unidade, dificultando o desempenho de suas atribuições.⁶⁰ Devido o fechamento de alguns projetos sociais que a prefeitura desenvolvia na cidade em virtude da falta de recursos para mantê-los, vários técnicos que trabalhavam nestes programas foram transferidos para o CRAS/Leste sendo em sua maioria psicólogos e até uma pedagoga, além de outros funcionários.

⁵⁸ A unidade CRAS/Leste abrange os bairros: Alto Bairu; Bairu; Bom Jardim; Bonfim; Borborema; Centenário; Fazenda Yung; Linhares; Marumbi; Manoel Honório; N. Sra. Aparecida; Progresso; Recanto das Pedras; Santa Paula; Santa Rita; São Tarcísio e Três Moinhos.

⁵⁹ O texto da PNAS (2004) prevê uma equipe técnica mínima com 03 profissionais de nível superior, sendo um com formação em Serviço Social, um com formação em Psicologia, e um outro de nível superior para gerenciar os serviços administrativos. Esta configuração pode variar dependendo da característica de gestão municipal que pode ser básica ou plena. Juiz de Fora possui a gestão plena, isto significa dizer que o município possui a gestão total das ações de assistência social. Para maiores aprofundamentos sobre as funções da equipe técnica ver documento: Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social- CRAS. Disponível em: <www.mds.gov.br/suas/.../cras.../copy_of_orientacoes_cras_1.pdf>. Acesso em 27 de julho 2009.

⁶⁰ A atual administração sofre ainda com a falta de repasses de verbas para o município, desde a prisão do ex-prefeito Carlos Alberto Bejani (PTB), por suspeita de envolvimento em fraudes na liberação de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para cidades em débito com o INSS, e ainda com uma ação do Ministério Público estadual que questiona as características híbridas da Amac - de entidade pública e de instituição privada, uma vez que todos os projetos desenvolvidos pela Associação, são mantidos com verbas públicas do Município, mas os funcionários são contratados sem a realização de concurso público, contrariando princípios da Constituição Federal.

Algumas vezes, procurei fazer entrevistas com as profissionais que trabalham no CRAS/Leste durante a realização desse estudo, mas isso não se constituiu em tarefa simples. Nas nossas conversas, elas se limitavam a dizer que ainda estavam “*organizando os serviços*”, “*pesquisando a rede*” e que tudo era “*muito novo*” para elas. Isso dificultou muito o estabelecimento de uma maior aproximação com estes profissionais, e, conseqüentemente, na criação de vínculos que me permitissem como objetivava inicialmente, captar suas perspectivas sobre as categorias mulher, família e assistência social.

A sensação de desconforto era imensa, cada vez que vislumbrava alguma situação em que me parecia favorável a uma aproximação, arriscava uma pergunta, mas respostas que obtinha eram sempre curtas, superficiais e bastante indicativas da insegurança que a minha presença causava. Isso se evidenciou, mais claramente na fala da assistente social, quando, tentando estabelecer uma possibilidade de entrevista, perguntei a ela como era o trabalho na unidade: “*ainda estamos estruturando o serviço. Nossa área de atendimento é muito ampla. A gente precisa de tempo para conhecer o bairro e as entidades, nem sequer consigo pensar em montar uma rede*”. Ela me cedeu alguns materiais sobre os projetos que poderiam ser desenvolvidos por uma unidade do CRAS, a relação dos bairros de abrangência do CRAS/Leste e me disse para “*dar um olhadinha no site do MDS*”. Era evidente que também sentiam desconforto e insegurança.

Diante disso, foi necessário realizar um exercício de pressuposições à medida que a entrada foi muito dificultada. Inicialmente, supus que isso se devesse ao fato de “uma psicóloga” querer saber tanto sobre a assistência social, isso porque quando se referiam a mim, minha formação profissional era sempre reforçada. “*Esta é a Ana Cláudia, ela está estudando sobre as beneficiárias do Bolsa Família. Veja só! Uma psicóloga interessada na assistência social*”. (Jussara, assistente social) Atribuí que a insegurança que sentiam com minha presença ali pudesse ser em virtude de alguma barreira causada por nossas aproximações profissionais, que longe de funcionarem como facilitadoras, aproximando-nos, contribuíam para o distanciamento. Depois supus que, pelo fato de ter pertencido ao Conselho Tutelar, pudesse estar de alguma forma impedindo o acesso às informações, já que alguns profissionais do segundo escalão do governo sabiam do meu percurso. Isso poderia de alguma forma estar nos mantendo em lados opostos.

Tentei inúmeras vezes contatar a psicóloga, exatamente por acreditar que a identificação profissional pudesse facilitar e o acesso às reuniões socioeducativas, que eram coordenadas por aquela profissional. Tais reuniões são realizadas com as famílias beneficiárias quando ocorrem problemas com o cumprimento das condicionalidades previstas

pelo programa antes de serem desligadas definitivamente do mesmo.⁶¹ A primeira tentativa de agendar um encontro com a psicóloga foi mediada pela assistente social, mas o encontro foi desmarcado, pois “*na última hora houve um imprevisto que atrapalhou*”. Também tentei, em vão, me comunicar diretamente com ela, mas não tive acesso a números de telefones, ou qualquer outro mecanismo que possibilitasse o contato. Todos esses entraves vividos no início do trabalho de campo me levaram a considerar também o fato de que os sujeitos pertencentes à classe são ciosos de sua intimidade, visto que estão mais próximos dos ideais de disciplinarização (DONZELOT, 1986; COSTA, 1979).

Quando iniciei esta pesquisa, a equipe multiprofissional do CRAS/Leste era composta por duas assistentes sociais **Leana e Jussara** e uma psicóloga, **Giovana**. A coordenadora da unidade era **Jussara**, assistente social, 27 anos, casada, sem filhos. Ela passava a maior parte do dia na unidade, ausentando-se algumas vezes apenas quando era convocada para reuniões com seus superiores no centro da cidade. **Leana**, 30 anos, casada, um filho, além de realizar plantões nesta unidade, também atendia o CRAS/Norte que estava sendo implantado.

Dois meses após iniciar esta pesquisa, **Jussara** foi transferida, vindo para seu lugar **Paula**, assistente social, 29 anos, solteira, sem filhos com quem mantive poucos contatos. **Giovana**, 48 anos, divorciada, dois filhos, era a psicóloga desta unidade, e a responsável direta pelas reuniões com os familiares, segundo me informou **Jussara**. A psicóloga não possuía “*um horário muito certo*”, e passava dias sem ir ao CRAS/Leste, pois circulava entre os bairros “*apoiando outras instituições*”. Este apoio foi descrito como uma parceria entre a prefeitura local e algumas instituições (igrejas católicas, centros espíritas, entre outros) que se propõem a distribuir cestas básicas, ficando os acompanhamentos sob a responsabilidade da psicóloga.

Foi impossível desconsiderar que os profissionais envolvidos nessa política social, e vivendo esse momento de instabilidade na instituição, se sentiam constrangidos com minha presença ali, e até mesmo receosos das informações que me passariam, assim como era evidente, nas poucas informações que me passavam, o descontentamento com a série de indefinições e mudanças nos rumos da assistência social do município. Como me disse algum tempo depois a psicóloga **Mirian**, 29 anos, casada, sem filhos, transferida para esta unidade,

⁶¹ Caso as condicionalidades do programa não sejam cumpridas, o pagamento é bloqueado até que a situação se normalize. Pelo que pude entender, o desligamento de uma família do programa é um processo longo. Somente após o quinto descumprimento de determinada condicionalidade e, desde que se comprove a responsabilidade da família nesse descumprimento, é que ocorre o desligamento. Antes várias reuniões são feitas para “disciplinarização” às normas.

me informando sobre a troca de coordenação: “*mudam tudo da noite pro dia. Hoje você trabalha aqui, amanhã pode estar em outro lugar. Não querem saber se você tem perfil pra trabalhar com esse tipo de população. Tem condições de desenvolver algum projeto*”?

2.3.1 O cadastramento

A necessidade de se cadastrar diz respeito à exigência do Governo Federal que determina que todas as famílias que desejam ingressar em qualquer programa social, assim procedam. O próprio município também mantém um cadastro denominado *JF Social*, em que é possível traçar um perfil das famílias que desejam uma inclusão, as demandas e também permitem identificar a duplicidade de ações. Assim, famílias que desejarem o atendimento em qualquer projeto social seja ele federal ou municipal deverão ser cadastradas. Ao fim do processo de cadastramento, as mães são informadas se sua família possui ou não o perfil para serem atendidas. Ressaltamos que o cadastramento se faz necessário para todo e qualquer acesso à rede assistencial e não somente ao PBF, mas não garante a inclusão imediata no programa federal.

Como forma de identificar as famílias de baixa renda existentes no seu território, o governo brasileiro desenvolveu um instrumento de coleta de dados e informações para cadastrar as famílias consideradas pobres, ou seja, aquelas famílias cuja renda *per capita* mensal é de até meio salário mínimo por pessoa. Esta base de dados foi denominada de Cadastro Único dos Programas Sociais – CadÚnico.⁶² Conforme já informado, a intenção do governo é que as informações processadas por este cadastro possam ser usadas pelos governantes municipais, estaduais e federal para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias, possibilitando a análise das suas principais necessidades e o melhor uso dos recursos no desenvolvimento de programas que possam intervir de forma mais efetiva no atendimento da população considerada pobre ou indigente.⁶³

Até o ano de 2005, este cadastro esteve sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal, que é o agente gestor do PBF, porém, no ano de 2004, este programa foi

⁶² O Cadastro Único dos Programas Sociais – CadÚnico foi instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001, e alterado posteriormente pelo Decreto nº. 6.135 de 26 de Junho de 2007.

⁶³ Pelos critérios do Banco Mundial a linha de pobreza é definida como poder de compra em “um dólar por dia”. No Brasil existem diferentes cálculos para definição da linha de pobreza, frequentemente se baseia na noção do valor de uma cesta básica, que possa suprir as necessidades calóricas de um indivíduo. Sobre a necessidade de se trabalhar com estes parâmetros e sobre os critérios utilizados para se definir a pobreza como “pobreza absoluta” e “pobreza relativa”, ver Rocha, (1997; 2000) e Schwartzman, (2004).

alvo de denúncias que apontavam para irregularidades na coleta, bem como na utilização dos dados, o que gerava duplicidade na distribuição de benefícios e enfraquecimento na possibilidade de gestão deste e de outros programas que utilizam o CadÚnico.⁶⁴ Objetivando maior eficiência, o Governo Federal reformulou o sistema, determinou que a gestão do Cadastro Único dos Programas Sociais será de responsabilidade direta do governo federal e que o Cadastro Único deverá servir “como uma base de dados nacional que identifica as características sociais e econômicas das famílias brasileiras mais pobres”, e que deve ser “obrigatoriamente utilizado para selecionar beneficiários e integrar os programas sociais do Governo Federal” na área da assistência social. (Site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS)

Uma vez cadastrada no sistema, cada pessoa da família recebe um número de identificação social – NIS. Com esse número as pessoas podem ser localizadas e os benefícios que, por ventura recebam, podem ser atualizados, ou até mesmo bloqueados, pois há exigências quanto ao cumprimento de condicionalidades. Algumas informações sobre as pessoas e, conseqüentemente, seu grupo familiar são imprescindíveis para que sejam incluídas no cadastro e possam ser consideradas aptas para serem atendidas nos programas sociais. Um dado importante que deve ser ressaltado é que o cadastramento não garante a inclusão automática da família em programas sociais, pois a seleção para atendimento da família depende dos critérios estabelecidos por cada programa.

Na seleção automatizada das famílias que serão beneficiadas, o PBF considera como critérios o número de crianças e adolescentes até 17 anos e, o principal, a renda *per capita* do grupo familiar, procurando atender as famílias mais pobres. Assim, tendo por base esse critério, os valores dos benefícios destinados às famílias não são fixos, variando conforme a renda e configuração delas. Isso não é bem compreendido pelas famílias beneficiárias, gerando, como será tratado no capítulo III, muitos questionamentos e, até mesmo, desconfianças quanto à idoneidade do programa.

Durante as observações e entrevistas com agentes sociais no CRAS/Leste pude verificar que os dados socioeconômicos são priorizados pelo CadÚnico. Registram-se as características físicas do domicílio onde vive a família (quantos cômodos, o tipo de construção, se possui ou não tratamento de água, lixo e esgoto), a composição familiar (número de membros, faixa etária e suas características: se existe gestantes, idosos, deficientes físicos e mães amamentando). Interessa saber, também, a qualificação escolar e

⁶⁴ O Governo Federal utiliza o CadÚnico para gestão dos programas: Bolsa Família, Agente Jovem, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e outros.

profissional de cada membro da família e sua situação diante do mercado de trabalho, seus rendimentos e suas despesas com aluguel, transporte, alimentação e outros.

O cumprimento das condicionalidades exigidas pelos diversos programas também é acompanhado através dos dados apurados por este cadastro. Em caso de descumprimento das condicionalidades do PBF, quanto à frequência escolar das crianças e acompanhamentos de saúde, o benefício é automaticamente bloqueado até que se apure o porquê das irregularidades. Caso seja necessário conversar com a equipe multiprofissional, as mães são levadas para a sala da equipe multiprofissional. Isso acontece quando a mulher interessada no cadastro insiste em falar com a assistente social, ou quando se apresenta algum problema em relação ao recebimento do benefício e as agentes do Estado necessitam conversar com as beneficiárias “*em particular*”.

As mães que chegam desejando qualquer providência em relação a serviços assistenciais precisam aguardar pelo atendimento, uma vez que, conforme me informou a assistente social **Jussara**, “*nenhum encaminhamento pode ser feito sem que se conheça a família*”. O acolhimento inicial é feito por uma funcionária que pede para que elas aguardem sentadas o momento em que serão chamadas pelas atendentes para serem cadastradas. As mulheres aguardam em média 25 minutos pelo atendimento. Destes contatos e observações na sede do CRAS/Leste, quatro mães permitiram que eu passasse a acompanhá-las na sua residência, e o resultado desse convívio será exposto no decorrer da dissertação.

Depois de romper a barreira do cadastramento para que sejam “*referenciadas*”, as mulheres são informadas se possuem “*perfil*” para a inclusão no PBF. Como veremos mais adiante, esta informação também gera incompreensões por parte das mulheres que, por não compreenderem claramente os critérios do programa para a seleção de novos beneficiários (renda, configuração familiar e disponibilidade de recursos para novas inclusões), saem da unidade CRAS/Leste decepcionadas pelo não acesso aos recursos que esperava conseguir.

2.3.2 Assistentes Sociais e Mulheres

Esta desarticulação em diversos projetos sociais também foi sentida pelas instituições que desenvolviam projetos sociais em parceria com a prefeitura, como me informou as agentes comunitárias de saúde, **Silmara** e **Cínara**, que como informei, desenvolvem projetos sociais na igreja metodista do bairro. “*Olha as coisas lá estão meio confusas, estamos batalhando para manter o trabalho. Está difícil, não vêm mais professores pela Amac, as psicólogas estavam atendendo lá e tiveram que parar. O jeito foi levar as*

alunas lá pra o salão da Igreja. Porque não dá pra ficar sem ter esse trabalho”.

Como muitas mulheres se vinculam aos programas sociais através da relação com as assistentes sociais, o impacto dessas ocorrências também foi sentido pelas beneficiárias mais antigas do PBF. **Glória**, 43, anos, beneficiária do programa há cinco anos, que frequentava o CRAS/Leste há mais de um ano, me diz sobre sua relação com a assistente social, que foi transferida para outro setor da AMAC, e explica: *“foi uma grande perda”*. *“Nossa, ela era ótima pra mim! Tudo que eu precisava ela sempre me ajudou. Agora não tem mais disso, tenho que ficar explicando tudo de novo para as moças que chegaram pro lugar dela. E esperar pra ver se vai me atender. Com a ela não era assim. Era na hora”*.

A assistente social é considerada como alguém que as entende, que pode *“resolver os problemas”*. Esse profissional é visto como imprescindível quando se trata de conseguir algum benefício, mesmo que seja uma simples informação. Era frequente a permanência das mães por horas aguardando a possibilidade de serem atendidas pela assistente social, mesmo diante da possibilidade de demora, ou na insistência para que deixassem um recado, ou ainda, quando poderiam ser atendidas por outros profissionais.

Seria a assistência uma questão de gênero? A pergunta foi formulada por Yara Maria Frizzera Santos, no seu texto, **Mulher e assistência: as afinidades eletivas** (2004), apropriando-se das contribuições sobre gênero desenvolvidas por Joan Scott (1995) onde *“o termo gênero designa um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”*, a autora destaca o fato de que na construção de uma profissão com as características do serviço social, em que o imaginário se assenta na noção de ajuda, acontece no momento em que a partir de um núcleo genérico em torno da ideia da diferença entre os sexos. Apontando para dados que indicam a existência de que mais de 90% dos profissionais que escolhem o Serviço social são mulheres, indica a aproximação entre estas profissionais e mulheres usuárias dos programas sociais, afirmando que:

Mais de 90% dos profissionais de Serviço Social são mulheres, assim como são mulheres a maioria dos usuários dos programas assistenciais e também o são as (os) agente operadoras(es) da assistência social não profissional, voluntário, no âmbito familiar ou externo a ele (SANTOS, 2004, p. 4).

Na sua perspectiva, portanto, o trabalho desenvolvido pelas mulheres na assistência social aproxima-se das concepções atribuídas tradicionalmente a qualquer mulher na sociedade, onde as ações se voltam para as noções de cuidado. Ressalta ainda que o Serviço Social tem buscado abandonar *“os seus mitos fundadores: a caridade, a piedade e a*

benevolência”, procurando se basear em “modelos da racionalidade moderna”, procurando uma impessoalidade para suas ações ⁶⁵ (SANTOS, 2004).

É importante ressaltar que a morosidade na autorização para que eu pudesse utilizar as dependências do CRAS/Leste foi uma dificuldade inicial que vivenciei e que não se desfez completamente após ter sido concedida. Tudo que consegui foi autorização para que eu permanecesse na sala de espera da instituição, onde as mães aguardam o atendimento e informasse a elas sobre meu interesse em realizar uma pesquisa com elas. Assim procedi.

Quando procurei a unidade CRAS/Leste, pretendendo realizar ali o trabalho de campo, experimentei a mesma dinâmica utilizada para o cadastramento das famílias que desejam acesso a algum serviço assistencial. Qualquer pessoa que se apresenta à unidade deve passar como por um detector de reconhecimento, sendo o cadastramento o elemento que reconhece um ser necessitado de ajuda. Como as mulheres que se dirigem para a unidade solicitando acesso a um programa social, eu precisei apresentar meus documentos (currículo e projeto de pesquisa) para somente após algum tempo receber uma ajuda mínima e ser forçada a recorrer a outras instituições para receber o que necessitava.

Foi necessário me dirigir à assistente social que estava de plantão naquele dia, contar toda minha intenção, para finalmente receber a solicitação de voltar no dia seguinte para falar com a outra assistente social coordenadora da unidade. Depois de repetir a ela minha solicitação, pedi que enviasse a ela meu currículo e o projeto de pesquisa que foi enviado para a unidade superior na municipalidade e, depois de dois meses, sob insistentes tentativas de resposta, receber permissão para permanecer na sala de espera. E assim consigo me aproximar da sensação relatada, como veremos no capítulo III, pelas mulheres que procuravam ajuda diante de um universo desconhecido e quase indecifrável da burocracia assistencial.

Contentando-me com o espaço que me foi concedido pela instituição, durante três meses e quinze dias chegava bem cedo e à medida que as mães iam chegando eu as observava e, evidentemente eu era observada, logo iniciava qualquer assunto com elas. Rapidamente outras iam se juntando à conversa e os assuntos quase sempre caminhavam para as dificuldades de cuidarem dos filhos “*sozinhas*”, do tempo de espera para receber o benefício, sobre suspeitas de que algumas pessoas recebem o benefício sem precisar; o desejo de fazerem cursos *profissionalizantes* “*para melhorar de vida*” e a frustração de quase nunca

⁶⁵ No capítulo I indicamos as tensões produzidas por discursos que, pretendem elevar a assistência social à condição de direitos, para isso ressaltam a necessidade de se romper com práticas assistenciais assentadas em modelos onde as motivações são as ações de benevolência e caridade.

conseguirem, porque *“o número de vagas é pequeno, sendo impossível atender muita gente”*. Num dado momento, elas se interessavam em saber quem eu era, e o que fazia ali. Tão logo eu contava sobre minha intenção e, dependendo do acolhimento delas, eu solicitava permissão para uma visita à sua casa.

Portanto, mesmo que os vínculos na assistência social sejam construídos entre “mulheres”, as dinâmicas familiares das beneficiárias permanecem muito distantes da compreensão dos agentes do CRAS/LESTE, situação muito diferente da que encontrei na UBS de Linhares.

2.4 Procurando outra porta de entrada - O espaço físico da UBS e os procedimentos

Temendo que a demora na autorização para o uso do CRAS/Leste atrasasse o início da pesquisa de campo, e disposta a encontrar outra maneira de ter acesso às famílias beneficiárias, resolvi procurar outra porta de entrada. Inicialmente, objetivando encontrar as famílias beneficiárias, me propus a encontrá-las através de algum morador que se dispusesse a me guiar. Isso não funcionou.

Eu abordava as pessoas enquanto caminhava, e comentava que pretendia estudar as mulheres que recebem o benefício do PBF, que pretendia escrever como elas vivem e o que pensam desse programa. Rapidamente um ar de desconfiança surgia na face do meu interlocutor, desconversavam e não se abriam muito. Aos poucos foi ficando claro que eu estava sendo inocente, por não considerar as fantasias que poderiam surgir diante de uma desconhecida, branca, de classe média que quer saber tanto sobre a vida das mulheres e sobre o dinheiro que elas recebem do governo. Precisei considerar também que eu não tinha como garantir aqueles sujeitos que eu não fazia parte do governo e não estava ali como uma espiã para fazer o controle do programa. O fato é que esta tentativa apesar de não me facilitar o acesso mais rápido às famílias, serviu para que eu circulasse pelo bairro e conhecesse um pouco melhor aquele território.

A certa altura me ocorreu procurar pela Unidade Básica de Saúde– UBS – do bairro Linhares. Ali também precisei me “cadastrar” para ter acesso à assistente social. Mal pude me apresentar, a atendente sem me olhar arguiu: *“Nome?” “Nome da mãe?”* Enquanto eu tentava lhe explicar que não pretendia consultar, mas apenas falar com a assistente social da UBS, ela só me respondeu: *“mas tem que fazer o cadastro”*.

2.4.1 A entrada é pela UBS

A Unidade Básica de Saúde – UBS de Linhares está instalada logo na entrada do bairro. Vindo pela avenida principal, o acesso à unidade pode ser feito por uma ruazinha estreita. Há acesso ao prédio depois de cruzar um longo pátio cimentado, que possui um jardim repleto de folhagens e roseiras. Este pátio nos leva a uma varanda onde estão dispostas algumas cadeiras com estofamento azul, nunca suficientes para acomodar todos os usuários, principalmente no horário da manhã quando as marcações de consulta são feitas. As pessoas aguardam em filas ou sentadas o chamamento para a consulta, e muitos utilizam os alpendres da varanda para se assentarem e aproveitam para conversar. Os assuntos são os mais diversos, mas os que versam sobre doenças, buscas por tratamentos e dicas sobre os “*bons médicos*” prevalecem.

A Secretaria de Saúde dividiu a região Leste em duas áreas Regiões Sanitárias. A UBS, que acolheu esta pesquisa, faz parte da Região Sanitária 03 e compreende os bairros: Santos Anjos, Vitorino Braga, Bom Jardim, **Linhares**, Peões, Fazenda do Yung, Bota N’agua/Cesário Alvim, Jardim do Sol, São Bernardo, **São Sebastião**, Santa Cândida **São Benedito**, Vila Alpina. Apenas os bairros em negrito possuem Unidade Básica de Saúde - UBS instalada no próprio bairro que atende os usuários dos outros bairros.

Uma porta de ferro separa a varanda da sala onde são feitas as marcações de consultas. As atendentes, que ficam do lado de dentro de um balcão, acessam nos computadores os sistemas que permitem checar as possibilidades de vagas para os atendimentos médicos. Caso existam vagas, a consulta se realiza no mesmo dia, as fichas são preenchidas e as pessoas aguardam ali mesmo, ou na varanda o chamamento para a consulta com os médicos de saúde da família (clínico geral).⁶⁶

Outra porta de ferro separa a varanda do interior da UBS. Um longo corredor permite o acesso aos consultórios médicos, a salas de enfermagem e a sala da assistente social. As salas ocupam ambos os lados e as portas ficam entreabertas permitindo ver um pouco do seu interior. Neste corredor estão enfileirados arquivos de aço com pastas dos usuários, no final dele um outro acesso leva à sala de medicação, à cozinha e à varanda, onde os agentes de saúde todas as manhãs organizam suas anotações antes de saírem para as visitas domiciliares.

⁶⁶ Segundo as agentes comunitárias de saúde, apesar o imóvel possuir vários cômodos, a estrutura não é suficiente para acomodar as cinco equipes do Programa de PSF, que estão assentadas ali. As equipes já deveriam ter sido desmembradas, ocupando outro espaço no bairro Bom Jardim, que é um bairro vizinho ao bairro Linhares, mas essa alteração vem sendo adiada pela ausência desse novo espaço.

2.4.2 A UBS e seus procedimentos

Depois de passar também nesta instituição pelo ritual do cadastramento, a atendente me apresentou à **Sônia**, assistente social da UBS de Linhares. Ao apresentar-lhe a ela minha intenção de acompanhar os Agentes Comunitários de Saúde – ACS, pretendendo ter acesso às famílias do Programa Bolsa Família – PBF, o “acolhimento” foi imediato.

Logo foi agendada para a manhã seguinte uma reunião com os trinta ACS, já que ali funcionam cinco equipes do PSF. Ao apresentar a eles minhas intenções, mostraram-se animados em participar e começaram a me indicar as famílias beneficiárias que cada um deles possuía na sua microárea.

Não sei dizer exatamente o quanto a longa experiência comunitária da assistente social que trabalha na UBS de Linhares faz diferença não apenas em termos do acolhimento, mas também em como o envolvimento com as pessoas e o bairro são mais intensos nesta unidade, do que as percebidas na unidade CRAS/Leste. Mas, sem dúvida, o elemento ACS naquela instituição é de fundamental significância para o tipo de conhecimento, tratamento e encaminhamento das demandas da população.

Aos poucos foi se criando uma relação de reciprocidade, em que destaco o fato de me dirigir para a UBS num carro particular, ter servido em alguns momentos, como facilitador na aproximação com os ACS. O veículo auxiliava a realização de visitas domiciliares a algumas famílias que residem nas regiões mais distantes da zona urbana do bairro, porém exigiu cuidados para que não fosse prejudicada minha intenção de pesquisa. Contando com o apoio deles, abriu-se uma outra porta de entrada. Com oito ACS e com a assistente social, o contato foi mais intenso. Para a etnografia usarei os dados apurados em todas as entrevistas, mas apenas quatro agentes serão destacadas.

É instituído pelo médico, responsável pelas equipes de saúde da família, que os ACS devem sair para as visitas domiciliares, no máximo até 07h30min. Por isso chegava tão cedo, receosa do incômodo que este horário poderia causar nas pessoas que seriam visitadas. Mas, o conhecimento adquirido pela experiência diária com os moradores da área sob sua responsabilidade indicava aos agentes de saúde as casas onde “*os donos acordam cedo*”.

À medida que os contatos foram permitindo maior aproximação, fui sendo convidada para a palestra sobre “Aleitamento materno”, sobre “A importância da escovação dos dentes”, para visitar os “projetos” sociais de artesanato que alguns agentes desenvolvem na comunidade, atividades que são realizadas prioritariamente no período da tarde.

Logo que comecei a circular pelo bairro com os ACS, evidenciou-se, ainda mais, a enorme diversidade geográfica que existe nas diferentes regiões do bairro Linhares. Por exemplo, a região onde está instalado o CRAS/Leste e a UBS é considerada pelos ACS como sendo uma área bem estruturada, pois possui famílias com razoável poder aquisitivo e boas moradias. Algumas estão com a pintura conservada, outras aguardam acabamento. É fácil perceber que num mesmo terreno existe, quase sempre, mais de uma residência, a qual abriga outros membros da família ou é colocado em aluguel garantido de uma renda extra.

Outras áreas do bairro são compostas por ruas de acesso íngreme, área de invasão e ainda áreas consideradas rurais. Isso interfere diretamente no nível de acesso da população aos recursos sociais, principalmente à educação, saúde e assistência social. Assim, morar na parte mais baixa do bairro é diferente do que residir em outros pontos, pois a diversidade espacial do bairro, incluindo os diferentes recursos sociais que cada área possui, interfere significativamente na forma como os moradores, e principalmente, as mulheres se articulam entre as diversas possibilidades de conseguir ajuda para solucionarem as necessidades que surgem dentro da família. Existem áreas que recebem visita de voluntários e religiosos, o que garante a ajuda material. Em outros locais, principalmente nos mais íngremes, talvez pela dificuldade de acesso, recebem poucas visitas de voluntários e o apoio é escasso, fazendo com que os moradores desses locais precisem se deslocar para ter acesso a algum tipo de ajuda.

Cada agente de saúde é responsável por uma microárea que abrange algumas ruas. A função dos agentes é cadastrar todas as famílias residentes na sua microárea procurando captar dados referentes às condições de saúde do grupo familiar (condições de moradia, tratamento de água, tipo de rede de esgoto, casos de doenças crônicas, presença de idosos, crianças e gestantes).

Conforme mencionado, a noção de territorialização é importante para a assistência social e também para o PSF. Cabe aos ACS fazer um diagnóstico sobre o território que ele atende isso significa o reconhecimento do território, onde devem identificar os aspectos geográficos da região, tais como: áreas de risco, barreiras geográficas e culturais e os recursos sociais existentes. Além disso, precisam conhecer a população nos seus aspectos socioeconômicos - renda, profissão, principais ocupações, escolaridade, faixas etárias - bem como, os dados epidemiológicos.

Assim, pode-se dizer que os ACS possuem uma leitura micro sistematizada da microárea que lhes cabe acompanhar. É impressionante a forma como sabem de *“tudo que acontece na sua região”*, como exageradamente, me disse uma das agentes que acompanhei.

Além disso, os ACS são moradores do bairro, sendo sua função básica fazer o elo entre a comunidade e a UBS.

Visitam diariamente os moradores, cadastrando os que residem, e descadastrando quando se mudam para outra área do próprio bairro ou para outro ponto qualquer da cidade. Ocorre grande circulação de informações entre os próprios moradores de uma determinada região (vizinhança), o fato é que realmente é possível se saber de quase “*tudo*” ou ao menos de muita coisa. Isso ficou evidenciado em diversas ocasiões quando acompanhava os ACS.

Era comum quando de uma visita das ACS para entrega de encaminhamentos médicos, marcação de consultas, ou outras necessidades elas serem informadas sobre acontecimentos ocorridos com algum outro morador da área. Isso incluía comunicados sobre agressões físicas, internações, gravidez, abortos, nascimentos, óbitos, separação ou retorno do marido para casa.

Numa ocasião em que subia caminhando devagar com uma das agentes uma região íngreme do bairro, um morador que acabara de se mudar para aquela região desejou saber da agente como fazer para ser cadastrado no PSF. Quando ela perguntou a ele o endereço que ele estava morando, iniciou-se uma discussão entre os dois. O morador informou um número de uma casa como sendo sua e a agente discordou dele, dizendo que naquele número residia um outro usuário. Ele evidentemente, defendia a sua certeza sobre o novo endereço e, a agente calmamente, foi perguntando a ele qual era a casa. Estava segura de que ele não residia no número informado.

Agente: _ “Perto da casa azul, onde mora dona Eulália? Ou no beco perto do depósito de gás”? O morador indicou o beco e a agente informou: _ “então o senhor mora no numero 117, é a única casa vazia ali no beco”. E a discussão cessou, ficando combinado que ela iria em sua casa no outro dia para cadastrá-lo.

A noção de território que pude captar dos agentes do Estado entrevistados no CRAS/Leste permite afirmar que é praticamente impossível que a equipe multidisciplinar consiga cumprir as ações previstas pela PNAS (BRASIL, 2004), quais sejam: reconhecer e identificar os territórios de vulnerabilidade bem como as entidades que desenvolvem projetos na área de assistência social. Seja pela indefinição na estrutura de trabalho da própria equipe, seja pelo fato da área de abrangência ser muito extensa, envolvendo inclusive diferentes bairros, ou ainda pelo fato de que, ao contrário dos ACS, a equipe multiprofissional do CRAS/Leste não reside no bairro. Isso compromete a intenção de compreender as heterogeneidades dentro dos bairros que compõem sua região. Assim, a noção de território fica divergente para as duas instituições sociais.

Enquanto a equipe do CRAS/Leste utiliza dados do Atlas Social (2006) os dados da equipe de agentes comunitários são atualizados diariamente, pelas visitas domiciliares, além de vivenciarem a dinâmica que envolve a alteração do dado. Como por exemplo, em caso de deslizamento das encostas, que muda o território, ou ainda, a mudança de novas pessoas para o bairro, criando algumas vezes novas áreas de invasão. E também os acontecimentos que interferem diretamente na vida das famílias como o nascimento de novos membros ou a morte que altera a configuração familiar. Dados que só serão coletados pela unidade do CRAS/Leste quando a família comparecer e informar a mudança, ou quando o sistema bloquear automaticamente o pagamento do benefício concedido à família e exigir que um membro da equipe multiprofissional se dirija até suas casas para verificar “*in loco*” a veracidade do ocorrido.

A partir dos dados coletados pelos agentes comunitários de saúde – ACS, as microáreas vão sendo reconhecidas de acordo com o poder aquisitivo das pessoas que ali residem; pelas ocorrências de violência familiar; pelos índices de dependência química (atribuído ao tráfico de drogas); pelo número de moradores desempregados; pela evasão escolar; pela presença de desnutrição infantil; portadores de DST/AIDS; número de moradores idosos, de prostituição e de homossexualismo; se há predomínio de mulheres em idade fértil, se a área apresenta riscos aos seus moradores, como barrancos, falta de rede de esgoto, energia elétrica e água tratada.

Os agentes são estimulados a pensar projetos de intervenção para as microáreas que atendem. Estes projetos devem apontar as prioridades e as estratégias possíveis para seu enfrentamento, que serão discutidos com a equipe de saúde e encaminhados a instâncias superiores.

A proximidade dos ACS com a comunidade contribui para o “*acolhimento*” e resolução das necessidades. Visto que possuem o detalhado mapeamento do bairro onde todos os recursos sociais de uma determinada microárea são assinalados, os encaminhamentos não se restringem somente a outras instituições de saúde. Na sua prática cotidiana, os ACS informam a população sobre instituições que oferecem os mais diferentes tipos de ajuda – distribuições de cestas básicas, de roupas e cobertores, de medicamentos, e também de amparo religioso. Algumas vezes, como já destacado no capítulo I, eles próprios se encarregam de distribuir a “*ajuda*”.

Já no primeiro contato que eu realizava na companhia dos agentes de saúde às famílias beneficiárias, procurava criar um vínculo, ainda que mínimo com as mulheres, para

garantir meu retorno desacompanhada. Via observação participante pude acompanhá-las em momentos diversos, procurando compreender as dinâmicas dos seus núcleos domésticos, a forma como lidam com seus problemas cotidianos, com a vizinhança, seus hábitos, sua moradia, suas opiniões sobre o programa federal e as tensões produzidas pelo encontro com os agentes do Estado, e, sobretudo, como lidam com o fato de serem as beneficiárias preferenciais do programa.

É preciso afirmar que, apesar de ter feito a inserção a campo via UBS, acompanhando os agentes de saúde, continuei a visitar o CRAS/Leste, logo após a autorização. Já naquele momento ainda alimentava esperança de poder ter acesso aos agentes do Estado responsáveis pela unidade CRAS/Leste e pretendia observar suas concepções sobre as categorias mulher, família e assistência social.

3. MIRANDO NA FAMÍLIA ACERTANDO A MULHER

3.1 A Família Referenciada

Por privilegiar a relação “dialógica” como condições do saber, a perspectiva hermenêutica permite a inclusão e também certa penetração entre os horizontes culturais do pesquisador e pesquisados (GEERTZ, 1989). Desta forma, logo, no início desse estudo percebi que seria preciso considerar o fato de eu, enquanto pesquisadora, ser mulher, mãe, proveniente de uma família da classe popular, que estuda e se transforma em agente do Estado, mas foi no momento da pesquisa de campo que isso exigiu maior esforço.

Esta relação de proximidade com o tema pesquisado exigiu um exercício constante para produzir um estranhamento. Foi preciso disciplina para observar e registrar não somente o extraordinário, mas também tudo que me parecia tão rotineiro e cotidiano, tanto nas práticas da assistência social, quanto no dia a dia das mulheres-mães.

A pesquisa de campo permitiu perceber as tensões produzidas nas relações de medições entre os agentes do Estado e as mulheres beneficiárias do PBF. A observação participante realizada com as famílias revelou as dinâmicas familiares, bem como os efeitos produzidos pela escolha da mulher como beneficiária preferencial do programa. E, ainda, evidenciou os significados atribuídos pelos agentes do Estado e mulheres beneficiárias para as categorias mulher, família e assistência social.

Assim, este capítulo seguindo a perspectiva gertziana, reflete as interpretações dos discursos captados em campo, pois, interpretando os “signos expressos” nos contextos da pesquisa pretende informar aos leitores sobre as permanentes negociações que se processam entre os diversos atores e as práticas que constituem suas relações (GEERTZ, 1989; 1998).

Procurando encontrar o modelo de família que o Estado brasileiro pretende assistir, encontrei no texto da PNAS (BRASIL, 2004), o termo “*família referenciada*” que será para o Estado seu foco prioritário de intervenções. Logo se percebe que não se trata de atender a qualquer tipo de família, de forma universalista e pautada no direito.

A família eleita como foco desta (nova) política é “aquela que vive em áreas caracterizada como de vulnerabilidade deferida a partir dos indicadores estabelecidos por órgão federal, pactuados e deliberados” (BRASIL, 2004).⁶⁷ A definição dada neste texto para a categoria família permite afirmar que o Estado se apropria das teorias desenvolvidas pelas

⁶⁷ O conceito de vulnerabilidade já foi discutido no capítulo I.

Ciências Sociais, particularmente das contribuições da antropologia, que pensa a família não como modelos, mas a partir de suas dinâmicas, já que o Estado considera que:

[...] é preponderante retomar que as novas feições da família estão intrínseca e dialeticamente condicionadas às transformações societárias contemporâneas, ou seja, às transformações econômicas e sociais, de hábitos e costumes e ao avanço da ciência e da tecnologia. O novo cenário tem remetido à discussão do que seja a família, uma vez que as três dimensões clássicas de sua definição (sexualidade, procriação e convivência) já não têm o mesmo grau de imbricamento que se acreditava outrora. Nesta perspectiva, podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consangüíneos, afetivos e, ou, de solidariedade. Como resultado das modificações acima mencionadas, superou-se a referência de tempo e de lugar para a compreensão do conceito de família (BRASIL, 2004, p. 34-35).

Mas, apesar de considerar as dinâmicas relacionais existentes nos grupos domésticos para articular seu discurso, a apropriação desses conceitos, não se consolida na aplicabilidade da lei. Assim, apesar do material que compõem toda a orientação sobre a PNAS (2004), e especificamente o PBF, deixar clara a necessidade de considerar outras configurações familiares, na prática, muitas vezes se mantém o recorrente discurso onde aparece a noção de “*famílias desestruturadas*”.

3.1.1 CRAS/Leste e UBS de Linhares: as percepções dos agentes do Estado sobre a categoria família

Procurando compreender o significado da categoria família para as mulheres beneficiárias e agentes do Estado e diante da importância que esta instituição assume no programa federal, nosso olhar esteve atento para a configuração das famílias. Este é um dado importante, pois interfere diretamente no valor da renda *per capita*, usado para classificar as famílias que irão receber o benefício.

As bibliografias sobre grupos populares analisadas para este estudo informam sobre as dinâmicas familiares nesse segmento da população e nos indicam que outras configurações devem ser pensadas, pois consideram os vínculos para além da consanguinidade (FONSECA, 1995, ZALUAR, 1985). Para ilustrar a complexidade dessa categoria e as tensões que surgem no encontro entre as mulheres e os agentes do Estado, quando se trata de descrever o que seja uma família, narro situações de dificuldades vivenciadas pelas mulheres para serem incluídas no CadÚnico, tendo em vista a fluidez e

mobilidade nas suas configurações familiares. Início descrevendo a família de **Dilma**, 38 anos, que procurou o CRAS/Leste para se cadastrar no PBF, não obtendo sucesso.

Quando foi inquirida pela atendente sobre “*quem mora na sua casa?*”, ela “*foi honesta demais*”, para utilizar as palavras da atendente **Virginia**, 22 anos, 2º grau, que posteriormente foi questionada por mim sobre a não inclusão de **Dilma** como possível beneficiária do PBF.

Dilma não está trabalhando com carteira assinada no momento. Ela estima que recebe, pelas faxinas que faz, o valor mensal de “*R\$200,00 mais ou menos*”. **Dilma** é mãe de duas filhas, **Márcia**, com 05 anos, e **Luiza**, com 08 anos, que residem com ela. Também é mãe de **Nádia**, 12 anos, que reside com a avó materna em outra casa, no mesmo terreiro⁶⁸.

Na casa de **Dilma**, moram ainda o seu marido, **Antônio**, 45 anos, que trabalha como manobrista num estacionamento, com carteira assinada, e recebe um salário mínimo, e o seu cunhado **Vinícius**, de 17 anos, desempregado, que faz “*uns bicos e recebe mais ou menos R\$120,00*”. Esses “*bicos*” são alguns serviços eventuais que realiza como servente de pedreiro.

Como no momento em que preenchia o cadastro **Dilma** “*foi honesta demais*” e descreveu como sua família apenas as pessoas que moram com ela na sua casa, ou seja, o casal, duas filhas e o cunhado, o valor encontrado pela atendente como renda *per capita* ficou no patamar de R\$157,00, o que a coloca fora do perfil de renda previsto, que é de até R\$ 120,00. Vejamos:

Salário de Antônio	R\$465,00
Faxinas de Dilma	R\$200,00
“Bicos” de Vinícius	<u>R\$120,00</u>
TOTAL RENDA	R\$785,00

Se não fosse “*tão honesta*”, mas fosse “*esperta*”, teria incluído **Nádia**, que mora no mesmo terreno com a avó, ou desconsiderado a renda do cunhado. Assim:

Salário de Antônio	R\$465,00
Faxinas de Dilma	<u>R\$200,00</u>
TOTAL.....	R\$665,00

Se **Dilma** considerasse a outra filha que reside com a avó na composição familiar e não informasse sobre os “*bicos*” do seu cunhado, a renda *per capita* seria de R\$110,84, e sua

⁶⁸ Os termos “*quintal*” ou “*terreiro*” que utilizo para me referir à existência de uma casa em um mesmo terreno, são êmicos, bem como os termos - “*filhas mulheres e filhos homens*”.

família seria classificada como “*pobre*” diante do programa, o que a colocaria como possível beneficiária.

Nesse caso, **Dilma** apresentou como resposta à pergunta do Estado “*quem mora na casa*” a configuração de família que ele espera atender, e não a possível visão de família que se espera encontrar dentro dos grupos populares, ou seja, a família que extrapola a unidade doméstica (Fonseca, 1995). Quando **Dilma** foi embora, a atendente me explicou as informações que expus acima, dizendo: “*a gente não pode dizer a elas o que devem dizer*”. Assim, deixa claro que não haveria problemas se **Dilma** não fosse “*tão honesta*”.

Importante salientar que esta atendente, em uma conversa informal comigo, dias depois, quando procurei entender o que ela considera como família, respondeu: “*ué, é quem a gente considera*”. Relatando sobre a separação de seus pais, informou que os filhos foram deixados com os tios e tias paternos, e que isso nunca impediu que se considerassem como uma família.

Verifica-se que a noção de família para esta atendente extrapola o modelo nuclear, ou não inclui somente “*quem mora na sua casa?*”, que foi a pergunta feita por ela a **Dilma**. Isso nos permite afirmar que há certa confusão que persiste quando se pergunta pela família, que pode até ser pensada como dinâmica, mas se refere a casa, enquanto espaço contido. As perguntas “*Quem é sua família?*” e “*Quem mora na casa?*” são perguntas diferentes e, por isso, recebem respostas diferentes.

A família de **Ruth**, 29 anos, é outro exemplo. Ela mora na zona rural com seus dois filhos, **Gilmar** de 06 anos e **Taís** de 09 meses, e o marido **Francisco**, 35 anos, trabalhador rural com carteira assinada. Moram com esta família os dois irmãos de **Francisco**, desde que os pais seus morreram: **Samanta**, com 15 anos, e **Vítor**, com 16 anos.

Era frequente encontrar **Ruth** na antessala do CRAS/Leste, pois ela sempre estava “*bloqueada*”. Em uma das vezes em que ficou impedida de receber o benefício, foi exatamente pela alteração na configuração de sua família. Sua cunhada **Samanta** havia deixado de frequentar as aulas, fato que gerou o bloqueio do pagamento pelo não cumprimento da condicionalidade escolar. **Ruth**, então, precisou comparecer ao CRAS/Leste para justificar as faltas escolares da cunhada e para continuar a ter direito de receber os benefícios.

Ruth explicou para a atendente que, com a gravidez da cunhada, esta se mudou para a casa do pai de seu filho e deixou de frequentar a escola do bairro. Este fato gerou a evasão escolar e o conseqüente bloqueio do pagamento. O benefício pode ser recebido no mês seguinte, quando a cunhada deixou de figurar no cadastro da família. Mas, caso sua saída do

cadastro significasse uma alteração no perfil da família de **Ruth** (renda *per capita*), ela não conseguiria receber o benefício, podendo ser desligada do programa ⁶⁹.

O estudo do historiador Russel Parry Scott, **Famílias e Campos de Negociação para Políticas Públicas: Polissemia e Mobilidade** (2009) ajudou a pensar as dificuldades do Estado quando elege a família como foco de suas políticas sociais e as dificuldades que seus agentes encontram para realizar os cadastros e acompanhamentos. Objetivando classificar as famílias que serão “*beneficiadas*”, o Estado se depara com a mobilidade das pessoas pertencentes aos grupos populares:

Se a polissemia do termo “família” lhe confere um lócus privilegiado para inclusão em múltiplos campos de negociação para definir políticas públicas, na hora de concretizar uma ação, acompanhar a sua aplicação e avaliar o seu impacto, esta mesma polissemia se converte em fonte de consternação para planejadores e administradores. A “mobilidade conceitual” que favorece uma ampla negociação para a inclusão como objeto de políticas, erige uma barreira que dificulta a identificação de beneficiários e avaliação de efeitos (SCOTT, 2009, p. 7).

O autor aponta que mesmo considerando que “as coisas mudam” esta “mobilidade do objeto atrapalha”, uma vez que “os instrumentos que o Estado elabora para entendê-las e atendê-las, com critérios de inclusão e exclusão, demonstram bastante rigidez e intolerância” (SCOTT, 2009, p. 7).

Suas considerações se evidenciam no controle do PBF, pois, sempre que algum acontecimento altera a configuração familiar que foi apresentada no momento do primeiro cadastramento, a família necessita comparecer ao CRAS/Leste para que os ajustes possam ser feitos. Sem isso, a família fica irregular perante o programa e tem o pagamento do benefício bloqueado.

A situação de **Denise**, 44 anos, católica, parece-se com a de **Ruth**. Ela também teve o benefício bloqueado, porque a família mudou-se de São João Nepomuceno para Juiz de Fora em virtude de seu marido, **Wilson**, 45 anos, evangélico, ter conseguido um emprego numa lavanderia que fica numa zona rural, distante uns três quilômetros do centro do bairro. Por não ter comunicado ao CRAS/Leste a alteração do endereço, teve o benefício bloqueado.

A confusão foi ainda maior, pois as crianças ficaram alguns dias sem poder frequentar a escola em Linhares, já que a mãe fez o cadastro para que os filhos recebessem o

⁶⁹ O Governo Federal determina que, a cada dois anos, um processo de recadastramento deve ser feito, objetivando manter atualizado o CadÚnico. Permitindo que àquelas famílias que não se enquadram no perfil do PBF, sejam excluídas para que outras possam ser beneficiadas.

vale-transporte e “*não recebeu nada*”. Qual não foi sua surpresa quando chegou a sua casa um conselheiro tutelar querendo saber o “*porquê da evasão escolar*”.

Ocorre que a casa onde a família mora pertence aos patrões de **Wilson**, e o endereço da residência coincide com o da empresa. Por esse fato, a Secretaria de Educação não liberou os vales-transportes. Sem os vales, as crianças não foram à escola, gerando “*evasão escolar*” e o conseqüente bloqueio do benefício.

A indignação da ACS diante da mãe que nos contava este fato era imensa. Sua pergunta demonstra isso: “*como é que a Secretaria de Educação e o Cras não acham você, e eu e o conselheiro tutelar te achamos*”? Para agravar a situação, **Denise** estava grávida do sexto filho, sendo sua gravidez considerada de risco. Assim, a mãe não podia se deslocar até o CRAS/Leste para regularizar a situação. Seu marido “*não podia e também não quis faltar ao trabalho*”. Dessa forma, a situação de “*estar bloqueada*” permaneceu por quatro meses. Somente depois do parto é que **Denise** pode ir “*resolver a situação*”.

Interessada em compreender porque a família não se apressou em resolver a pendência e como ficaram as contas de água e luz que são pagas com este dinheiro, observei que a ajuda recebida pelo casal, via igreja Maranata, foi importante nesses meses que ficaram sem o benefício do programa federal.

Quando os “*irmãos da igreja*” ficaram sabendo da “*confusão com o Conselho Tutelar*”, uma mobilização foi feita, e o casal recebeu com surpresa a ajuda oferecida. **Denise** me confidencia: “*eu não esperava, mas um dia chegaram aqui em casa com tudo pronto e fizeram um chá de bebê, as moças trouxeram até salgadinho, tudo pronto. Trouxeram roupinhas e um carrinho de neném. Fiquei assustada, porque eu não conhecia as pessoas. Você sabe, a gente mora aqui tem pouco tempo (08 meses), e meu marido só foi lá na igreja um dia. Eu sou católica, mas eu fui com ele. Depois da confusão com o Conselho Tutelar, eles estão ajudando a gente com uma cesta básica. Ficaram com pena das crianças*”.

Assim, no período em que a família ficou impossibilitada de receber os recursos do programa federal, foram ajudados com uma cesta básica mensalmente. Não tendo que comprar alimentação, **Wilson** usou este dinheiro para quitar as contas de água e energia elétrica da casa. Quando a situação foi esclarecida junto ao CRAS/Leste, a família pode retirar o benefício que estava acumulado há cinco meses, no valor de R\$488,00. O casal pretendia utilizar esse dinheiro no final do ano, comprando algumas coisas para o Natal, além de realizar uma viagem a Aparecida do Norte.

Como se percebe, a interação entre as mulheres beneficiárias e o Estado apresenta especificidades que exigem constantes mediações e idas e vindas ao CRAS/Leste para

comprovar a configuração familiar e assegurar o recebimento do pagamento. Fonseca, no seu texto **Concepção de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica** (2005), ressalta, assim como Scott (2005), que as dificuldades encontradas pelos agentes do Estado ao pretenderem atender às famílias pertencentes aos grupos populares se devem ao fato de considerarem a unidade residencial fixa e imutável, e não o grupo residencial que se altera constantemente neste segmento de nossa sociedade.

A imagem estática da unidade doméstica decorre da técnica demográfica do questionário aplicado uma só vez por família, ação que obscurece um aspecto fundamental na organização do grupo doméstico: sua fluidez. As pessoas pesquisadas, ao descreverem a composição de seu lar, tendem a enumerar os membros do núcleo familiar, isto é, a família conjugal ou nuclear (FONSECA, 2005, p. 2).

Na UBS de Linhares, a mobilidade nas configurações familiares, apesar de exigir certos ajustes nos procedimentos dos ACS, é mais bem “acolhida”. A “Ficha A” utilizada para o cadastramento das famílias, não faz nenhuma alusão a parentesco, já que nela encontramos o termo “pessoas”. Mas, na prática cotidiana, percebi que os ACS possuem uma visão mais ampliada sobre a categoria família. Concordo com Scott (2005) quando afirma que:

Mesmo diante de todos estes entraves, o tratamento personalizado de profissionais que convivem diariamente com a população permite um conhecimento que efetivamente considera as relações familiares, e neste sentido, o PSF é uma demonstração de algumas das conseqüências positivas, mesmo se complicadas, que pode advir da família ser alvo de políticas públicas (SCOTT, 2009, p. 9).

Quando lhes apresentei minhas intenções de ter acesso às famílias beneficiárias deixei que me guiassem e, na análise dos dados, verifiquei que não percebem esta categoria pela imagem fixa onde impera a tríade pai-mãe-filho.

Fui conduzida a famílias onde a mãe mora “sozinha” com os filhos, numa relação que extrapola a noção de casa e se estende a outros parentes que residem no mesmo “terreiro”, ou até em ruas próximas às suas casas, ampliando as possibilidades de atenção e cuidados para com os membros do grupo familiar. Também fui encaminhada a famílias onde as avós ou tias se ocupam de “criar” as crianças⁷⁰.

São os “filhos de criação” aqueles sujeitos cujos cuidados e responsabilidades não estão unicamente sob a responsabilidade direta da mãe biológica. Esta prática de filiação foi

⁷⁰ A colocação de aspas na palavra sozinha, além de ser uma fala dos informantes, serve para destacar o fato de que estas mulheres nunca estão completamente sozinhas nos cuidados de seus filhos, mas articulam uma rede de apoio para o cumprimento de suas funções sociais.

estudada por Fonseca, em **Caminhos da adoção** (1995), e nos esclarece que as dinâmicas de “*circulação de crianças*” não inviabilizam os laços entre a criança e sua família biológica. Sua etnografia destaca que muitas crianças tinham relações de parentesco ou de afinidade com seus cuidadores, tratando-se de tios, primos, padrinhos e, até mesmo, de vizinhos.

Esta pesquisadora destaca em seu estudo o fato de a “*circulação de crianças*” nos grupos populares brasileiros ocorrer sem a interferência do poder público, ou seja, as adoções não são legalmente formalizadas. Apresentando-se como usual tanto para as famílias que acolhem, quanto para as famílias biológicas, pois as crianças não são consideradas “abandonadas”, faz com que, diferentemente das adoções formalmente realizadas, a transferência dos direitos dos pais biológicos seja temporária ⁷¹. Assim, a autora destaca que “a circulação das crianças é um conceito analítico que, embora evidente na razão prática de muitas famílias, não aparece como valor consciente, nem mesmo como prática reconhecida, pela grande maioria de sujeitos envolvidos” (FONSECA, 1995, p.10).

Isso nos levou a considerar mais detidamente os impasses existentes entre os critérios do PBF e as práticas comuns nos grupos populares. Se o foco central deste programa são as crianças, a vinculação feita pelo PBF à figura da mulher, enquanto mãe e cuidadora direta das mesmas, incide diretamente sobre a prática de “*circulação de crianças*”.

Para ilustrar, descrevo a família de dona **Fenícia**, 64 anos, avó de cinco crianças e um adolescente. A ACS **Leila**, 39 anos, 2º grau, casada, um filho, que me indicou a família, frisou que estava me apresentando à dona **Fenícia** para que eu conhecesse “*sua luta*”, referindo-se ao fato de ela ter “*criado os filhos sozinha e agora cuidar dos netos*”.

Apesar de “*criar*” os seis netos, somente duas netas recebem o benefício do PBF, pois foram “*dadas de papel passado*”, o que significa dizer que foram legalmente entregues aos cuidados da avó, tendo em vista o recasamento de sua filha **Yara**, mãe das crianças. Como dona **Fenícia** não tem como comprovar legalmente que as outras crianças ficam sob seus cuidados, já que não se cogita ter a guarda das crianças, as outras quatro não recebem nenhum benefício do programa federal.

Isso evidencia que a noção de família do Estado ainda não contempla as dinâmicas encontradas nos grupos populares. Mesmo que o discurso oficial vislumbre a possibilidade de outras configurações familiares, onde as pessoas estejam “*unidas por laços consangüíneos*,”

⁷¹ Em outro estudo, Fonseca (2002) destaca que a prática de “circulação de crianças” não se restringe aos grupos populares, alertando que o estudo da vida familiar no Brasil contemporâneo exige do pesquisador esforços para avançar além da norma hegemônica, considerando outras possíveis dinâmicas.

afetivos e, ou, de solidariedade”, ainda persiste a necessidade de formalização legal e racional da lei (BRASIL, 2004).

Com relação à mobilidade dos sujeitos pertencentes aos grupos populares e às dificuldades vivenciadas no seu encontro com o Estado, passo a descrever as vicissitudes vivenciadas pelos ACS e a “*população flutuante*”. É assim denominado, pelos ACS, o grupo de pessoas que circulam em uma das regiões do bairro Linhares, acompanhando principalmente parentes ou conhecidos que estejam presos em uma das instituições fechadas do bairro.

3.1.2 A População Flutuante

Em uma das regiões do bairro Linhares, conhecida como Boto encontrei um grande fluxo de “*novos moradores*”. Os ACS me esclareceram que esta mobilidade de pessoas acontece por que ali se instalam temporariamente os familiares que acompanham seus parentes que cumprem pena na Penitenciária ou no CERESP. Sempre que o familiar preso é transferido, seus familiares o seguem.

O Boto apresenta casas precárias, ruas com buracos, e grande quantidade de lixo e entulhos são colocados na rua. O nome do lugar me pareceu não ter sido uma escolha aleatória. Supus que esta alcunha fizesse alguma referência à lenda do folclore nordestino em que um boto cor-de-rosa vira homem, enamora-se das mulheres e depois desaparece, mas não consegui obter informações junto aos meus informantes que me indicassem o significado nativo daquela denominação.

Nessa região, pude perceber que a numeração das casas é confusa para o estrangeiro e, segundo os moradores que entrevistei, isso causa constantes prejuízos. Relataram, por exemplo, casos em que a correspondência fica perdida, pois o carteiro não encontra a casa certa, ou, quando precisam receber encomendas em casa (materiais de construção ou compras de supermercado), há sempre o inconveniente de terem que esperar na calçada para evitar que seja entregue em outra casa.

Quando se trata de morador antigo, há uma solidariedade que reina, e sempre existe aquele que se encarrega de informar a casa correta, porém nos casos em que envolve a “*população flutuante*”, por não terem vínculo com o território e a vizinhança, sempre são vistos com desconfiança, sendo inclusive imputados a estes os pequenos furtos que acontecem nos quintais e nas casas. Mas, apesar deste clima de desconfiança, foi interessante perceber

que vários moradores dessa região possuem cômodos extras nos quintais para alugarem para estas pessoas, o que permite aumentar o orçamento familiar.

Existe uma “relação contratual” específica; normalmente o pagamento é feito adiantado ao dono do imóvel, para não ser surpreendido com uma mudança repentina do “*morador flutuante*”. Ou seria com o sumiço do boto? A possibilidade de se conseguir alguma renda extra sustenta a convivência entre os “moradores fixos” e os “flutuantes”.

Claudia Turra Magni, em seu estudo **Povo da Rua: um estudo sobre o nomadismo urbano** (1995), analisando a população sem domicílio fixo na cidade de Porto Alegre, aponta para as dificuldades de se colher dados sobre sujeitos que não possuem documentos, usam diversos nomes e não possuem endereços fixos. A autora considera que nem mesmo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo censo demográfico nacional, possui dados sobre a população nômade, uma vez que utiliza “o domicílio como critério de contagem” (MAGNI, 1995, p. 1).

Essa dificuldade apontada pela autora é percebida quando a “*população flutuante*” precisa ser atendida na Unidade Básica de Saúde. As fichas utilizadas registram as famílias residentes no bairro. Assim, quando algum parente se instala na casa da família cadastrada, é incluído na ficha da família (Ficha A), e, quando vai embora, precisa ser retirado da ficha.

Quando não se trata apenas de um parente temporariamente instalado na casa de uma família já cadastrada, mas sim de uma nova família que se fixou em uma casa no mesmo quintal (mesmo endereço), esta deverá ser cadastrada no PSF. Nestes casos, o endereço é mantido para as duas residências, e as famílias numeradas como Família 01, Família 02 e assim sucessivamente, tantas quantas forem as famílias que se instalem em um mesmo endereço. Se ocorrer a mudança para outro bairro da cidade, a família é simplesmente desligada do PSF. Caso se mude para uma outra região dentro do próprio bairro, a família deve ser desligada de uma microárea e cadastrada na microárea para onde se mudou. Segundo ACS Leila “*manter as fichas em ordem é uma dificuldade*”.

Fonseca (2005) propõe que seja feita uma distinção entre “*família*” e “*unidade doméstica*”. Segundo ela, os dados produzidos por agências do Estado definem a vida familiar a partir da moradia, traduzindo uma visão limitada da dinâmica das relações familiares e que, em geral, extrapola em muito “*a casa*”:

Muitos dos moradores de bairros pobres pensam não em termos de “casa”, mas sim em termos de “pátio”. Em um terreno, por menor que seja, sempre tem lugar para construir mais uma “puxada”, isto é, uma peça ou uma meia-água, para receber um amigo ou parente. A primeira moradia da maioria de jovens casais é uma peça construída no quintal dos pais ou sogros. Com

filhos casando e descasando, pessoas mudando atrás de um novo emprego, ou simplesmente com a incorporação de algum inquilino, a composição do pátio muda. Mas, seja qual for a relação formal, é comum que haja uma troca intensiva entre essas “casinhas” para a realização de tarefas domésticas. Quando uma mulher trabalha fora, por exemplo, as outras do pátio tendem a suprir sua parte na organização doméstica – fornecendo almoço quente para os sobrinhos, e supervisionando as brincadeiras dos filhos pequenos (FONSECA, 2005, p. 53).

A mobilidade desta “*população flutuante*” causa transtornos também na previsão de medicamentos de uso contínuo que a equipe da UBS precisa manter para atender aos familiares cadastrados. Quando algum “*morador flutuante*” precisa da medicação, ela é cedida, mas falta para aquele que já estava cadastrado, exigindo negociações entre a UBS de Linhares e a Secretaria de Saúde Municipal. Como me explicou **Leila**: “*É uma loucura, você não pode deixar de atender, a pessoa diz que mora ali, fica um dia, uma semana, se passar mal vai ao posto e pega o remédio que é de outra pessoa cadastrada. O que acontece? Falta para quem já recebe todo mês. E, para explicar isso lá na Secretaria de Saúde, é outro problema*”.

Esta “*população flutuante*” encontrada no bairro Linhares parece se enquadrar nos parâmetros apontados Magni no seu texto **Habitantes de rua: um caso de nomadismo urbano** (1997), pois, apesar de não viverem pelas ruas, sob viadutos, como a população que seu estudo descreve, a “*população flutuante*” do bairro Linhares apresenta determinadas características que dificultam sua inserção na lógica social das cidades modernas, que se formam segundo a noção de sedentarismo.

Excluída de um mercado de trabalho rentável, freqüentemente sem vínculo ou apoio familiar, induzida a optar por morar em aglomerados subabitaçãoais ou a viver na rua, esta população acaba por fazer da mobilidade, não apenas um período transitório, como ocorre com a migração, mas uma forma de vida, mantida ao longo dos anos e através das gerações (MAGNI, 1997, p. 1).

É importante considerar, portanto, que as dinâmicas familiares são fluidas e influenciadas por fenômenos sociais que afetam a vida dos sujeitos, impedindo que “A Família” se encaixe como uma imagem congelada nos formulários de sistemas cadastrais. Os estudos sobre a cultura familiar, onde se destacam historiadores, alguns psicanalistas e, sobretudo, os antropólogos, têm ajudado a colocar em relevo tais embaraços.

3.2 Contribuições aos estudos sobre a família

3.2.1 A Família Moderna

Procurando refletir sobre de que maneira as relações entre homens e mulheres foram sendo construídas ao longo dos tempos, determinando as posições entre os sujeitos e funções para um e outro sexo, fez-se necessário considerar que a família monogâmica surge em determinado contexto social e por certas condições econômicas.

O historiador Philippe Ariès, em seu estudo **História Social da criança e da família** (1981), contribuiu sobremaneira para as reflexões necessárias e que culminaram com a desconstrução de ideias e imagens sobre a infância e a família. Seus estudos apontam que foi apenas no fim do século XVII a meados do século XVIII que se iniciou o que viria a ser o recolhimento da família longe da rua, da praça e da vida coletiva, e de sua retração dentro de uma casa, fazendo surgir, então, “*o sentimento de família*” nas sociedades ocidentais modernas.

Jurandir Costa Freire, no seu livro **A ordem médica e a norma familiar** (1979), descreve o contexto da sociedade brasileira onde este “sentimento de família” dará sustentabilidade à instituição familiar, fazendo com que a categoria família apareça ligada à noção de casamento. O autor apoia suas análises no modelo de família patriarcal, ou seja, família se refere a um conjunto de pessoas ligadas a um casal, unidas pelo vínculo do matrimônio, ou ainda com sua imagem construída sob a tríade pai-mãe-filhos, sendo o pai a figura central.

É preciso destacar que esta forma de conceber a família atendia às intenções do Estado de cuidar das futuras gerações, e por isso elegia os filhos como centro da família e a mulher como sua aliada preferencial, uma vez que a estratégia utilizada se baseava em: “... habituar os indivíduos a respeitarem em pequenos grupos, em pequenos momentos, as pequenas autoridades, afim de que, progressiva e continuamente, a obediência ao Rei emergisse como natural” (COSTA, 1979, p. 26).

Ressalto que, na visão de ambos os autores, o interesse inicial do Estado dirigia-se para as famílias da elite que “*podiam educar os filhos e aliar-se ao Estado*”, e não, como se poderia supor, às famílias pobres. Mas faz-se necessário considerar que o “*sentimento de família*”, surgido entre os burgueses e nobres, estendeu-se para todas as classes sociais, envolvendo inclusive, com muitas resistências, o proletariado (DONZELOT, 1986; COSTA, 1979).

Segundo outros estudiosos da configuração familiar brasileira, neste país a extensão dos valores das elites é muito menos visível que na Europa, pelos limites da abrangência do Estado e do seu poder de disciplinamento (FONSECA, 1997; SAMARA, 1999; BRITES, 2000).

Esse interesse governamental levou o Estado e a medicina a desenvolverem diferentes estratégias no intuito de intervir nas classes sociais. O projeto disciplinador seguiu duas linhas distintas: a intervenção educacional destinada às famílias burguesas teve como objetivo uma proteção moral e maior liberdade física da criança, caracterizando a infância como um período de liberdade protegida e por uma vigilância discreta. Já nas camadas populares, as intervenções visavam conter as liberdades, impedir o abandono das crianças e a vagabundagem das mesmas. Para esta parcela da população, o cuidado com a infância caracteriza-se por uma liberdade vigiada (COSTA, 1979, p. 69).

O Estado moderno, voltado para o desenvolvimento industrial, tinha necessidade de um controle demográfico e político da população adequado àquela finalidade. Esse controle, exercido junto às famílias, buscava disciplinar a prática anárquica da concepção e dos cuidados físicos dos filhos, além de, no caso dos pobres, prevenir as perigosas conseqüências políticas da miséria e do pauperismo. No entanto não podia lesar as liberdades individuais, sustentáculo da ideologia liberal. Cria-se, assim, dois tipos de intervenção normativa que, defendendo a saúde física e moral das famílias, executam a política do Estado em nome dos direitos do homem (COSTA, 1979, p. 51).

Porém, o autor, destaca que esta interferência do Estado não ocorreu de forma passiva dentro dos grupos domésticos, uma vez que os interesses de autopreservação faziam da família um bloco voltado para ao interesses do clã. A figura do chefe da família centrada no pai, enquanto defensor legítimo dos interesses de propriedade e da preservação da mesma produzia uma “impermeabilidade” frente às investidas do Estado (COSTA, 1979).

Portanto, seria importante desmontar o “bloco único” representado pelo grupo familiar, onde o poder do nome paterno era o cerne. Para isso, uma distensão foi criada e estabeleceu-se uma rede formada por “adultos e crianças, homens e mulheres, pais e filhos, recém-nascidos e adolescentes”, em que os interesses são contraditórios entre os membros (COSTA, 1979, p. 31). Assim, o autor deixa claro que houve uma substituição da ordem da lei pela norma, já que a primeira significa punir, coagir, e a segunda apoia-se nos “dispositivos”. E esclarece: “os dispositivos são formados pelos conjuntos de práticas discursivas e não discursivas que agem, à margem da lei, contra ou a favor delas, mas de qualquer modo empregando uma tecnologia de sujeição própria” (COSTA, 1979, p. 50).

Mudam-se os discursos sobre os sujeitos, e, com o liberalismo, o homem deixa de ser o proprietário da família e passa a ocupar o lugar de pai e provedor, e a mulher ganha maior importância em suas funções como educadora e protetora do ambiente doméstico. Nasce, desta forma, o modelo patriarcal da família moderna. Esta investida do Estado sobre a infância diz respeito ao pensamento da época, que, começando pela base, pretendia combater as desordens, a imoralidade e a insurreição.

Neste ponto, é importante ressaltar que é a Família burguesa que se moderniza e se disciplina, sendo que na Europa os trabalhadores foram incluídos nesse ideal transformador com grande esforço de clérigos, pedagogos, médicos e filantropos. Na Europa, o contexto social influenciou diretamente a nova configuração familiar, onde um Estado central e consolidado, uma grande estabilidade econômica e a presença da escola universalizada possibilitou a ocorrência de casamentos legais, maior intimidade entre seus membros e fez da criança o eixo central da família (FONSECA, 1988). E aqui no Brasil?

3.2.2 Estudos sobre a família popular brasileira

As análises sobre a importância da “família patriarcal” caracterizada por Gilberto Freire em *Casa Grande e Senzala*, e *Sobrados e Mucambos*, inauguram os estudos sobre a família popular brasileira e a instauram como um modelo referencial. Neste estudo, tomaremos como foco para análise os estudos de Cynthia Sarti, em **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres** (1996). Na sua perspectiva teórica, “*toda sociedade brasileira*” recebeu profundas influências do modelo patriarcal de família, e este modelo, vivido pelas camadas superiores da sociedade brasileira, seria uma forte referência simbólica que contaminaria as classes populares, deixando poucas margens para se pensar numa inter-relação e ressignificação dos discursos.

Pensando a família como “*uma ordem moral*”, Sarti considera que a família neste segmento da sociedade se “constitui como o espelho que reflete a imagem com a qual os pobres ordenam e dão sentido o mundo” (SARTI, 1996, p. 4). Assim, as relações estabelecidas fora das relações familiares também seriam regidas pela mesma lógica do modelo patriarcal, refletindo as relações internas da família em formas recíprocas e hierarquizadas ⁷²:

⁷² Existem debates teóricos sobre o uso de análises focadas em modelos, arranjos e dinâmicas, mas ultrapassam os limites deste trabalho. Sobre o tema ver: Fonseca, 2002 e Bilac, 2005.

[...] o homem tem precedência sobre a mulher, os pais sobre os filhos e os mais velhos sobre os mais moços; e, ainda, como o paradigma de uma concepção moral fundada no princípio da reciprocidade que rege a lógica da casa e que dá sentido também às relações fora do âmbito familiar (SARTI, 1996, p. 136).

Os estudos desta autora apresentaram certas limitações, pois, ao definir “os pobres” como sendo um grupo social destituídos dos instrumentos que, na sociedade capitalista, conferem poder, riqueza e prestígio, acaba reduzindo e homogeneizando as distintas manifestações e formas de ser de cada grupo social em um marco geral totalizador, sendo os segmentos mais altos a referência simbólica para os inferiores.

O trabalho de campo confirmou em parte essas afirmações. Encontramos famílias que vivenciam as relações descritas por estas autoras, onde a reciprocidade e a hierarquia ditam as regras de convivência. Porém, foi preciso avançar um pouco mais e considerar a família para além da noção de modelos, centrados na visão de um casal com sua prole, e reconhecer a existência de outros arranjos que possam ser incluídos sobre essa denominação (ZALUAR, 1985; DUARTE, 1986; FONSECA, 1995).

3.2.2.1 Estudos sobre a família dos trabalhadores

Até os anos 1980, pouco se estudava sobre as especificidades da classe trabalhadora brasileira. Nesse período, sob influência dos Estudos Culturais, surgem estudos que pretendem romper com a antiga visão que percebia os trabalhadores como apáticos e, portanto, sem consciência de classe. Estes estudos optam por se aproximar das práticas cotidianas, das dinâmicas familiares, das preferências de lazer, bem como a visão que esses sujeitos possuem as categorias trabalho e família, que nos interessam mais diretamente neste estudo.

Surge então um período de impressionante produção sobre as camadas populares. Os mais brilhantes estudantes se dirigem aos bairros da periferia para estudar as dinâmicas culturais próprias desse meio: a música, os circos, os clubes de futebol, a organização familiar, as formas de organização política, etc. [...] Os termos marxistas (“forças de produção”, “capitalismo”, “classe operária”) cedem o lugar a uma discussão sobre o “popular” (a “cultura popular”, os “grupos populares”, os “bairros populares”) (FONSECA, 2000, p.78).

Estes novos e procuram destacar as especificidades dos modos de vida dos grupos de baixa renda, que, dependendo da filiação teórica do autor, variam a denominação dada a este segmento social, entre grupos populares, trabalhadores, classe trabalhadora e pobres.

Os estudos **Da Vida Nervosa: Nas Classes Trabalhadoras Urbanas** (DUARTE, 1986) e **A Máquina e a Revolta** (ZALUAR, 1985) voltam-se para a análise da “*classe trabalhadora*” ou “*trabalhadores pobres*”, procurando dimensionar as possibilidades dos sujeitos pertencentes a este segmento social refletirem sobre sua condição social, rejeitando a ideia de passividade e alienação que até então existia nos estudos realizados sobre esta parcela da população. Estes estudos destacam que, mesmo submetidos a um contexto de fortes orientações ideológicas, estes grupos possuem seus próprios referenciais.

Os estudos de Duarte (1986) contribuíram também para a construção de um modelo explicativo que ressalta a necessidade de se relativizar os atributos da sociedade brasileira, enquanto sociedade moderna alicerçada nos ideais iluministas. Segundo este autor, o que se verifica na classe trabalhadora é a presença de um modelo holista/hierárquico.

Apoiando-se nos estudos de Luis Dumont (1992), este autor destaca as distinções na forma de conceber a experiência da “pessoa” ou “indivíduo” em sua relação com o mundo. Isso significa dizer que, enquanto a concepção holista/hierárquica toma a pessoa como parte de um todo social e faz com que as separações entre os sujeitos e o mundo sejam mais difusas, a concepção individualista/igualitária toma o sujeito como autônomo, fazendo com que a fronteira de separação entre si e o mundo sejam claramente demarcadas (DUARTE, 1986).

Os estudos desses autores contribuíram na compreensão do segmento social a ser estudado e, ainda, para a análise do desempenho dos papéis de gênero no interior da família. Ao homem, caberia o sustento do lar e a manutenção do respeito. Sua moral aparece vinculada à categoria do trabalho como valor. Se não trabalha e não pode sustentar sua família, coloca em risco sua masculinidade, pois não pode deixar “faltar nada em casa”, e será considerado um “bom marido” se cumpridor de seu dever (SARTI, 1996; ZALUAR, 1985).

Da mulher, espera-se que se ocupe da casa, do marido e dos filhos. Sua moral será julgada basicamente por sua capacidade de se envolver com estas funções e desempenhá-las adequadamente. Ou seja, será julgada moralmente como “boa mãe” se se preservar da rua, das “conversas fiadas” na porta de casa, se cuidar bem da educação e saúde dos filhos. Isso inclui visitar a escola para acompanhar as dificuldades que possam surgir, manter a saúde deles em dia levando para vacinar e ao médico sempre que houver necessidade (ZALUAR, 1985).

3.2.2.2 Os estudos sobre as famílias dos grupos populares

Foi preciso, portanto, considerar as especificidades do contexto brasileiro, onde, em virtude de termos um Estado pouco estendido a todas as classes sociais e uma desigualdade enorme entre as classes, uma parcela da população não pode aderir ao modelo proposto por Sarti (1996) ou ter acesso a um emprego formal. As classes populares de nossa sociedade vivem outra dinâmica familiar, em que, por exemplo, encontra-se, além da precariedade econômica, a presença de trabalho infantil, um grande número de uniões consensuais e o desenvolvimento de uma rede extensa de parentes, onde a sociabilidade das crianças é feita “na rua” e a “*circulação de crianças*” é frequente (FONSECA, 1995).

Para este giro de perspectiva, os autores Luiz Fernando Dias Duarte (1986) e Claudia Fonseca (2005) contribuíram significativamente, uma vez que consideram que a categoria “*família*” tem grande peso em todas as camadas da população brasileira, no entanto assume significados diferentes dependendo da categoria social.

Assim, seria possível afirmar que, na elite, a família é compreendida como linhagem, ou seja, apresenta um sentimento corporativista e é decidida a defender seu patrimônio. Nos segmentos médios da nossa sociedade, a noção de família estaria vinculada aos conceitos da modernidade e, portanto, prevaleceria o modelo da família nuclear, já nos grupos populares “o conceito de família está ancorado nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua” (DUARTE, 1986, p. 51).

A dinâmica familiar descrita por Fonseca no seu estudo **Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação** (1999) foi percebida nas famílias que acompanhei para este estudo, nas quais prevaleceram as relações de afinidades com a presença de uma parentela, vizinhos e instituições, configurando-se como redes de ajuda que sustentam as relações das pessoas pesquisadas. Assim destaco as palavras da autora que descrevem estas dinâmicas:

O conceito de domesticidade conjugal é particularmente adequado à intimidade da família nuclear “moderna”, isto é, à unidade doméstica onde moram só pai, mãe e filhos e onde certa divisão de trabalho dá disponibilidade à mãe para se dedicar inteiramente aos filhos (Ariès, 1981; Badinter, 1980). As famílias que estudei não se apresentam na forma de uma unidade doméstica bem delimitada, autocontida. Muito pelo contrário, são perpassadas por outros grupos que competem pela lealdade dos seus membros, criando uma dinâmica social que tem pouco em comum com o modelo nuclear (FONSECA, 1999, p. 70).

Tendo adquirido esta lente primeira para ajustar o foco do meu olhar, foi necessário abandonar o modelo hegemônico de família moderna, até então muito naturalizado

em minhas práticas profissionais, e passar a considerar que nas camadas populares existe outra lógica de organização de papéis e funções. Este “*outro sistema*” inclui, por exemplo, uma rede de parentela extensa, para além dos laços conjugais ⁷³.

Essa forma diferenciada de conceber a categoria família ampliou as possibilidades de pensar as noções de individual e coletivo dentro dos grupos populares, assimilando que, enquanto nas camadas médias da população se observa uma redução da família procurando eliminar membros problemáticos (que não sejam unidos pela conjugalidade e consanguinidade) para melhor investimento nas crianças, que são seu foco principal, nos grupos populares há a constatação de um movimento contrário. Os poucos recursos são muitas vezes utilizados para auxiliar algum membro da rede familiar que esteja passando por dificuldades. Assim, nos grupos populares é possível se verificar um sacrifício dos projetos individuais em benefício do grupo familiar (FONSECA, 2005).

Partindo das concepções de Fonseca (2005), este estudo segue a noção de “*dinâmicas e relações familiares*”, e não “*modelo ou unidade familiar*”, por considerar como mais pertinente ao enfoque desta pesquisa, em que se pretendeu considerar as identificações, os laços afetivos e as relações de reciprocidade. Portanto, seguindo Fonseca:

Procurando uma definição operacional da vida familiar que dê conta desse vasto leque de possibilidades, preferimos falar de dinâmicas e relações familiares, antes do que de um modelo ou unidade familiar. Assim, definimos o laço familiar como uma relação marcada pela identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas certos direitos e obrigações mútuos. Essa identificação pode ter origem em fatos alheios à vontade da pessoa (laços biológicos, territoriais), em alianças conscientes e desejadas (casamento, compadrio, adoção) ou em atividades realizadas em comum (compartilhar o cuidado de uma criança ou de um ancião, por exemplo) (FONSECA, 2005, p. 54).

A família de dona **Celina** ilustra bem esta dinâmica, pois, além dos filhos biológicos, o casal mantém estreitos laços com seus netos. Alguns foram registrados no cartório como filhos do senhor **Luís**, já que o avô assumiu a paternidade formal de dois netos. O casal me impressionou pela forte expressão do “*sentimento de família*”. Desde o primeiro encontro, fizeram questão de deixar evidente que “*a família é a coisa mais importante do mundo*”. Dois desses netos, que foram registrados pelo senhor **Luís**, são filhos da filha mais velha, **Graça**, que engravidou pela primeira vez com 15 anos e novamente aos 17 anos.

⁷³ Apontando para uma dimensão temporal da família, Claudia Fonseca esclarece que as relações familiares que ocorrem em redes extensas são produzidas por processos nem sempre conscientes de um retorno garantido dos investimentos feitos, e destaca a teoria do dom de Mauss (1974), onde uma reciprocidade é desenvolvida em longo prazo (FONSECA, 2005).

Porém, **Graça** não manteve a relação com os pais de seus filhos, sendo os mesmos registrados em nome do senhor **Luís** por ela “*ser menor de idade*”. Além disso, o casal criou como filha uma menina, que nasceu de um envolvimento amoroso de um dos filhos, **Roberto**. Os pais da menina não “*viveram mais juntos*”, e como a criança adoeceu aos três meses foi entregue pela mãe aos avôs paternos.

Até o início do ano de 2009, **Inês**, agora com 18 anos, morou com os avós, mas resolveu ir morar com a mãe biológica em maio do último ano. Segundo dona **Celina**, seu filho **Roberto** “*sempre duvidou*” da paternidade da menina e por isso não a registrou, então ela foi registrada no nome do avô. **Roberto** sempre quis fazer um exame de DNA, mas dona **Celina** acha que não precisa, pois “*o resultado não vai mudar em nada o que sinto*”⁷⁴.

Senhor **Luís** me informou que aprendeu a ter “*esse jeito família*” com sua mãe, que era uma mulher muito boa e nunca abandonou nenhum dos filhos. Ao contrário do que fez seu pai, que “*bebia muito*”, “*quase não ficava em casa e tinha outras mulheres na rua*”, o que “*fazia sua mãe sofrer muito*”. Dona **Celina** atribui ao destino ter conseguido um marido assim, já que ela tinha medo de se casar e passar com o marido as mesmas dificuldades de sua mãe, que, sem poder contar com o marido, precisou “*espalhar os filhos*”. Ela não viveu com sua mãe, foi “*criada*” por uma tia e seus irmãos também “*foram espalhados*” entre familiares.

Conforme destacado anteriormente, os estudos de Fonseca (1995) apontam como sendo parte importante das dinâmicas familiares deste segmento social a existência do fenômeno de “*circulação de crianças*”, evidenciando a responsabilidade pelos cuidados com elas como um empreendimento que envolve toda rede familiar, e não somente a mãe biológica. Neste caso, o casal realizou a adoção legal dos netos, uma vez que foram registrados como filhos legítimos, e “*criaram*” também a neta **Inês** que, mesmo sem formalizações, é considerada como filha.

Em outro estudo, **Família, fofoca e honra** (2000), Fonseca se apoia na ideia de sistema matrifocal proposta por Smith (1973) e esclarece que nos grupos populares prevalece a matrifocalidade. Neste modelo relacional, a mulher-mãe torna-se o centro das relações sociais, tendo grande destaque na família. A autoridade materna, segundo a autora, “ *cresce com a idade dos filhos*” e ainda revela uma ênfase “*nas relações entre mulheres por serem os elos principais da rede familiar*” (2000, p. 64). Nas famílias analisadas por este estudo, a importância das mulheres nos núcleos domésticos é fundamental, sendo impossível

⁷⁴ Sobre exames de DNA e paternidade nos grupos populares, ver trabalho de Claudia Fonseca (2004).

desconsiderar as redes de solidariedade e apoio que as mulheres articulam para resolverem as necessidades de suas famílias.

Percebe-se que os idealizadores do PBF foram sensíveis a ponto de incorporar nas diretrizes do programa esta centralidade da mulher-mãe, mas desconsideraram as dinâmicas familiares encontradas nos grupos populares, onde as crianças são “criadas” por outras pessoas da família e não necessariamente pela mãe biológica.

Na família de dona **Celina** e do senhor **Luís**, isso pode ser constatado. O casal teve doze filhos, mas somente oito estão vivos. As duas “filhas mulheres” moram no quintal dos pais e, dos seis “filhos homens”, cinco moram no mesmo bairro, em ruas próximas, e apenas um mora em outro bairro.

Maria, 32 anos, mora com o marido e seus quatro filhos em três cômodos nos fundos da casa. Sua família recebe o benefício, no valor de R\$112,00, por três filhos. Quanto a seu marido, **Orlando**, apesar de ele trabalhar com carteira assinada, ela não sabe dizer “quanto ele ganha”. Além disso, segundo **Maria**, “ele não põe nada dentro de casa”⁷⁵. Pelo fato de seu marido “deixar a desejar”, ela precisa estabelecer parcerias com sua mãe e seus irmãos, a quem recorre quando necessita de ajuda em alguma emergência: “outro dia a minha filha, que tem desnutrição, passou mal, eu tive que mandar buscar meu irmão mais velho que mora na rua de cima para me levar no hospital, e minha mãe ficou com as outras crianças. Porque o marido, que é um moleza, não estava em casa em pleno fim de semana”.

Paula, sua irmã, 28 anos, mãe de três crianças, mora “sozinha” com os filhos, em outros dois cômodos separados, mas dentro da casa dos pais. Ela fez o cadastro no PBF há mais ou menos um ano, contudo não conseguiu ser incluída no programa, porque, apesar de ter o “perfil”, está aguardando “ser chamada”. Eventualmente, **Paula** faz alguma faxina e recorre à ajuda da irmã ou da mãe para cuidar de seus filhos enquanto está fora de casa. É à casa dos pais que ela recorre quando não tem gás para cozinhar os alimentos e, também, os “ajuda no que pode”, referindo-se ao fato de, principalmente, acompanhar sua mãe ao médico.

Dona **Celina** me informou, contrariada, não receber mais o benefício do PBF, que era de R\$30,00, pelo filho **Eduardo**, 14 anos, pois ele “inventou de parar de estudar” para trabalhar com seu pai como servente de pedreiro. Em sua opinião, o filho deveria continuar estudando “para ser alguém na vida”, mas trabalhando com o pai ele recebe R\$ 80,00 semanais, o que permitiu a ele financiar nas Casas Bahia um telefone celular.

⁷⁵ Como vimos no capítulo II, apesar de **Maria** ter quatro filhos, o número máximo de crianças que podem ser beneficiadas pelo programa são três.

O senhor **Luís** me disse que foi a contragosto que ele aceitou que o filho deixasse a escola, mas foi obrigado a se render quando o filho disse que à noite estava difícil estudar por causa de vários colegas que usam drogas. Temeroso que o filho se “*envolvesse com quem não presta*”, achou melhor “*deixar ele trabalhando sob suas vistas*”⁷⁶.

O casal informou ao CRAS/Leste a evasão escolar do filho adolescente. Esta informação foi feita seis meses após o benefício ter sido bloqueado, o que gerou o desligamento da família do programa. Por não ter, à época do cadastramento da família no PBF, a guarda formalizada dos netos, estes não puderam ser incluídos. Agora, tendo os netos de “*papel passado*”, fizeram nova solicitação para o recebimento do benefício para estas crianças, mas ainda aguardam ser chamados.

Esta nova possibilidade de interpretar os significados de acordo com os contextos sociais possibilitou supor que a raiz de alguns impasses vividos diariamente nas instituições onde trabalhei, e também na efetivação da assistência enquanto direito social, tem como base o fato dos idealizadores das políticas sociais, bem como seus agentes, pertencerem, na maioria das vezes, aos estratos mais altos de nossa sociedade, e a visão de mundo que possuem contaminam suas práticas. A dificuldade, portanto, seria a de entender, de alguma forma, como “entendemos entendimentos diferentes do nosso” (GEERTZ, 1999, p.12).

Diante dessas considerações, ficou evidente que a categoria família apresenta-se como difícil de ser definida, sendo hoje impossível se falar em “A Família Brasileira”, mas sim em “famílias brasileiras”, principalmente porque os diferentes contextos sociais incidem sobre modelos de família e sobre a função de seus membros dentro de cada segmento social (SCOTT, 2002). Foi assim que se procurou avançar um pouco mais na tentativa de compreender o destaque dado à figura feminina ao longo dos tempos dentro da família.

⁷⁶ Fonseca (1994) aponta que a escola e o trabalho nos grupos populares são percebidos como importantes experiências para a socialização das crianças e jovens, mas ressalta “que, apesar do enorme prestígio atribuído ao ensino, nem a realidade nem o sonho da instituição escolar muda grande coisa na vida dos moradores do bairro que, afinal, investem em outras fileiras para assegurar a socialização adequada de seus filhos” (FONSECA, 1994, p.145).

3.3 A aliança Estado-Mulher

Como apontado por Costa (1979) os “*dispositivos*” utilizados pelo Estado para disciplinar os sujeitos introduzem a noção da promessa de transformação e os benefícios que se teria com a sujeição, estimulam o “gosto pela vida”, o cuidado com a prole e a superar o medo da morte e servem também para selecionar, dentro do grupo familiar, os aliados que seriam facilitadores da norma médica. Segundo o autor, “da combinação destes discursos teóricos e destas regras de ação prática o dispositivo extrai seu poder normatizador” e, ainda, afirma que os equipamentos de normalização “são sempre inventados para solucionar urgências políticas” (COSTA, 1979, p. 50 e 51).

Nesse contexto social, a mulher e a criança serão os eixos principais de disciplinarização. A mulher será educada, promovida enquanto mulher-mãe – educadora, cumprindo novas funções na educação primária, na higiene familiar – novos papéis de cuidado e vigilância. Neste contexto, a aliança do médico com a mulher passa a ser fundamental (COSTA, 1979).

Temos, portanto, evidenciado que, desde o século XVII, o Estado estabelece uma aliança com a mulher e seu destino fica naturalmente vinculado ao ambiente doméstico, já que as atitudes com relação a seu modo de “estar” se diferenciam em relação aos homens. A eles cabe aproveitar seu tempo ocioso na rua, enquanto a mulher permanece voltada para os afazeres domésticos⁷⁷.

Essa superposição estar-serviço houve em qualquer classe social, porque ao elemento feminino não restaram outras alternativas além daquelas o forno, fogão, agulha e uma ou outra roça no fundo do quintal, na horta ou no parreiral. Por isso, tanto na classe dominante, como na pobre, vemos a mulher criando seus filhos e vivendo o dia-a-dia na zona de serviço (COSTA, 1979, p. 82).

Assim sendo, uma questão se fez central ao longo desse estudo: qual o lugar definido para as mulheres em políticas públicas voltadas para as famílias? Percebe-se que a aliança Estado-Mulher permanece atualizada nos idealizadores do PBF. O lugar destinado às

⁷⁷ O estudo de Eni de Mesquita Samara sobre *A família brasileira* (1999) nos fornece dados importantes para compreensão do papel da mulher na sociedade brasileira. Esta autora afirma que o próprio “sistema patriarcal e a divisão de incumbências, no casamento, criaram condições para a afirmação da personalidade feminina, dada a sua influência direta junto à família” (p.101). Defende que no século XIX, apesar de o homem possuir muitos privilégios dentro da sociedade, a mulher aparece bem mais ativa, principalmente na ausência do marido ou em casos de viuvez, seja zelando pelo patrimônio familiar, seja contribuindo para o sustento da casa, e que este aspecto foi omitido nos estudos e romancistas desta época, que preferiram transmitir o mito da mulher submissa e do marido dominador.

mulheres continua sendo o ambiente doméstico, e suas responsabilidades principais são os cuidados de sua prole.

Procurando possíveis respostas para esta questão, recorreremos aos estudos de Dagmar Meyer (2004), *A educação 'da família' como estratégia governamental de inclusão social: um estudo situado na interface dos Estudos Culturais, de Gênero e de Vulnerabilidade*, que trabalha com o conceito de “politização do feminino e da maternidade”, destacando em seu estudo os aspectos que nos ajudaram a pensar a questão acima formulada. Inspirada por Marilyn Yalom (1997), que em seus estudos se referia à “politização do seio feminino” para descrever as condições discursivas de um processo histórico que incorporou e posicionou a mulher, como mãe, no centro das “políticas de gestão da vida” nas sociedades ocidentais modernas, nos séculos XVII, XVIII e XIX, a autora defende em seu estudo como “as redes de poder-saber” se articulam na conformação das políticas públicas ao produzirem discursos que ressignificam a relação mãe-filho.

Um aspecto considerado em seu estudo como sendo importante para a “politização da maternidade” diz respeito à crescente produção de conhecimentos e ao surgimento de novas tecnologias que permitem o monitoramento antecipado do desenvolvimento físico, cognitivo e até emocional do feto e da criança, inscrevendo-o em uma “gramática da probabilidade e do risco”. Nesta gramática, determinados grupos de mulheres/mães são reconhecidos como “mães de risco” e transformados em foco central das políticas públicas, sejam elas na área da educação, da saúde ou da assistência social ⁷⁸ (MEYER, 2004).

Foi assim que pude compreender que o Estado se utiliza dos comportamentos instituídos e socialmente aceitos para produzir suas “verdades”. Não é difícil constatar, pelo exposto até aqui, sobretudo nos estudos de Costa (1979), que este discurso vinculado pelo Estado, na sociedade brasileira desde o período do Império, ainda hoje permanece vivo e atuante por todo o corpo social.

Pretendendo disciplinar os sujeitos sociais, considerados, ainda na atualidade como faltosos, o Estado entreviu nos núcleos familiares reforçando as características consideradas inerentes ao sexo feminino - cuidados, docilidade, amor e proteção. Além disso, no meu entendimento, o Estado hoje quer ampliar sua parceria com a mulher, pois, ao propor uma concepção mais flexível de família para os grupos subalternos da população, onde a ausência do pai passa a ser aceita e até mesmo naturalizada, o Estado assume, de certa forma,

⁷⁸ A autora se apoia em Marilyn Yalom (1987), que aponta para a confluência de três movimentos sociais distintos e não-coincidentes que influenciaram os discursos sobre a “politização do seio feminino” - a urbanização, o fortalecimento do sistema capitalista e a formação dos estados nacionais na Europa nos séc. XVII a XIX. (MEYER,2004)

a “autoridade paterna” e delega às mulheres/mães uma parte significativa dos deveres até então definidos como “paternos” (MEYER, 2004, p. 3).

Os idealizadores da política de assistência social, ao criar um programa assistencial que pretende combater a pobreza, contribuem para reforçar as representações que circulam no campo social e que mantêm a figura feminina vinculada a papéis tradicionais de gênero. Como se falar então em “equidade de gênero” para as mulheres beneficiárias do PBF? (STAL, 2002, p. 4).

3.4 O lugar do feminino.

Para avançarmos um pouco mais, foi preciso considerar, que “se a função de fêmea não basta para definir a mulher, se nos recusamos também explicá-la pelo eterno feminino e se, no entanto, admitimos, ainda que provisoriamente, que há mulheres na terra, teremos que formular a pergunta: que é uma mulher” (BEAUVOIR, 1980, p. 9). Foi preciso compreender que ser mulher não se constitui como algo natural, mas sim como um processo histórico e social.

O enfoque dado pelas teorias feministas procura avançar na compreensão do papel socialmente destinado à mulher. Estas teorias têm como proposta a desconstrução de discursos, em diversos campos de saberes, dentro do mundo ocidental, que contribuem para a construção da categoria “mulher” como intimamente ligada à natureza e com características maternais inatas⁷⁹. Assim, para embasar nossa percepção sobre gênero como uma categoria construída socialmente, recorreremos às contribuições do estudo realizado pela antropóloga norte-americana Margaret Mead (1979), que, ao analisar sociedades situadas no arquipélago de Nova Guiné, pode defender que a demarcação de temperamento imposta a cada sexo, na sociedade norte-americana, é uma construção social e histórica, e não uma diferenciação baseada em pressupostos biológicos. Segundo ela:

Qualquer discussão acerca da posição da mulher, do seu caráter e de temperamento, da sua escravização ou emancipação, obscurece a questão básica; o reconhecimento de que a trama cultural por trás das relações humanas é o modo como os papéis dos dois sexos são concebidos e de que o menino em crescimento é formado para uma ênfase local e especial tão inexoravelmente como o é a menina em crescimento (MEAD, 1979, p. 22).

⁷⁹ Por exemplo: Bourdieu (1989), Freud, (1920), Lévi-Strauss (1976), Ortner (1979).

Suas observações permitem a compreensão da natureza humana como algo moldável e que responde de modo diferente aos estímulos de condições culturais diferentes. Desta forma, “as padronizadas diferenças de personalidade entre os sexos são desta ordem, criações culturais às quais cada geração, masculina e feminina, é treinada a conformar-se” (MEAD, 1979, p. 269). Isso ampliou as possibilidades de compreender que a parceria entre Estado e mulher se mantém inevitavelmente definindo o lugar destinado socialmente às mulheres, na sociedade brasileira, qual seja: devem ser mães zelosas, esposas dedicadas e as principais responsáveis pela organização do ambiente doméstico onde o Estado pode continuar a disciplinar os sujeitos.

Nos espaços institucionais onde realizamos este estudo, o número de mulheres é sempre superior ao de homens, o discurso sobre maternidade que gera impacto positivo é também o da mulher que cuida dos filhos, é zelosa com a saúde dos mesmos e com a higiene da casa. Aquelas que aceitam marido que não trabalha em casa, permitem que os filhos vivam sob os cuidados de outros parentes ou vizinhos, ou até mesmo que permitem que suas crianças sejam “*levadas pelo Conselho Tutelar*” são sempre vistas com desprezo, pois “*não merecem ser chamadas de mães*”.⁸⁰

Com frequência, numa tendência natural de compreender as categorias mulher e mãe como sinônimos, bem como maternidade como destino de toda mulher, as mulheres beneficiárias do PBF, acompanhadas neste estudo, também reconhecem esta tarefa como algo que cabe a mulher assumir, independentemente do homem. Consideram, inclusive, esta tarefa como sabidamente repleta de sacrifícios a serem enfrentados por parte da mulher, uma vez que esta se tornou mãe.

Era frequente ouvir nas entrevistas as frases que informavam sobre esta árdua missão: “*Mãe não tem hora, é 24 horas, 365 dias do ano, chova ou faça sol ela estará lá*”, ou, “*Filho é pra vida toda. Dá um trabalhão, mas dá alegria também, olha só a alegria deles*” ou ainda, “*É isso aí..., botou no mundo tem que cuidar. Tem que pensar antes, mas antes a gente num pensa, não é?*”

O estudo de Margaret Mead, **Sexo e Temperamento** (1979), apresenta as questões referentes à maneira como cada cultura elege tais temperamentos e os relaciona a determinado sexo, permitindo compreender que no ocidente as questões de gênero estão vinculadas ao sexo. Ultrapassando, portanto, as questões meramente biológicas, cada cultura escolhe

⁸⁰ Em todas as vezes que realizei uma contagem do número de mulheres e homens adultos que aguardavam atendimentos, tanto na ante-sala do CRAS/Leste quanto na antessala da UBS, o número de mulheres foi superior.

determinados temperamentos e potencialidades de expressão humana, transformando-os em qualidades universais de seus membros.

Esta autora nos ajuda a compreender os discursos captados em campo que criticam as mães que não se enquadram no padrão estabelecido de mãe-ideal, pois, para Mead, toda norma agrega em si o comportamento desviante, já que, ao prescrever uma ação como normal e aceitável, simultaneamente as ações anormais são prescritas. Assim, uma sociedade fundamentada por uma forte diferenciação entre os temperamentos e comportamentos femininos e masculinos constrói o percurso de um “comportamento inadaptado”. Seus estudos defendem a necessidade de observar os mínimos “toques policromáticos” quando se pretende compreender algo para além de uma aparente coesão. O nome dado por ela a esses mínimos toques é “inadaptado”, porque, segundo ela, eles representam a chave para a compreensão de uma dada cultura:

Sob o termo “inadaptado” incluo qualquer indivíduo que, por disposições inatas ou acidente da primeira educação, ou mediante influências contraditórias de uma situação cultural heterogênea, foi culturalmente “cassado”, o indivíduo para quem as ênfases mais importantes de sua sociedade parecem absurdas, irreais, insustentáveis ou completamente erradas (MEAD, 1979, p. 277).

Outra leitura possível realizada pelas mulheres envolvidas com *Women Studies* para se explicar a subordinação feminina, em diferentes sociedades, dá-se pelo fato de sua vinculação direta com o ambiente “doméstico” – e seus afazeres ligados à reprodução e procriação da espécie. Através dessa oposição diametral entre esses domínios “público” e “doméstico”, teria se constituído a oposição entre os sexos masculino e feminino e toda gama de comportamentos socialmente construídos ⁸¹. Isso contribuiria para manter a mulher distanciada da esfera “pública”, o que, em várias sociedades, configura o âmbito de negociação e afirmação de poder, ocupado primordialmente pelos membros masculinos (ROSALDO, 1979). ⁸²

⁸¹ A autora define “doméstico” e “público” da seguinte maneira: “Doméstico”, como é usado aqui, se refere àquelas instituições e modos mínimos de atividades que são organizadas imediatamente em torno de uma ou mais mães e seus filhos; “público”, se refere a atividades, instituições e formas de associações que ligam, classificam, organizam ou incluem grupos mãe-filho particulares (ROSALDO, 1979: 40). Brites (2000), entretanto, flexibiliza esta dicotomia entre “público” e “privado”, considerando que estas formas de conceber o lugar da mulher já foram desmontadas por se basear em dados pouco consistentes, seguindo uma perspectiva evolucionista e contaminada pelas próprias concepções dos pesquisadores.

⁸² Para Roberto Da Matta (1985), a oposição entre a casa e a rua corresponderia, por sua vez, a “papéis sociais, ideologias e valores, ações e objetos específicos, alguns inventados especialmente para aquela região no mundo social” (DA MATTA, 1985, p. 74 e 75).

Esta perspectiva teórica nos levou a refletir sobre os dados encontrados em campo. Sendo as mulheres quem se dirigem aos espaços públicos em busca de assistência social para sua família, negociando, interagindo, com outros universos simbólicos, não me pareceu ser possível continuar a fazer uma distinção tão nítida entre “público” como sendo um espaço masculino e “doméstico” como espaço da mulher.

3.5 As mulheres procuram suas bolsas

As observações realizadas no CRAS/Leste permitiram acompanhar as mulheres que fazem contato com a unidade desde a primeira visita para a realização do cadastro que possibilitará ou não a inclusão da família como beneficiária do Programa Bolsa Família – PBF. O momento em que aguardam o atendimento para se cadastrar é vivido como um momento de angústia e insegurança para algumas mulheres, principalmente por aquelas que nunca tentaram receber o benefício. Já as mais “*espertas*” ficam um pouco mais tranquilas, considerando a possibilidade de “*desta vez*” articular um discurso que “*cola*”.

Na antessala do CRAS/Leste, onde as mulheres aguardam o momento de se cadastrarem ou serem atendidas para regularização de seus cadastros, existe uma grande circulação de informações sobre outras instituições do bairro que oferecem projetos sociais, tais como igrejas que distribuem roupas ou cestas básicas, bem como vagas para o Curumim, campanhas da UBS e até a realização de casamentos comunitários. Estas informações são socializadas nas conversas e também por cartazes colados num grande quadro que fica pendurado na parede da varanda do CRAS/Leste, bem próximo à porta de entrada.

Esses assuntos são tratados com desenvoltura pelas mulheres enquanto aguardam o atendimento. Os mecanismos, porém, que utilizam para articular seus discursos frente ao agente do Estado que a cadastra são tratados fora dali, nas conversas de rua ou na sala de espera da UBS. Isso é perfeitamente compreensível, já que as constantes interrupções dos funcionários que ali trabalham, seja a atendente que chama “*o próximo*”, seja a outra funcionária que organiza as chegadas, seja as entradas do funcionário que vai verificar se ainda há café e biscoitos, sugerem uma vigilância disfarçada em forma de cuidado, e logo se percebe que é melhor não arriscar. Eu mesma aprendi cedo esta lição.

Tirando proveito do exíguo espaço para a pesquisa que me foi permitido no CRAS/Leste, observei o teor das conversas desenvolvidas pelas mulheres que aguardam atendimento. Percebi que esses momentos são usados para socializarem suas vivências, e cada

relato é completado por outro, mantendo o bate-papo vivo, até que sejam chamadas. Se o assunto é a gravidez de alguém, logo o assunto se volta para suas próprias gestações.

Se for sobre relacionamento com os homens, é sempre para destituí-los, destacando seu pouco envolvimento com os filhos: “*não ajudam em nada*”, ou ainda as dificuldades que eles (os homens) encontram para não se envolverem com as questões que precisam ser resolvidas nos espaços sociais: “*eles não têm paciência de ficar esperando nada*”. Esse tipo de assunto é tratado com desenvoltura, mas, quando se trata de conversar sobre o PBF, diminuem o tom de voz, observam primeiro se nenhum funcionário está por perto e só então fazem comentários sobre as insatisfações com o programa.

As queixas com grande frequência giram em torno dos critérios para inclusão, que não são bem compreendidos. Também não fica clara a diferença entre as configurações familiares que interferem nos valores dos recursos recebidos por elas e outras famílias que conhecem. Isso gera dúvidas quanto à seriedade do programa, muitas vezes considerado “*uma bagunça*” pelas usuárias.

Norma, 42 anos, que pretendia se cadastrar no programa federal, me diz de suas dúvidas: “*eu não entendo porque tem gente que recebe o benefício sem precisar. Na minha rua tem uma família que o marido e a mulher trabalham e estão recebendo mais do que eu. Lá em casa eu não trabalho e recebo menos*”. Quando pergunto a ela sobre quantos filhos a outra família tem, ela me diz: “*Vixe! Têm muitos, acho que uns oito*”. Como vimos anteriormente, o número de filhos interfere na divisão que se faz para se encontrar a renda *per capita* da família.

Muitas se queixam do fato de haver pouco acompanhamento das famílias pela equipe do CRAS/Leste, dando a entender que as visitas domiciliares poderiam ser “*um bom momento*” para se “*desligar as famílias que não precisam do benefício*”. Isso me pareceu estar relacionado a outras experiências dessas mulheres com a assistência social, principalmente com ONGs, e também pela presença dos ACS, onde a visita domiciliar é usada para se verificar “*in loco*” a necessidade real de receber a ajuda. Parece não haver ainda a compreensão, por parte das mulheres beneficiárias, de que os mecanismos de controle do programa agora estão bem mais sofisticados, não dependendo somente da visita domiciliar.

Como afirmei acima, a frequência escolar e os cuidados com a saúde dos filhos são exigências que o programa faz para que a família se mantenha apta a receber os benefícios. Atualmente, o governo utiliza várias ferramentas eletrônicas para o acompanhamento dessas condicionalidades. Os dados da família, uma vez inseridos no CadÚnico, permitem o cruzamento com outros dados, como por exemplo o DataSus, onde são armazenados os dados

referentes aos acompanhamentos na área de saúde, como o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN, onde são informadas as condições de nutrição e alimentação da população, e ainda a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS -, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, que contém informações sobre pessoas empregadas formalmente no mercado de trabalho, cujo vínculo ocorre por meio da assinatura da carteira de trabalho ou do estabelecimento de contrato de trabalho (temporário ou não). Nessa base, são registrados os dados de trabalhadores autônomos, trabalhadores eventuais e empregados domésticos⁸³. Assim, a comparação entre os dados inseridos nas diferentes bases possibilita ao Estado identificar inconsistências nas informações de renda declaradas pelas famílias inscritas no CadÚnico e bloquear e cancelar benefícios que, verificado pela atualização cadastral, as famílias não se enquadram nos critérios de renda do PBF.

Como mencionei no capítulo I, conheci **Lena** na antessala do CRAS/Leste, enquanto aguardava o atendimento para se cadastrar no programa. Apesar de permanecer em silêncio, percebi que ela estava atenta à conversa animada que eu e outras candidatas ao cadastro desenvolvíamos. Num certo momento, especificamente quando as mulheres comentavam a demora no atendimento naquele dia por causa do “*apagão que deu no sistema*” do CRAS/Leste e fazia com que os computadores estivessem parados, com voz bem baixa e deixando transparecer certa timidez, **Lena** perguntou: “*ai meu Deus, o que que vão me perguntar?*”

Uma das mulheres se antecipou e respondeu: “*ué, vão querer saber sobre a sua vida e da sua família, quantos moram aqui na casa, quanto vocês ganham, se recebem ajuda de alguma outra instituição, essas coisas...*” Ao que **Lena** responde com um ar de desânimo: “*isso tudo*”!

Quando foi chamada para o atendimento, pude observar sua insegurança ao responder às perguntas da atendente; seus ombros estavam curvados pra frente, seu olhar baixo e sua voz mal podia ser ouvida, o que fazia com que a atendente precisasse fazer as perguntas mais de uma vez e repetir suas respostas procurando verificar se era aquilo mesmo que **Lena** desejava dizer. O fato é que a família de **Lena** não pode ser cadastrada naquele dia porque não havia levado as certidões de nascimento de seus filhos, que, segundo ela, estavam perdidas. Ao sair, dirigiu-se até mim e disse: “*vai lá em casa com a Cínara*”. Agradei com um sorriso e me comprometi a ir. Interessava-me acompanhar sua inclusão no programa, o

⁸³ Dados obtidos na Apostila compilada pela Equipe de Capacitação/ MDS/ Senarc, Condicionalidades, Brasília, 2009. Disponível no site do MDS www.mds.gov.br

que ocorreu seis meses após este primeiro contato, pois a família não possuía recursos para arcar com as despesas de cartório para as segundas vias das certidões dos filhos, sendo preciso solicitar ao Conselho Tutelar os documentos. Ao encerrar a pesquisa de campo em junho de 2009, a família ainda aguardava “*ser chamada*” para receber o benefício do PBF.

Renata, 43 anos, trabalha como empregada doméstica, recebendo um salário mínimo, comprovado pela carteira profissional assinada e mostrada com orgulho. Atualmente, mora apenas com sua filha **Luana**, de dez anos, e me diz com seu ar animado, sobre suas tentativas de inclusão no programa: “*é complicado conseguir o benefício. Não é mole não! Você vem uma vez, responde a todas as perguntas, depois a mulher te olha e fala: “você não tem perfil”. Você sai de lá sem saber o que que isso, só entende que não vai receber o cartão*”.

E prossegue: “*então você vem embora, espera uns dias e fica pensando por que que ela não te deu o cartão, aí conversa com um conversa com outro, você descobre que é porque você não soube explicar direito sua situação. Volta lá e tenta de novo, muda umas coisas, exagera, aí consegue, nem que seja uma cesta básica.*”

Ela já fez três tentativas para se cadastrar no programa. Na primeira vez em que tentou se cadastrar, estava sem “*o documento da menina*” e sem sua carteira profissional, assim “*não aceitaram o cadastro*”. Ela me disse: “*fui correr atrás do registro da Luana e da declaração da escola, pra num correr o risco de não aceitarem*”. Resolvida essa exigência, retornou para novamente tentar receber “*alguma coisa*”. Desta vez, “*estava morando com Dudu que também tinha a carteira assinada*”, já que ele trabalhava como vigia de um supermercado. Isso fez com que a renda *per capita* da família ficasse além dos valores estabelecidos pelo programa.

Foi desta vez que ela saiu de lá sem entender a fala da atendente: “*você não tem perfil*”. Desta vez estava mais esperançosa, porque agora mora sozinha com a filha e foi dispensada pela patroa há cinco meses, vivendo de algumas faxinas. Foi cadastrada, mas precisa esperar a inclusão de novos beneficiários no programa. Quando foi comunicada pela atendente que deveria aguardar, seu rosto deixou nítida sua decepção. Ela parecia não acreditar: “*Eu não entendo. Se eu estou desempregada como é que eu não consigo receber? Acho que eu vou desistir*”.

Esses exemplos ilustram as dificuldades de compreensão, por parte das mulheres, em relação às normas de cadastramento do programa, o que exige certa disponibilidade e persistência de sua parte para atenderem ao que o programa solicita. Qualquer dado que deixe

de ser bem informado, ou não seja bem compreendido por qualquer dos dois lados pode comprometer as chances da família ser incluída no cadastro - CadÚnico.

O texto de Simone Ritta dos Santos, **Caminhando e Aprendendo: negociando uma imagem de respeito** (2006), trata-se de um estudo antropológico sobre as relações familiares entre as mulheres e seus familiares homens que cumprem pena em um município do Rio Grande do Sul. Seu estudo analisa as relações que as mulheres (mães, esposas e irmãs) estabelecem com as instituições que representam o Estado – “a prisão, a polícia, o Promotor de Justiça” – e também com as instituições de defesa dos Direitos Humanos, pretendendo garantir o direito de seus familiares presos. A autora destaca que, apesar de essas mulheres ressaltarem em seus relatos as “humilhações e estratégias para lidar com os agentes do Estado nos diferentes espaços sociais em que circulam, elas definem esse processo como aprender” (SANTOS, 2006, p. 338).

Essas mulheres acabam se tornando experientes nos seus contatos com as instituições sociais e se tornam importantes dentro de suas comunidades, uma vez que socializam seus aprendizados.

3.6 As mulheres usam suas bolsas?

Pretendendo saber o ponto de vista das mulheres beneficiárias sobre o fato do Estado as elegerem como preferenciais no recebimento do benefício, frequentemente, durante a observação, formulava algumas perguntas que me permitissem investigar esse ponto nas entrevistas. Assim como o senso comum define que família é assunto de mulher, as respostas que eu obtinha sempre estavam relacionadas com o fato de as mulheres precisarem de ajuda para “criarem seus filhos sozinhas”, até que, em certo momento, deparei-me com uma resposta que exigiu de mim bastante reflexão. Ao ouvir como resposta de **Dora**, 34 anos, mãe de uma menina de 05 anos e de um menino de 07 anos, numa manhã quando conversando informalmente com um grupo de mulheres, na antessala do CRAS/Leste: “*uai, bolsa é coisa de mulher, não de homem*”. Se o objeto bolsa é mesmo coisa de mulher, com relação ao benefício do programa cabia a reflexão - será?

Comecei a me perguntar sobre o impacto do recebimento dos valores em dinheiro pelas mulheres, “*donas do cartão*”, e das possibilidades de decisões que efetivamente possuem para definir onde os recursos serão investidos. Logo se evidenciou a impossibilidade de se efetivar na prática as intenções dos idealizadores da política social, ao eleger a mulher dentro da família como aquela que fará “uso mais apropriado dos recursos” (STAL, 2002,

p.4).

Esta visão romântica da figura da mulher/mãe desconsidera as dinâmicas familiares encontradas nos grupos populares, onde as relações são hierárquicas, complementares e nem sempre harmônicas (FONSECA, 2004). Uma coisa é ser beneficiária preferencial do recurso, outra é poder decidir como este recurso será utilizado, posto que não há garantias efetivas de que as mulheres/mães poderão alcançar este objetivo.

A literatura antropológica que estuda as dinâmicas familiares dos grupos populares, especificamente as que analisam as categorias trabalho e honra entre este extrato social (FONSECA, 2004; ZALUAR, 1985), destacam que, quando o assunto são as necessidades familiares, as decisões são grupais, repleta de tensões, onde a mulher-mãe não é a palavra decisória final, mas encontra-se presa a muitas lógicas conflitantes.

As famílias analisadas apresentaram dinâmicas que jogam por terra a possibilidade da mulher decidir sozinha sobre a utilização dos valores que recebe do PBF, seja porque submetida à autoridade do marido, seja porque tendo uma casa com despesas fixas (água e luz, principalmente) estes recursos, por serem *“fixos e certos”*, são com frequência destinados ao pagamento dessas contas, priorizando as necessidades coletivas do grupo familiar, seja porque se disputa a gerência desses recursos com seus consanguíneos – filhos, filhas, netos.

Para ilustrar, apresentamos a situação vivida por **Quênia** e **Uldalina**, moradoras de uma área de invasão que concebem de maneira diferente os recursos que recebem do PBF, mas vivenciam basicamente as mesmas possibilidades de decidir como o dinheiro será gasto.

Quênia, 46 anos, mãe de Lucas 09 anos e Jéssica de 15 anos, considera que não via necessidade de recorrer ao benefício, e resistiu muito, mas *“a agente de saúde insistiu tanto”*, e ela decidiu se cadastrar. Recebe o valor de R\$112,00 há um ano, e esse dinheiro é entregue ao marido, **Tarcísio**, 42 anos, porque *“ele faz as compras e paga as contas da casa”*. Quando insisto em saber se ela não gostaria de poder gastar o dinheiro com outras coisas, ela me reafirma que *“não me falta nada, o Tarcísio pode manter a casa”*, além do mais, considera *“um trabalhão”* cuidar das condicionalidades previstas pelo programa: *“você tem que ficar andando de um lado para outro pra mostrar que pesou, que o filho está na escola, que você precisa. Você não ficou sabendo da confusão que deu por causa da mudança da Jéssica? Eu, se for bloqueada de novo, nem ligo!”*. Refere-se às duas vezes em que precisou ir até o CRAS/Leste para regularizar seu cadastro, quando Jéssica mudou-se para a casa da tia paterna, no Rio de Janeiro, para ajudar nos cuidados de uma criança recém-nascida. Mesmo tendo informado sobre a alteração na configuração familiar, o cadastro não foi modificado, e necessitou novamente recorrer à unidade para resolver o problema.

Seu marido possui outra visão sobre o benefício que recebem. Este recurso é percebido por ele como uma “ajuda importante” e o destina para as despesas fixas da casa (água e luz), e assim estas podem ser pagas em dia: “antes era um sufoco danado pra pagar em dia, subiu muito. Nunca sei quanto vai vim na conta. Com o Bolsa Família eu posso contar e pago em dia.”. **Tarcísio** me disse que é ele quem insiste para que a esposa cuide das condicionalidades, porque por “ela perdiam essa ajuda”.

Atualmente, ele trabalha com sua carteira assinada, mas me relatou as dificuldades que teve para arrumar este emprego, em Juiz de Fora, sendo necessário sair de sua cidade natal, Rio de Janeiro e “vim tentar a vida aqui”. E também de outros trabalhos que tinha “sem segurança nenhuma”, referindo-se às outras atividades que realizou sem carteira assinada.

Na vivência desse casal, os papéis conjugais estão definidos de maneira bem tradicional: **Quênia** cuida dos filhos e da casa, e ele é o “provedor”. Alba Zaluar (1985), no seu estudo sobre os moradores de uma favela no Rio de Janeiro, afirma que o trabalho é uma atividade positivamente reconhecida pelos trabalhadores, visto que está intimamente ligada com o valor que a família possui e com a possibilidade de mantê-la. Porém, destaca que o valor moral não se refere à atividade realizada como algo instrumental que se liga a ética do provedor, onde o sustento da família é esperado dos homens, independentemente de sua relação com o mundo formal do trabalho.

O recurso do programa é visto como uma “ajuda importante” pelo marido, já que é “certo” e pode ser usado para pagar as despesas fixas da casa, e pela mulher como um recurso que “não faria tanta falta”. Assim, o fato do benefício ser pago em dia certo, equivale a um “salário fixo” recebido pela mulher, mas que não garante a ela a gerência dos mesmos, nem a fará se sentir empoderada por ele.

Uldalina, 46 anos, reside com seus dois “filhos homens”, uma criança de 05 anos e um adolescente de 15 anos, recebe como benefício o valor de R\$112,00, há três anos, tem um companheiro, **Darci**, 48 anos, que “só aparece de vez em quando”, não é o pai de seus filhos e não mora na mesma casa que ela. Atualmente, **Uldalina** trabalha como diarista e me diz que já trabalhou como doméstica, mas “há muito tempo não arruma mais emprego com carteira assinada”, atribuindo isso a sua idade.

Vivendo “sozinha com os filhos”, seu “salário” no valor de R\$200,00 mensais, como diarista, é utilizado para as despesas com alimentação e transporte, sendo o benefício do programa destinado para quitar as contas de água e luz. Para **Uldalina**, o benefício também é visto como “uma ajuda importante” e que serve para quitar as “despesas fixas da casa”.

Segundo me informou: *“Eu reservo esse dinheiro pra pagar água e luz, senão corta. Ajudar ajuda, mas, que é pouco é pouco. Tinha que ser um salário. Aí, eu fazia a festa e, viveria mais tranquila”*.

Os baixos valores oferecidos pelo programa são destacados com frequência pelas mulheres, principalmente se ela não pode contar com um marido que ganhe um salário e a ajude nas *“despesas mais pesadas da casa”*. **Uldalina**, por exemplo, por não ter um *“relacionamento direto”* com **Darci**, não considera que ele deva se responsabilizar por nenhuma despesa de sua casa, apesar de ele sempre *“aparecer com alguma coisa”*. Ela informa: *“ele sempre aparece com alguma coisa, traz leite, pão, às vezes uma verdura, ajuda com o que pode, mas eu não cobro nada dele não. Num te falei que meu relacionamento com ele não é direto”?*

Onde fica então o poder de decidir com o que será gasto o dinheiro? Se uma casa possui despesas fixas e o recurso oferecido pelo programa, pelo fato de ser pago em dia, garante o pagamento dessas despesas, que margem resta para decisões ou empoderamento?

A família de **Zulmira** apresenta uma dinâmica conjugal diferente. Nesta família, Jorge, seu marido, é quem se ocupa dos cuidados dispensados à filha. **Zulmira**, 36 anos, trabalha como doméstica e possui carteira assinada. Seu marido, **Jorge**, 38 anos, está desempregado há três anos e faz *“uns bicos”* nos finais de semana quando toma conta de carros numa rua no centro da cidade. Vivem com três filhas e recebem R\$122,00 do programa. O orçamento da casa foi racionalmente dividido da seguinte maneira: O salário de **Zulmira** é gasto nas compras do mês e despesas fixas (água e luz), o dinheiro de **Jorge** *“varia muito”*, mas com ele se compra as *“coisas do dia a dia”* (leite, merenda, verduras) e o recurso recebido pelo programa fica para pagar as prestações dos móveis que **Zulmira** comprou nas Casas Bahia. Ela me disse com alegria que o benefício do programa *“é sagrado”*, porque garante seu crédito. Com este dinheiro, o casal já comprou camas para as filhas, uma máquina de lavar, está pagando os móveis do quarto do casal e pretendem comprar, *“assim que terminar a prestação, uma mesa e um fogão para a cozinha”*.

Quando perguntei a **Zulmira** se foi ela quem decidiu usar o dinheiro desta forma, ela me respondeu *“se eu não pensar no nosso conforto, como é que fica?”* E eu insisti, pretendendo ter uma resposta mais completa: como fica? Ela então, pensativa, disse: *“fica mais difícil, mesmo se o Jorge trabalhasse de carteira assinada seria difícil. Porque quem ia ficar com as crianças”?*

Para dar conta das obrigações inerentes ao seu papel social, **Zulmira** sabe que deve empregar o dinheiro no bem-estar da família. Isso já está definido pelas expectativas

sociais. Neste núcleo doméstico, as circunstâncias de desemprego prolongado de **Jorge** fizeram com que o homem se envolvesse mais com as “*coisas da casa*”, já que é ele quem cuida de levar as filhas ao médico e participa das reuniões na escola. Contudo, o cartão está no nome da mãe.

Ele frequentemente recebe críticas por estar desempregado e “*dentro de casa*”, e sua mulher também, algumas vezes, não é considerada “*boa mãe*” aos olhos dos agentes sociais “*porque ela nunca aparece para saber sobre a educação dos filhos*”, ou para dizer quantos graus de febre a filha teve à noite, já que “*tem coisas que só uma mãe sabe informar*”.⁸⁴

Importante destacar que, durante a observação, nunca vi **Jorge** realizando qualquer tarefa doméstica. Ele se ocupava de dar ordens às filhas para que realizassem os afazeres domésticos. No início da pesquisa, enquanto as meninas cuidavam dos afazeres, ele ficava conversando comigo. À medida que os contatos foram se prolongando, ele ficava assistindo televisão no quarto do casal, ou sentado no portão de casa e de lá mesmo gritava com as filhas: “*já varreu a cozinha, Valéria*”? **Valéria** tem onze anos, **Nicolle** tem 09 e **Ariadna** tem 05 anos. As filhas queixavam-se entre si das ordens dadas pelo pai, mas, mesmo com caretas e cochichos, cuidavam das roupas, das vasilhas da cozinha, da varrição da casa e do quintal.

Nas famílias onde a mulher se responsabiliza pela aplicação dos recursos, percebe-se que estes são destinados, principalmente, para a compra de gêneros alimentícios, pois a insegurança com a “*falta de comida*” é permanente. Uma das principais preocupações das mulheres, no momento das entrevistas, era me assegurar sobre o bom uso que faziam dos recursos recebidos do PBF.

No início das entrevistas, ouvia sempre as mesmas informações: “*eu compro cadernos, lápis, chinelos para as crianças, e roupas.*” À medida que os laços iam se fortalecendo, elas confessavam: “*bem na verdade, eu não compro chinelos para as crianças todo mês...*”. Atribuí esta preocupação em informar que o dinheiro é gasto com as necessidades dos filhos, como efeitos da propaganda realizada pelo governo, na época de lançamento do Programa Bolsa-Escola, e que teve grande repercussão na mídia.

Para a divulgação do Programa Bolsa-Escola, lançado em 2001, a propaganda na mídia televisiva contou com a participação da atriz Paloma Duarte. Naquela época, essa atriz desempenhava, na novela Porto dos Milagres, exibida pela Rede Globo de Televisão, o papel

⁸⁴ As falas em aspas são afirmações feitas por uma ACS entrevistada, onde ela definia as funções que ela considera como importantes para que as mulheres possam ser consideradas como “*boa mãe*”.

da professora Dulce, que no roteiro ficcional apoia uma “uma comunidade pobre e explorada”. Em todos os anúncios televisivos, a atriz aparece acompanhando e ensinando as mães a melhor maneira de empregar bem os recursos recebidos e a garantir que seus filhos não falem às aulas. Em toda publicidade do programa federal, verifica-se a existência de uma articulação sincronizada entre o papel que cabe à “professora” na disseminação de um discurso sobre a “boa” maternidade, deixando clara a importância da mulher para o efetivo sucesso da política pública (KLEIN, 2007).

Quando o programa federal considera a mulher como figura preferencial dentro da família, reforçando seu tradicional papel de gênero como responsável pelos “assuntos da casa”, ressalta o modelo que considera o homem como provedor. Ocorre que os homens estão impossibilitados, pela precariedade de seus postos de trabalho, de exercer este papel, e parecem destinados a viver uma suposta invisibilidade no interior da família. Os grupos domésticos que fazem parte deste estudo permitem a constatação de uma grande variabilidade de dinâmicas familiares, onde os homens aparecem de alguma forma, “circulando”, mas vinculados a uma família. Se não pode ser o provedor, ocupa o lugar de autoridade e respeito – apresentando-se como um protetor (SALEM, 2006; FONSECA, 1987; ZALUAR, 1985).

Optamos, assim, por utilizar a denominação “*lar-sem-marido/pai-fixo*”, empregada por Claudia Fonseca no seu texto **Aliados e Rivais na Família: conflito entre consanguíneos e afins em uma vila portoalegrense** (1987), ao invés de utilizarmos o termo “mulher chefe de família”, mais comumente usado na literatura. Essa denominação pretende abarcar as dinâmicas familiares onde “predomina a unidade conjugal patriarcal. No caso, esses lares representam uma fase transitória entre duas uniões conjugais, são pequenas unidades precárias, não auto-suficientes, desmanteláveis pelo casamento (em geral iminente) da mulher/mãe”. Isso significa compreender estas famílias não como “desestruturadas”, com a figura masculina definida como a imagem do “pai ausente”, mas a grande instabilidade conjugal faz emergir um sistema onde predominam as relações entre consanguíneos, “relativamente estável, auto-suficiente e matricentral onde a presença esporádica de companheiros sexuais não modifica a organização fundamental do grupo” (FONSECA, 1987, p. 3).

Assim, as contribuições desta autora indicam que, ao se mudar o foco da análise da conjugalidade para a consanguinidade, observa-se a ocorrência de um maior destaque dado ao papel masculino nesses grupos domésticos e não sua ausência, uma vez que irmãos e filhos também desempenham esta função.

Russell Parry Scott, no seu estudo sobre **Mulheres Chefes de Família:**

abordagens e temas para políticas públicas (2002), afirma que as mulheres se apresentam como chefes de família, na maioria das vezes, quando seu parceiro encontra-se ausente do núcleo doméstico, acontecendo o contrário com os homens que se reconhecem chefes na “*efetiva presença de esposa e filhos*” (SCOTT, 2002, p. 2).

Assim, este autor reconhece que o assunto “mulher chefe de família” precisa ser estudado em suas particularidades, na diversidade de sua ocorrência e implicações, principalmente porque, para os grupos populares, o que ocorre é uma complementaridade diferenciada pela idade e pelo gênero. E afirma que “são os próprios espaços públicos que promovem esta diferenciação”, ressaltando que ao se estudar a família é preciso se considerar ao menos duas perspectivas, uma na qual o grupo doméstico se apresenta “solidário, de aliança e reciprocidade”, apoiando todos os membros, e outra, que precisa simultaneamente considerar a família com uma “malha de poder”.

Considerando os diferentes argumentos que definem a mulher chefe de família, colocando-a, por um lado, como vitimizada, dentro de uma estrutura desigual e injusta, ou outro que a considera esperta, uma vez que afasta homens encenqueiros e improdutivos do convívio doméstico, o autor ressalta que, independentemente da vertente que se escolha, o importante é considerar que este fenômeno social implica em novas demandas para o Estado (SCOTT, 2002, p. 4).

3.7. A Invisibilidade Masculina e o discurso da solidão

As políticas públicas que elegem a família como seu foco de atenção, nesta dissertação, tanto a que se desenvolve na área da assistência social quanto na de saúde, destacam a figura feminina, em geral a mulher-mãe, como a responsável direta pelos cuidados com os demais membros do grupo familiar. Muitas vezes, por desconsiderar as reais possibilidades das mulheres-mães exercerem influência na decisão final dos grupos domésticos, esta “*centralidade na mulher*” contribui para reforçar o cumprimento de seu tradicional papel de gênero como mantenedora da unidade familiar e colocar os homens como invisíveis dentro da família.

Enquanto acompanhava as famílias que este estudo descreve, percebi que os homens são pouco participativos. Não somente pela reduzida presença deles nas antessalas das duas instituições aqui mencionadas – CRAS/Leste e UBS de Linhares, mas também nos momentos em que eu estava em suas residências e eles chegavam. Em uma tarde, quando cheguei à casa de **Beatriz**, 52 anos, beneficiária do programa federal há um ano, seu marido

Willian, de 54 anos, pedreiro, depois de me cumprimentar, disse para sua mulher: *“vou lá no botequim para deixar vocês conversarem mais sossegadas esses assuntos de mulher”*. Não adiantou argumentar que seria muito bom se ele quisesse participar das nossas conversas, ele se foi.

Em outras situações, também se evidenciou o pouco interesse dos homens em se envolver com os assuntos referentes às políticas públicas, seja na resolução de algum problema para o recebimento dos recursos, como mencionei no caso da família de **Denise**, em que seu marido não compareceu ao CRAS/Leste, deixando para ela a responsabilidade de resolver a pendência quando seu resguardo terminou, seja para eles próprios quando precisam. Era frequente encontrar as mães, as esposas ou irmãs e, algumas vezes, as tias se encarregando da marcação de consultas na UBS de Linhares para os homens de sua família.

Na visão das mulheres, os homens não têm paciência para lidar com os espaços institucionais. **Cláudia** relata que, se deixar por conta do seu marido, **Heleno**, nada se resolve. Foi ela quem o acompanhou às perícias médicas quando ele ficou impossibilitado de trabalhar depois que quebrou a perna em uma queda do andaime, também foi ela quem cuidou para que ele fizesse todas as sessões de fisioterapia, que para serem marcadas demoravam dias e exigiram *“muita paciência”* de ir à UBS de Linhares negociar os encaminhamentos para que o tratamento pudesse ser realizado.

Quando tentei saber de **Heleno** o que ele acha sobre as colocações de sua mulher, ele me disse: *“é muito difícil ir nesses lugares. Só tem mulher. Um monte de mulher falando e eu lá no meio daquela mulherada?”* Outro motivo informado por ele se refere ao horário de funcionamento das instituições e das reuniões que são marcadas no horário de expediente, impossibilitando que os homens que trabalham possam frequentá-las.

Na opinião de **Jorge**, que, como informado, ocupa-se de frequentar as reuniões na escola das filhas, *“participar das reuniões é bom porque a gente aprende muito sobre as coisas dos filhos da gente, mas seria bom se falassem de outros assuntos também. Coisas que o bairro precisa – luz, asfalto nas ruas, lixo espalhado, essas coisas.”* Deixando claro que gostaria que os assuntos nestes espaços fossem mais diversificados e não somente que se referissem aos cuidados que devem ser dispensados aos filhos, ele afirma: *“parece até que a gente não sabe cuidar dos filhos da gente. Isso a gente aprende com os pais da gente. Se eles falassem de outros assuntos ia ser mais interessante participar, tem dia que me dá sono e muitas vezes eu saio no meio da reunião”*.

Retomando as contribuições de Santos (2006), as mulheres consideram os homens como *“inábeis”* para conduzirem as negociações com as instituições estatais. Além disso, a

autora defende que outros mecanismos são acionados pelas mulheres e parecem facilitar o atendimento de suas solicitações:

[...], ou seja, sensibilizar os policiais no sentido de que os homens têm uma família e que cabe às mulheres zelar pelo cuidado masculino e, além disso, envolvendo a manipulação da imagem feminina da ingenuidade, baseado numa percepção de que as mulheres seriam frágeis e indefesas (SANTOS, 2006, p. 342).

Estas considerações parecem se ajustar às dinâmicas vivenciadas pelas mulheres beneficiárias do PBF acompanhadas neste estudo, pois, ao se apresentarem como mais habilidosas para as negociações com o CRAS/Leste e em outras instituições, reconhecem que a importância atribuída à figura da mulher que, não podendo contar com o apoio de um homem-marido-pai, “*cuida sozinha*” dos seus filhos. Esta imagem sensibiliza os agentes do Estado. Ficou evidente a forma diferenciada e o tipo de acolhimento oferecido às mulheres que compõem este grupo. Existe uma valorização especial que pode ser percebida nos discursos, que afirmam: “*coitada cuida sozinha dos filhos*”, “*trabalha fora e ainda se responsabiliza pela família*”, “*cadê o marido? Sobrou pra ela ficar sozinha com as crianças*”, “*homem não quer saber de nada, ela é dona da casa e das responsabilidades*”. O contexto das entrevistas que realizei com os ACS e que permitiram extrair estas falas envolvem momentos diferentes da pesquisa.

Nas conversas observadas na antessala do CRAS/Leste, foi sempre recorrente a presença de discursos que colocam a mulher como “*corajosa*” e “*forte*” ao assumir a responsabilidade do lar “*sozinha*”, produzindo o que denominei como *discurso da solidão*.

Como procurei argumentar até aqui, as mulheres que se dirigem às instituições estatais para terem acesso aos benefícios das políticas sociais se consideram mais aptas que os homens para agilizarem marcações de consultas, exames, realizarem cadastros, participarem de reuniões na escola de seus filhos, ou ainda para sensibilizarem as pessoas e outras instituições assistenciais sobre as dificuldades e necessidades que ela ou seu núcleo familiar possuem. Para isso, reconhecendo que a imagem da *mulher só* é valorizada pelo senso comum e também pelos agentes do Estado, procuram ressaltar em suas falas situações de abandono e as precariedades masculinas.

Mas longe disso significar que os homens não estejam nestes núcleos domésticos, ou seja, que os homens estejam destituídos de um lugar nestas famílias; o que constatei é que apesar da ausência supostamente atribuída a eles os homens estão lá. Não da forma idealizada pelo modelo tradicional de família, nem cotidianamente, como nos extratos médios de nossa

sociedade, nas famílias pesquisadas, eles estão “circulando” e, se não como provedor principal destas, aparecem como um protetor (SALEM, 2006; FONSECA, 1987; ZALUAR, 1985).

Segundo vimos em Fonseca (1987), neste segmento social, os laços de consanguinidade são mais importantes e fortes que os laços da conjugalidade, e que este giro analítico faz ressaltar a figura masculina dentro destes núcleos familiares. Ela ressalta que a reciprocidade entre irmãos e irmãs representa um significado particular. Os irmãos são importantes aliados consanguíneos para a segurança contra os excessos do marido, pois: “*por causa dos músculos ou do simples prestígio masculino, espera-se que a presença de consanguíneos homens atenua a autoridade quase absoluta exercida por um marido sobre sua esposa*”. Desta forma, o eventual homem-marido precisa respeitar certas regras instituídas pela consanguinidade (FONSECA, 1987, p. 100).

Já as mulheres (irmãs), mesmo competindo com as possíveis esposas, oferecem em troca aos irmãos ou a seu pai o cuidado via “tarefas femininas”.

Enfim, as consanguíneas disputam com as esposas a execução de pequenos serviços secretariais e administrativos: ir até o posto de saúde para conseguir remédios gratuitos, despachar documentos administrativos (certidão de estado civil, carteira de INPS, etc.) consultar o advogado para obter *habeas-corpus*, etc. O homem, mostrando uma verdadeira repugnância por este tipo de atividade aprecia a mulher que age em seu lugar (FONSECA, 1987, p. 101).

Outro ponto que precisa ser ressaltado é que este estudo encontrou elementos bastante próximos dos apresentados por Fonseca (1987) no que se refere à idade das mulheres e a relação estabelecida com a figura masculina, sejam filhos mais velhos ou maridos. Segundo a autora, as mulheres mais velhas apresentam-se sem marido fixo, mas a presença masculina é mantida pela relação com os filhos. Já as mulheres mais jovens, ainda no período reprodutivo, almejam uma relação conjugal que permita adquirir “o status de mulher casada”.

Pretendendo ilustrar estas dinâmicas, apresento duas famílias onde o figura masculina circula, mas, longe de significar ausência, revela uma importante contribuição para que as mulheres possam cumprir suas funções para com o ambiente doméstico.

Enquanto acompanhava a família de **Josefa**, 48 anos, surpreendi-me com o fato de ela ter “*dois maridos*”. Nos primeiros dias em que estive observando a dinâmica de sua família, era frequente encontrar somente ela e seus dois filhos, uma menina de 08 anos e um menino de 09 anos. **Josefa** recebe o benefício do programa federal há dois anos, no valor de R\$112,00. A casa onde mora possui precária estrutura física, com apenas dois cômodos, muito escuros, de chão cimentado, onde vários móveis com aspectos muito velhos servem de

apoio para várias peças de roupas e outros objetos de cozinha. **Josefa** estava muito feliz quando comecei a observação participante em seu lar. Acabara de conseguir um banheiro para sua casa. O que chamou minha atenção foi a forma como ela conseguiu tal feito.

Ela tem um vizinho, e este comprou um carro. Seu terreno não permitia que ele construísse uma garagem para o veículo, então ele propôs uma troca para **Josefa**: se ela cedesse parte do seu terreno para ele fazer uma garagem, ele construiria um banheiro para ela. Assim procederam, e o banheiro era a alegria da família, pois antes dele as necessidades fisiológicas eram feitas no quintal ou na bacia de plástico. Durante muitos dias, sua conversa girava em torno do banheiro, todas as vezes que chegava a sua casa me mostrava a peça nova e falava sobre sua intenção de melhorar a cozinha e o quarto, o outro cômodo onde dorme com os filhos. À medida que nossa relação foi ficando mais constante, ela me confidenciou ter “dois maridos”. O pai de seus filhos, o **Orlando**, 48 anos, havia saído de casa, “há quase um ano”, por causa “de safadeza de mulher”, mas há dois meses ele “pediu para ver as crianças e foi ficando”.

Neste intervalo em que **Orlando** esteve fora de casa, morando com sua mãe, em outro bairro, ela conheceu o **Pedro**, 52 anos, que, sendo parente de um cunhado dela, começou a oferecer ajuda, pois sabia que ela estava cuidando dos filhos “sozinha”. Sensibilizado, “ele sempre aparecia com alguma coisa. Não morava aqui não, mas me ajudava muito”. Agora que o pai de seus filhos voltou, **Pedro** não tem ido a sua casa.

Quando me interessei em saber se **Orlando** soube das ajudas oferecidas por **Pedro**, ela me diz que “teve uns boatos”. **Josefa** acha que foi por isso **Orlando** voltou, mas ela não confirmou nada. Na verdade, ele acredita que foi sua irmã quem a ajudou, sendo **Pedro** apenas o intermediário nas ajudas que a irmã lhe enviava. Como esses homens não possuem empregos fixos, **Josefa** achou melhor não informar ao CRAS/Leste no momento do cadastro a ajuda que recebe deles, declarando que mora sozinha com seus filhos.

O fato de omitir a presença das figuras masculinas nos seus lares permite que estas mulheres aumentem consideravelmente as possibilidades de inclusão de suas famílias no PBF, pois servem para reforçar a visão que estes profissionais possuem sobre as “dificuldades de criar os filhos sozinhas”, além de servir também para receber qualquer tipo de apoio, pois está subentendido que estes domicílios fazem parte da categoria “família desestruturada” (FONSECA, 2005).

Outra situação encontrada em campo e que ilustra bem a opção de invisibilizar os homens nas famílias é vivenciada por **Frida**, 48 anos, que já foi “casada” duas vezes. **Silas**, 52 anos, seu primeiro marido, com quem se casou “de véu e grinalda”, faleceu cinco anos

após o casamento, deixando-a “*com dois filhos pequenos*”. Conheceu **Arnaldo**, 60 anos, e com ele teve mais cinco filhos. Os filhos do primeiro casamento foram deixados com sua mãe, pois, como moravam com ela, achou que sua mãe sentiria muita falta das crianças, já que o casal se mudou para Uberlândia.⁸⁵

A união durou quinze anos, e eles romperam devido às constantes brigas entre seu companheiro e os filhos adolescentes. Atualmente, **Frida** é beneficiária do PBF, recebendo o valor de R\$112,00 por dois filhos que ainda vivem com ela, informando-me que sua inclusão no programa foi conseguida “*depois de muita insistência*”. Como dois filhos, adultos, residem com suas famílias em sua casa, a renda deles era computada à sua aposentadoria, e impedia que ela atingisse o limite de renda exigido pelo programa. Depois de muitas tentativas, “*descobriu*” que se os “*filhos homens*” fossem omitidos de sua família ela teria mais chances ao benefício.

Esta “*descoberta*” foi feita enquanto ela conversava com uma vizinha, **Meire**, que vivia situação parecida com a sua, ou seja, estava tentando há muito tempo se cadastrar no PBF sem sucesso. Quando o filho mais velho de **Meire** se “*casou*” e foi morar em uma casinha construída nos fundos da casa dela, ela estava mais uma vez tentando o cadastramento no PBF. Ao apresentar a nova configuração de sua família (quem mora na casa?) conseguiu realizar o cadastramento. Ao contar para **Frida** o ocorrido, compreenderam que a “*ausência*” de determinados membros, principalmente daqueles que possuem renda, pode facilitar o recebimento do benefício.

Frida, então, resolveu tentar. Dirigiu-se, na época, ao centro da cidade, onde o cadastramento era feito, antes da instalação do CRAS/Leste em Linhares, e informou que residia “*sozinha*” com os dois filhos, **Eunice**, de 11 anos e **Guilherme**, de 15 anos. Desta vez, o cadastramento foi realizado sem maiores dificuldades e, após seis meses, recebeu o cartão para o recebimento do benefício. A presença de Cristiano, 29 anos, que trabalha como vigia em uma loja no centro da cidade, não foi repassada ao CRAS/Leste.

Não é minha intenção negar as dificuldades vivenciadas pelas mulheres que não podem contar com a ajuda financeira de um marido-pai em suas vidas, mas procuro argumentar que algumas mulheres compreendem a necessidade de invisibilizar os homens. Seja por que eles não possuem uma estabilidade no emprego, colocando os familiares em constante vulnerabilidade; seja por que o discurso da solidão faz eco à imagem esperada da

⁸⁵ Fonseca (1987) afirma que “o recasamento representa uma ruptura ainda maior que a separação conjugal, pois é nesse momento que ela não somente mudará de casa; mas também, muitas vezes, será obrigada pelo novo companheiro a se livrar dos filhos nascidos em leitos anteriores” (FONSECA, 1987, p.142).

mulher que “*cria sozinha os filhos*”.

Como se vê, a análise bibliográfica privilegiada para sustentar este capítulo foi buscada dentro do viés antropológico, onde se destacou a tese de que a categoria “*família*” tem grande peso em todas as camadas da população brasileira. No entanto significa coisas diferentes dependendo da categoria social (DUARTE, 1986; FONSECA, 2005), sendo necessário diferenciar as dinâmicas vivenciadas pelas famílias, levando-se em consideração a classe social a que se refere.

Não é possível, portanto, desconsiderar todas essas vivências familiares e, principalmente, que a “centralidade na mulher” feita pelas políticas públicas, via PBF, acaba por dificultar, ainda mais, uma possível equidade entre homens e mulheres nos grupos populares, uma vez que reforça os tradicionais papéis de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas dificuldades surgiram ao longo da pesquisa de campo, diante da necessidade de desenvolver um ponto de interlocução entre os diferentes discursos e as práticas captadas que me possibilitasse descolar da lógica do individual para o coletivo. Como mencionei na abertura desse trabalho, até pouco tempo desenvolvia minhas práticas de intervenções e carecia de um olhar mais ampliado que pudesse acolher as diferentes realidades encontradas. Nesse período, era frequente pensar cada caso como sendo único.

Porém, para o fazer antropológico, é exatamente esta pluralidade de vivências, os discursos articulados, as contradições e os imponderáveis, situados num contexto histórico e social, que não nos permite considerar “cada caso como um caso”. Fonseca (1999) adverte:

Cada caso é um caso" é uma expressão que, em muitas situações, vem a calhar. Mas meu temor com seus excessos deve estar-se tornando mais claro. "Cada caso é um caso" justifica a rejeição de soluções pré-fabricadas. E então? O que vem depois? Com quais instrumentos vamos tentar apreender e compreender a realidade diante de nós? Com a intuição pessoal de cada um? É o que temo, pois essa intuição — que tende a chegar na forma de vagos princípios universalizantes — é muitas vezes o que mais garante o massacre simbólico do "outro". Resgata-se sua particularidade psicológica (enquanto indivíduo *sui generis*), mas às custas de sua realidade enquanto membro de um grupo social com valores possivelmente bem diferentes dos do pesquisador (p.62 e 63).

Assim, foi se evidenciando a necessidade de compreender todo o universo da pesquisa não como partes isoladas umas das outras (individualismo metodológico), mas como um todo cujas partes estão em constante interação. É exatamente as confluências de discursos, práticas e vivências dos diferentes personagens, com suas coerências e incongruências, que possibilitou pensar nas relações de maneira sistêmica.

É no intuito de descobrir a relação sistêmica entre os diferentes elementos da vida social que os etnógrafos abraçam a observação participante — para tentar dar conta da totalidade do sistema. Acreditam que é através desse prisma que a experiência pessoal de cada indivíduo assume um sentido (FONSECA, 1999, p.63).

Via observação participante, procurei apresentar a polifonia encontrada e os desafios de se instituir, em solo brasileiro, uma política pública na área da assistência social que possa atender às necessidades da grande parcela de nossa população que é deixada “às margens”, sem exigências de comprovação da carência, mas seguindo a lógica do direito (CASTEL, 1998).

Argumentei que, se historicamente a assistência social se manteve vinculada às práticas de benemerência, tanto do Estado quanto de instituições religiosas e privadas, hoje

está inscrita nos textos normativos de nosso país como direito do cidadão e dever do Estado. Esta nova forma de se conceber a Seguridade Social Brasileira, sem dúvida alguma, representa um avanço no que diz respeito aos direitos sociais. Contudo, percebe-se que a efetivação do direito à assistência social mantém a distinção entre necessitados e não necessitados, entre os que conseguem satisfazer suas necessidades e de suas famílias, via mercado de trabalho e, aqueles que dependem não só dos benefícios que recebem do Programa Bolsa Família, como também da ajuda ofertada pelas instituições não governamentais e pessoas movidas pelos sentimentos de solidariedade.

Procurei apresentar os conceitos basilares da Política Nacional de Assistência Social (2004), “*territorialização*” e “*família referenciada*”, e como estes se relacionam, apontando as diferentes possibilidades que as instituições CRAS/Leste e UBS de Linhares, bases empíricas deste estudo, possuem para o levantamento de dados sobre o território e as famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade. Foi dada ênfase à presença dos agentes comunitários de saúde na UBS de Linhares, que, funcionando como um elo entre usuários e equipe de saúde, favorece a execução das ações. O contato mais próximo, constante e dinâmico entre agentes comunitários de saúde e a população favorece o reconhecimento do território, seja pelo fato de residirem no próprio bairro, seja pelo acompanhamento sistematizado dos fenômenos que incidem sobre o espaço físico e a vida das pessoas.

Além disso, procurei apresentar os principais atores, seus procedimentos, as negociações, conflitos e reciprocidade vivenciados desde os primeiros contatos em campo. Foram destacadas as dificuldades encontradas pela equipe multiprofissional da unidade CRAS/Leste, com as indefinições da política municipal, que gerava uma rotatividade de profissionais e dificultava a construção de uma rede socioassistencial; a extensa área de abrangência do Centro de Referência, que atende a 16 bairros, além do bairro Linhares; a falta de um agente social que possa funcionar como elo entre os profissionais que ali atuam e os moradores. Tais situações parecem ser dificultadores para um efetivo exercício de todas as atribuições previstas para a unidade.

Como o foco central deste estudo era compreender a opção do Estado pela “centralidade na mulher”, em um programa federal que se propõe a atender a família, pode-se perceber que ainda permanecem atuantes os discursos que mantêm a família como elemento estruturante da sociedade. Assim sendo, o ideal de proteção à infância e a intenção de se combater a pobreza se aliam e contribuem para reforçar as representações que mantêm a figura feminina vinculada a papéis tradicionais de gênero.

Também procurei salientar o equívoco cometido por alguns agentes do Estado que

se referem a um protótipo de “família desagregada”, pois tomam como base um modelo de família nuclear burguesa, onde a tríade pai-mãe-filho é compreendida como ideal possível de ser vivenciado por todas as camadas de nossa sociedade. Desconsideram, portanto, outras possibilidades de configurações familiares, ainda que a diversidade de famílias e suas diferentes dinâmicas estejam inscritas no texto da Lei.

Assim, busquei mostrar sub-repticiamente que, apesar dos pesares, o Estado vem dialogando com os especialistas e estudiosos e incorporando algumas categorias desvendadas nas ciências humanas e sociais, como, por exemplo, *a mulher chefe de família* (SCOTT, 2005). É interessante o Estado se sensibilizar com as práticas dos grupos populares, incorporando em seus textos as contribuições dos estudiosos que apontam para a diversidade de Famílias Brasileiras, posto que isto é bem melhor que não reconhecê-las. Mas o diálogo com a academia ainda é repleto de mal entendidos, talvez porque a produção acadêmica, sem preocupação com a aplicação, está em constante revisão.

Além disso, percebe-se que a execução das políticas públicas é influenciada pelo *ethos* de classe dos agentes do Estado, o que dificulta sobremaneira o exercício de alteridade (FONSECA, 2006). Ressalto especificamente o modelo de família que o PBF pretende atender. Ainda que incorporadas nos textos oficiais as possibilidades de diversidades de famílias, o que prevalece, na prática, é a concepção de família onde a mulher-mãe se ocupa dos cuidados de seus filhos. Esta opção estatal naturaliza as relações de gênero dentro de uma política pública que não promove os sujeitos, mas mantém uma faixa de subsistência, inserindo-os em uma faixa de consumo precária, não sendo propositivo com as questões de desigualdade que aparecem na cultura.

Desconsiderando as lógicas de organização familiar dos grupos populares como legítimas, em que as crianças são “criadas” por avós, tias, madrinhas e até vizinhos, estas são deixadas fora do PBF. Ou seja, uma criança que esteja em “circulação”, vivendo fora da lógica familiar moderna, como nos mostrou Fonseca (1985), não será reconhecida como beneficiária do programa, pois a mãe deve ser a responsável por sua prole, impedindo que as mães e pais de criação sejam reconhecidos como família.

Considerações também foram feitas sobre a importância da força simbólica do modelo patriarcal, ainda hoje dentro dos grupos populares urbanos, onde o título de “provedor” e o lugar de autoridade são destinados ao homem. Pois, mesmo que a mulher seja tomada pelas políticas públicas como alvo preferencial, as relações de gênero nos grupos populares ainda seguem a lógica da hierarquia, complementaridade e reciprocidade. Assim, a decisão sobre a aplicação dos recursos não cabe exclusivamente à mulher-mãe, mas passa por

um processo de negociações onde o grupo e não os indivíduos decidem (FONSECA, 1995; ZALUAR, 1985; NASCIMENTO 1999).

Se é fato que o Programa Bolsa Família tem permitido às famílias terem acesso a uma renda mínima mensal, se estes recursos são destinados a todo núcleo familiar, e não somente às crianças, procurando romper com o processo intergeracional da pobreza, penso que esforços devam ser empreendidos no sentido de ampliá-lo enquanto política pública universal, dentro da lógica dos direitos inscritos na nossa Lei Maior. Dessa forma, permitiria-se o atendimento das diversas Famílias Brasileiras, sem invisibilizar os homens e não naturalizando o papel da mulher-mãe, reforçando a tradicional divisão sexual do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. H. T. . A Política Social no Governo Lula. **Novos Estudos. CEBRAP**, São Paulo, v. 70, p. 07-17, 2004.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M., FRANCO, S. **Índice de desenvolvimento da família (IDF).** Rio de Janeiro: IPEA, 2003. (Texto para discussão n. 986).

BOTT SPILLIUS, Elizabeth. **Antropologia e psicanálise: uma concordância pessoal.** Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre: Associação Médica do Rio Grande do Sul, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS.** Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa de Saúde da Família.** Brasília: COSAC, 1994.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. **Manuais de legislação Atlas1.** São Paulo: Atlas, 1989.

_____. Presidência da República. **Decreto n° 3.877**, de 24 de julho de 2001, e alterado posteriormente pelo Decreto n°. 6.135 de 26 de Junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Brasília, ano 2007.

_____. Presidência da República. **Decreto n° 5.209**, de 17 de setembro de 2004. Aprova o regulamento do Programa Bolsa Família. Brasília, ano 2004b.

_____. Presidência da República. **Lei n ° 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social – Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

_____. Presidência da República. **Lei n ° 10.836**, de 09 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, ano 2004a.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Assistência Social/SUAS.** Brasília: CNAS, 2005

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia do Gestor/2006.** Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/menu_superior/manuais-e-publicacoes-1>. Acesso em: 22 ago. 2008.

_____. **Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do SUAS.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/suas/>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

_____. **Centros de Referência da Assistência Social.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/suas/>>. Acesso em: 22 de agosto de 2008.

_____. **Orientações Técnicas para os CRAS.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/suas/>>. Acesso em: 22 de agosto de 2008.

BARRETO, Helena M. S.. Crise e reforma do Estado brasileiro. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.

BAVA, S. C. Alcances e limites de programas de renda mínima. In: BAVA S.C. (Org.) **Programas de Renda Mínima no Brasil: impactos e potencialidades.** São Paulo: Polis, 1998.

BEAUVOIR, Simone de; O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEVILAQUA, Ciméa and LEIRNER, Piero de Camargo. Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro. *Rev. Antropol.* [online]. 2000, vol.43, n.2, p. 105-140. ISSN 0034-7701. doi: 10.1590/S0034-77012000000200006.

BILAC, Elisabete Dória. Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil. Notas muito preliminares. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. **Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira.** São Paulo : Loyola, 1995.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. *Estud. av.* [online]. 2009, vol.23, n.66, pp. 7-23. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40142009000200002.

BRITES, Jurema. Afeto, Desigualdade e Rebelião: bastidores do serviço doméstico. Tese de Doutorado [Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

_____. **Atrás dos Bastidores: clientelismo, cidadania e serviço doméstico.** In: FONSECA, Claudia; BRITES, Jurema (Orgs.) *Etnografias da Participação.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

CAMARGO, J. M. A. G.. Mercado de trabalho e dança distributiva. In: José Márcio

Camargo; Fabio Giambiagi. (Org.). *Distribuição de renda no Brasil*. : Paz e Terra, 1991.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1998. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp. 220 pp.

_____. **Sobre o Pensamento Antropológico**. (Biblioteca Tempo Universidade; nº83). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1988.

CARDOSO, Silvia Helena Barbi. **Discurso e Ensino**. 2 ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica/FALE- UFMG, 2003.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia**. In: *Novos Estudos Cebrap*. n. 21, SP, jul/1988.

CASTEL, Robert. **Metamorfoses da questão social**. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

O'CONNOR, J.. **Introdução**. In: *USA: A crise do Estado Capitalista*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

CLASTRES, Pierre. 1988. **A Sociedade contra o Estado: Pesquisas de Antropologia Política**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves. pp. 71-89.

DA MATTA, Roberto. **A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DELEUZE, G. **A Ascensão do Social**, in: “A Polícia das Famílias”, op. cit., pgs. 2 e 3.

DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986, 2ª ed.

DRAIBE, Sonia. M., **Brasil: Bolsa-Escola y Bolsa-Família**, Ernesto Conh y Orlando Franco (coordenadores). *Cadernos de Pesquisas UNICAMP-SP nº.76*, 2006.

_____. **A nova institucionalidade do sistema brasileiro de políticas sociais: os conselhos nacionais de políticas sociais**. Campinas: Neep/Unicamp, 1998.

_____. **Welfare State no Brasil: características e perspectiva**. Trabalho apresentado na ANPOCS, Águas de São Pedro, 1988.

_____. **Cooperação Descentralizada e Redução da Pobreza**, Cadernos de Pesquisas UNICAMP-SP nº.66, 2005.

_____. **Brasil 1980-2000: proteção e insegurança sociais em tempos difíceis**. Anais do Taller Inter-Regional "Protección social en una era insegura: un intercambio sur-sur sobre políticas sociales alternativas en respuesta a la globalización". Santiago de Chile, PNUD/Cenda. 2003.

DUARTE, Luiz F. D.. **Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras**. Revista Brasileira de Ciências Sociais: 1993: 5-19.

_____. **Da Vida Nervosa (nas classes trabalhadoras urbanas)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/CNPq, 1986. 290 p.

_____. **Pluralidade religiosa nas sociedades complexas e religiosidade das classes trabalhadoras urbanas (Três Ensaio Sobre a Pessoa e Modernidade)**. Bol. Mus. Nac. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 41, 1983.

DUMONT, Louis. 1992. **Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações**. São Paulo: EDUSP.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Paulinas, 1989.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As três economias políticas do welfare state**. IN: Lua Nova - Revista de Cultura e Política nº 24. São Paulo, CEDEC, 1991.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Os Nuers**, São Paulo, Perspectiva, 1978.

FAGNANI, Eduardo. **Ajuste Econômico e Financiamento da Política Social Brasileira: notas sobre o período 1993/98**. *Economia e Sociedade*, n.13, p. 155-178, dez. 1999.

FALEIROS, Vicente. P.; **SILVA**, J. F. S.; **SILVEIRA**, R. M. G.; Vasconcellos, Luiz Carlos Fadel de. **A Construção do SUS. Histórias da Reforma Sanitária e do Processo Participativo**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. v. 1. 297 p.

_____. **A Reforma do Estado no período FHC e as propostas do governo Lula**. INESC, p. 35 – 55, 2004.

_____. **A política social do Estado Capitalista: as funções da Previdência e Assistência social**. 8ª Ed. São Paulo, Cortez, 2000.

FONSECA, Claudia. L. W. **Classe e recusa etnográfica**. In: BRITES, Jurema e FONSECA, Claudia. (Orgs) Etnografias da participação. Santa Cruz: EDUNISC, 2006.

_____. **Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica.** Saúde e Sociedade 2005; 14(2):50-59.

_____. **A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA.** Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2), p.13-34, maio-agosto 2004.

_____. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

_____. **Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 10, p. 58-78, 1999.

_____. **Nos caminhos da adoção.** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Preparando-se para a vida: reflexões sobre a escola e adolescência em grupos populares.** Revista Em Aberto, Inep, N. 61 (Educação e Imaginário Social: Revendo A Escola); 144-155.. Revista em Aberto, v. 61, p. 144-155, 1994.

_____. **Aliados e rivais na família: o conflito entre consangüíneos e afins em uma vila portoalegrense,** in: *RBCS*, 20 (2): 88-104, jun.,1987.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. 10^a ed. Rio de Janeiro, Graal, 1992.

_____, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FREUD, Sigmund. (1920). A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher. In: FREUD, S. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1969. vol. XVIII.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos. Rio de Janeiro. Editora Record. 9^a edição, p. 380, 1996.

_____. **Casa Grande e Senzala.** Rio de Janeiro. Livraria José Olympio, 20^a edição, p. 32,1988.

GEERTZ, Clifford. O saber local. São Paulo. Vozes, 1999.

_____. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” IN: Mitos, emblemas,

sinais: Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOMES MCPA, Pinheiro R. Acolhimento e vínculo: práticas de integralidade na gestão do cuidado em saúde em grandes centros urbanos. Interface – comunicação, saúde, educação 2005 mar-ago; 9 (17):287-301.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social Brasileiro e a Articulação Latino-Americana. Revista Temporalis, Porto Alegre, v. Ano 4, n. 7, p. 102-111, 2004.

JARDIM, Marta Denise da Rosa. Negociando Fronteiras entre o trabalho, a Mendicância e o Crime: uma etnografia sobre família e trabalho na grande Porto Alegre. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

KLEIN, Carin. Mulher e Família no Programa Bolsa-Escola: maternidades veiculadas e instituídas pelos anúncios televisivos. Cadernos Pagu (UNICAMP), Curitiba, v. 29, p. 339-364, 2007.

_____. **A Produção da maternidade no Programa Bolsa-Escola.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 13, p. 31-52, 2005.

LARA, Maristela Oliveira. Configuração identitária do agente comunitário de saúde de áreas rurais. Belo Horizonte : s.n, 2008. 137 p. -Universidade Federal de Minas Gerais.

Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/GCPA7N9MCF/1/maristela_lara.pdf> Acesso em 10 de maio de 2009.

LAVINAS, L. VARSANO, R. Programas focalizados de transferências de renda no Brasil: contribuições para o debate. Texto para Discussão nº. 534. Brasília: IPEA, 1997.

LEACH EDMUND, R.. Sistemas Políticos da Alta Birmânia. Editora de Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

LESBAUPIN, Ivo (org.). O desmonte da nação: balanço do governo FHC. Petrópolis-RJ, Vozes, 2000. Cap. 1.

LÉVI-STRAUSS, Claude.. As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Vozes. 1976.

LOPES, Márcia Helena Carvalho. O tempo do SUAS. IN: Revista Quadrimestral de Serviço Social. ANO XXVII – nº 87. São Paulo: Ed. Cortez, set/2006.

LUBAMBO, Catia W.; COELHO, D. B.. Atores Sociais e Estratégias de Participação no Programa Governo nos Municípios. Petrópolis: Vozes, 2005. v.1000. 152 p.

MALINOWSKI, Bronislaw. [1922]. *Argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia*. Trad. Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça. Rev. Técn. Eunice Ribeiro Durham. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MELO, Hildete Pereira de. **Gênero e Pobreza no Brasil- Relatório Final do Projeto Governabilidad Democratica de Gênero en America Latina y el Caribe. CEPAL/ SPM. Brasília, 2005.**

MAGNI, Claudia T. . **Habitantes de rua: um caso de nomadismo urbano**. *Travessia* (São Paulo), São Paulo, n. 27, p. 34-37, 1997.

_____. **Povo da Rua: um estudo sobre o nomadismo urbano**. *Cadernos da Cidade*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 1-41, 1995.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EDUSP, 1974.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva. 1988.

MEYER, Dagmar E. E. **A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento**. *Gênero*, v. 6, p. 81-104, 2006.

_____. **A educação da Família como estratégia governamental de Inclusão social: um estudo situado na interface dos Estudos Culturais, de Gênero e de Vulnerabilidade**. Projeto CNPQ. Porto Alegre: UFRGS/FACED, 2004.

NAKAHODO, Sidney; NakaoSavoia, José Roberto. **A reforma da previdência no Brasil: estudo comparativo dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [en línea] 2008, 23 (fevereiro): [fecha de consulta: 2 de agosto de 2009] Disponible en: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=10706603>> ISSN 0102-6909

NASCIMENTO, Pedro (1999) – “**Ser homem ou nada**”: **Diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibe/PE**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural). Recife: UFPE.

NETTO, José Paulo. **FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras**. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O desmonte da Nação – Balanço do governo FCH*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

OFFE. Claus, **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, vol. 1, 1989.

ORTNER, Sherry — **Está a mulher para o homem como a natureza para a cultura?** In: Rosaldo, Michelle e Louis Lamphere, *A Mulher, a Cultura e a Sociedade*; Paz e Terra, 1979.

PASTORINI, Alejandra. **Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria concessão-conquista.** In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano 18º, n. 53, p.80-101, mar-1997.

PELIANO, Anna M.T.M., RESENDE, L.F. de Lara e BEGHIN, Nathalie. **O Comunidade Solidária: Uma Estratégia de Combate à Fome e à Miséria.** IPEA, Planejamento e Políticas Públicas – PPP, Volume 12. Brasília: jun/dez. 1995.

PEREIRA, William Eufrázio Nunes. **Do Estado Liberal ao Neoliberal.** *Natal. Interface*, v. 1, n. 1. Jan/jun 2004. Disponível em: <<http://www.ccsa.ufrn.br/interface/1-1/artigos/1%20Do%20Estado%20Liberal%20para%20o%20Neoliberal.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2009.

PIRES, M. J. S.. **O Termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil.** *Revista Econômica do Nordeste*, v. 40, p. 411-424, 2009.

POLIGNANO, Marcus Vinícius, **História das Políticas de Saúde no Brasil.** Texto Complementar (mimeo). Disponível em: www2.unitins.br/.../AVA_634017532206427500texto_complementar_.doc Acesso em: 30 de maio de 2009.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil - Afinal, de que se trata?** (1ª edição). 1a. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. v. 1. 244 p.

_____. **Do consumo observado à linha de pobreza.** *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.27, n.2, agosto, p.313-352. 1997.

_____. **Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil.** In: R.Henriques (Ed.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil, p.685-718.

ROSALDO, Michelle Z. e LAMPHERE, Louise (coords.) **A mulher, a cultura e a sociedade.** Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979.

SALEM, Tania. **Tensões entre gêneros na classe popular: uma discussão com o paradigma holista.** *Mana* [online]. 2006, vol.12, n.2, pp. 419-447.

SANTAGADA, Salvatore. **A situação social do Brasil nos anos 80.** *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, 1990, v. 17, n. 4, p. 121-143.

SANTOS, Simone Ritta dos. **Caminhando e aprendendo: negociando uma imagem de respeito.** Um estudo antropológico sobre as relações familiares entre as mulheres e seus

homens presos no sistema prisional de Charqueadas do RGS. In: FONSECA, Claudia; BRITES, Jurema. (Org.). **Etnografias da participação**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006, v. 1, p. 337-358.

SANTOS, Yara Maria F.. **Mulher e assistência. As afinidades eletivas**. In Praia Vermelha, nº. 10, Rio de Janeiro, UFRJ, 2004.

SANTOS, Wanderley G. Santos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SARTI, C. A. . **A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 1ª. ed. Campinas: AUTORES ASSOCIADOS, 1996. 128 p.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Família e vida doméstica no Brasil, do engenho aos cafezais**. São Paulo, Humanistas, Estudos CEDHAL, Nova Série, nº. 10, 1999.

SCOTT, R. P.. **Famílias e Campos de negociação par Políticas Publicas: polissemia e mobilidade**. 2009. (Apresentação de Trabalho/Seminário Simone de Beauvoir – UFJF/ICH).

SCOTT, Parry. **Mulheres chefes de família: algumas abordagens recentes e suas implicações para as políticas públicas**. Mimeo. CNPD. Brasília, 2002.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*, 20 (2), 71-99. 1995

SCHWARTZMAN, Simon. **Os desafios das políticas sociais para a América Latina**. Apresentado no Fórum Latino americano de Políticas Sociais: abordagens e desafios. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 8-10 de agosto, 2007.

_____. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil, Ciência e saúde coletiva** [online]. 2007, v. 12, n. 6, p. 1429-1439. ISSN 1413-8123. doi: 10.1590/S1413-81232007000600006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600006> Acesso em: 10 de junho de 2009.

_____. **A descentralização da política de assistência social: da concepção à realidade**. In. Serviço Social & Sociedade. São Paulo. Cortez, 2001

_____. **Renda Mínima: uma política pró-família e pró-criança**. In: XVII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, 2001, Lima. CDROM, 2001.

SILVA NETO, F. L. P. Assistência social e caridade em Porto Alegre. In: Claudia Fonseca; Jurema Brites. (Org.). *Etnografias da Participação*. 1 ed. Santa Cruz do Sul-RS: EDUNISC, 2006, v. 1, p. 109-135.

_____. **Assistência Social e Religião: Participação política e inserção religiosa em perspectiva.** Praia Vermelha (UFRJ), v. 12, p. 14-40, 2005.

SPOSATI, Aldaíza. Territorialização e desafios à gestão pública inclusiva: o caso da assistência social no Brasil. In: XIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires, Argentina, 4 - 7 nov. 2008.

_____. **Gestão pública intersetorial: sim ou não? Comentários de experiência.** In. Serviço Social & Sociedade. São Paulo. Cortez, 2006.

_____. **Sobre os programas brasileiros de garantia de renda mínima.** In: Núcleo de Seguridade e Assistência Social. Renda Mínima e exclusão. PUC São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. 1996.

_____. (Coord). **A Assistência Social no Brasil 1983-1990.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

STAL, Israel Luiz. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044530.pdf>> Acesso em 22 de maio de 2009.

SUPLICY, Eduardo M. (2003). Programa Fome Zero do Presidente Lula e as perspectivas da Renda Básica de Cidadania no Brasil. *Saúde e Sociedade*, 12 (1). S.Paulo, Jan-Ju2003. <http://apsp.org.br/saudesociedade/XII_1/programa_fome_zero.htm> Acesso em 15 de junho de 2009.

_____, BUARQUE, Cristovam. **Garantia de renda mínima para erradicar a pobreza: o debate e a experiência brasileiros.** In *Estudos Avançados*, 1997, n°. 30, maio/agosto.

TURNER, Victor. Social dramas and ritual metaphors. In: TURNER, Victor. *Dramas, fields, and metaphors: symbolic action in human society*. Ithaca: Cornell University Press, 1974a. p. 23-59.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: OLIVEIRA, Edson Nunes (org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro, J. Zahar, 1978.

VIANA A. L. D'., Dal Poz MR. A reforma do Sistema de Saúde no Brasil e o Programa de Saúde da Família. *Physis*, v.8, n. 2, p.11-48, 1998.

YAZBEK, M. C.. Assistência Social na cidade de São Paulo: a difícil construção do

direito. São Paulo: Instituto Pólis; PUC-SP, 2004. 72 p.

_____. . **A política social brasileira nos anos 90: A refilantropização da questão social.** Cadernos Abong/CNAS, 1995.

ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza, São Paulo, Brasiliense, 1985.

ZIMMERMANN, C. O Programa Bolsa Família sob a ótica dos Direitos Humanos.
Disponível em: < <http://www.adital.com.br> > Acesso em: 20 junho de 2009.